



Instituto Politécnico de Coimbra

Escola Superior Agrária

**“Remanescências culturais da Idade Média no concelho de Penela –
Proposta de um percurso turístico interpretado para crianças e respetivo
guia de atividades”**

Joana Azeredo Cabral Seixas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Ecoturismo

Júri

Presidente: Prof. Doutor Orlando Almeida Simões

Orientador: Prof.^a Doutora Vivina Almeida Carreira

Arguente: Prof. Doutor José Paulo Ribeiro de Castro

Coimbra | abril 2016

Dedicatória

À minha filha Leonor, fonte de todo o meu ânimo.

À minha família, particularmente à minha mãe, pela sua vontade de viver.

Ao meu marido, pelo apoio em todos os momentos, principalmente nos de incerteza, tão frequentes quando se tentam trilhar novos caminhos.

Agradecimentos

O meu sincero agradecimento à Professora Doutora Vivina Almeida Carreira, pela sua disponibilidade, pelos seus pareceres e pela forma cuidadosa com que orientou o desenvolvimento da minha tese.

Agradeço, igualmente, à Professora Doutora Carmo Lopes, pela orientação na fase inicial deste projeto.

Uma palavra de apreço à (minha querida amiga) Dra. Ivânia Redinha, coordenadora técnica da Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, pelo estímulo e confiança que sempre depositou em mim, mesmo quando estive (confesso) prestes a desistir.

Agradeço à Escola Superior Agrária de Coimbra, à Escola Superior de Educação de Coimbra, à Universidade de Coimbra e à Universidade de Aveiro, em especial aos Serviços da Biblioteca.

A todo o corpo docente do Mestrado em Ecoturismo que me ensinou a criar com a Natureza uma relação de respeito, admiração e completa empatia.

Resumo

A ideia central que presidiu à escolha do tema abordado no presente trabalho foi o constatar do potencial do património turístico do território da Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, particularmente do concelho de Penela, não só em termos da diversidade de ecossistemas e paisagens, mas, muito particularmente, no que diz respeito ao património construído pelo ser humano.

Perante este facto, e considerando que tal património poderia ser fruído para fins turísticos, esta dissertação tenciona propor um percurso turístico de interpretação cultural no concelho de Penela, ancorado na temática “remanescências culturais da Idade Média”.

O percurso, ao mesmo tempo que desafia o visitante a conhecer os aspetos culturais mais relevantes do concelho de Penela, apoiando-o na recriação do imaginário pela via da interpretação, permite-lhe também contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento local, uma vez que se pretende a interação do visitante com a comunidade local.

A metodologia utilizada para a realização do projeto consistiu, essencialmente, em fazer uma revisão da literatura, particularmente no que diz respeito aos temas da Interpretação em Turismo e da Idade Média. Posteriormente foi efetuado um levantamento dos recursos naturais, culturais e outras infraestruturas e serviços do concelho de Penela, especificamente os que, de alguma forma, servem o setor do turismo. Esta identificação de recursos foi realizada através de consulta bibliográfica e pesquisa *in situ*.

Palavras-Chave: Percursos Turísticos; Interpretação em Turismo; Crianças; Cultura; Idade Média, Penela.

Abstract

The central idea underlying the choice of the subject of this study is the potential of heritage tourism in the territory of the Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (Urban Network of the Castles and Medieval Town Walls of Mondego), particularly within the Penela municipality, not only in terms of the diversity of ecosystems and landscapes but most particularly in regard to cultural built heritage.

In view of this, and considering that this heritage could be brought to fruition for tourism, this dissertation intends to propose a walking trail for cultural interpretation in Penela municipality, anchored on the theme "cultural remnants of the Middle Ages".

The trail, while challenging the visitors to know the most relevant cultural aspects of Penela municipality, supporting them in the recreation of the imagination by way of interpretation, it also allows them to effectively contribute to local development, as it invites visitor's interaction with the local community.

Methodological resources encompassed literature review, particularly with regard to issues of interpretation in Tourism and the Middle Ages. Later an inventory was made which covers natural resources, cultural and other infrastructure and services in Penela municipality, specifically those that in some way serve the tourism sector. This identification of resources was conducted through bibliographical research and research in situ.

Keywords: Culture, Interpretation tourism, Middle Ages, Penela, Tourist routes for children.

Sumário

Lista de Figuras	13
Lista de Quadros.....	13
Lista de Siglas e Abreviaturas	14
Introdução	15
Parte I – Turismo Cultural e Turismo Educativo.....	17
1. Turismo enquanto motor de desenvolvimento local	17
1.1. O conceito de Turismo	17
1.2. Conceito de Desenvolvimento <i>versus</i> Crescimento	21
1.3. O Turismo e seu efeito multiplicador como propulsores do desenvolvimento local	22
1.4. Turismo e recreação em áreas rurais e naturais	26
1.4.1. Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural.....	27
1.4.2. Turismo de Natureza	32
2. Turismo Cultural e Turismo Educativo: considerações teóricas	34
2.1. Turismo Cultural	36
2.1.1. <i>Touring</i> Cultural e Paisagístico	37
2.2. Turismo Educativo	39
3. Percursos e Rotas Turísticas	40
4. Interpretação em Turismo	43
4.1. Interpretação e turismo para crianças.....	46
Parte II – A Idade Média e o concelho de Penela.....	49
5. A Idade Média	49
5.1. Contextualização histórica da Idade Média em Portugal	49
5.2. Os castelos medievais	51
5.3. Os pelourinhos na Idade Média	54
5.4. Os guerreiros medievais portugueses.....	54
5.5. A agricultura e as feiras na Idade Média.....	57
6. Caracterização geral do território de intervenção: concelho de Penela	60
6.1. Enquadramento territorial e morfológico do concelho de Penela	60
6.2. Breve caracterização sociodemográfica do concelho de Penela	61
6.3. Principais atividades económicas.....	62
6.4. Resenha histórica do concelho de Penela.....	63
6.4. Caracterização da oferta turística do concelho de Penela	66

7.	Remanescências culturais da Idade Média no concelho de Penela.....	92
Parte III – Proposta de um percurso turístico interpretado para crianças e respetivo guia de atividades no concelho de Penela.....		93
8.	Fundamentação do projeto.....	93
9.	Caraterização geral do projeto.....	94
10.	Roteiro de apoio à visita e respetivo guia de atividades do itinerário “Remanescências culturais da Idade Média no concelho de Penela”	95
Conclusão		117
Referências bibliográficas		119

Lista de Figuras

Figura 1 - Efeito de Multiplicação do Turismo.

Figura 2 - Localização do concelho de Penela.

Figura 3 - Mapa Rede Natura 2000/Localização do Sítio Sicó/Alvaiázere.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Indicadores sociodemográficos do concelho de Penela (2013).

Quadro 2 - População ativa empregada por setor de atividade do concelho de Penela (2001).

Quadro 3 - Alojamento turístico coletivo do concelho de Penela.

Quadro 4 - Restauração do concelho de Penela (gastronomia regional).

Quadro 5 - Remanescências Culturais da Idade Média em Penela.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ADCMMM - Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

ADSICÓ - Associação de Desenvolvidos de Sicó.

ADXSTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto.

AL – Alojamento local.

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança.

CISED - Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça.

DGPC - Direção-Geral do Património Cultural.

DOP - Denominação de Origem Protegida.

DRAPC – Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro.

ET Empreendimentos Turísticos.

HAB. – Habitantes.

ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

OMT – Organização Mundial do Turismo.

RCMM - Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego.

TER - Turismo no Espaço Rural.

TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais.

TP – Turismo de Portugal, I. P.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UNICEF - United Nations Children's Fund.

Introdução

Os percursos turísticos de interpretação cultural são considerados um meio privilegiado de sensibilização e educação para a cultura, pois, como afirma Carter (1997: 4), as várias formas ou suportes de interpretação apoiam os visitantes na perceção do património que visitam, tornando a visita em algo mais do que um simples passeio.

São também e, acima de tudo, uma forma de levar cada um a fazer a sua própria interpretação do património.

A temática dos percursos turísticos, nomeadamente dos percursos turísticos de interpretação cultural é amplamente teorizada, figurando em diversos estudos de investigação, de onde se pode destacar o trabalho de James Carter no seu livro *Sense of Place*.

O território da Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, adiante designada por Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego (RCMM), é um território de referência no contexto do turismo nacional, entre outras particularidades, pela sua diversidade de paisagens e ecossistemas e pelo seu vastíssimo património arquitetónico e arqueológico, elementos capazes de constituir excelentes veículos para a promoção da Região Centro do país.

O concelho de Penela, parte integrante do território da RCMM, é uma região rica no que concerne o seu património cultural, sendo um dos concelhos, de todo o território que melhor manteve conservados, ao longo dos séculos, os vestígios da sua romanização e subsequente ocupação medieval.

O maior obstáculo à realização do projeto que a seguir se apresenta foi precisamente a diversidade de património da área de intervenção. Esta questão traduziu-se numa enorme dificuldade em encontrar um fio condutor que servisse de base temática para um percurso nesta região. Porém, foi exatamente o património cultural, ancorado na sua vertente medieval, que constitui o sustentáculo deste percurso turístico de interpretação.

Esta dificuldade funcionou, contudo, como incentivo pois, por convicção do seu interesse, o trabalho evoluiu no sentido de equacionar um contributo para a insuficiente oferta turística de percursos temáticos na região, nomeadamente destinados ao público infantil. Por outro lado, e a par com as novas matrizes de desenvolvimento sustentável, esta proposta poderá ser uma mais-valia para a própria comunidade local, uma vez que os benefícios de projetos turísticos aplicados a estas escalas territoriais vão para além dos interesses económicos da indústria turística, representando numerosas vantagens para a comunidade de acolhimento, como a promoção da imagem dos territórios, o reforço da autoestima das populações e a eventual melhoria da coesão e da identidade territorial, caso a população seja, desde o início, envolvida ativamente na conceção e execução destes projetos.

O trabalho divide-se em três partes. A primeira parte, mais teórica, aborda a questão do Turismo Cultural e do Turismo Educativo. Está estruturada em três temáticas complementares: numa primeira fase aborda-se o turismo enquanto motor de desenvolvimento local, tecendo-se considerações em torno do turismo e recreação em áreas rurais e naturais. Segue-se uma referência teórica aos conceitos de Turismo Cultural e de Turismo Educativo. Por fim, abordam-se os conceitos de Percursos e Rotas Turísticas e de Interpretação em Turismo, particularmente da Interpretação direcionada ao público infantil.

A segunda parte assenta numa breve contextualização sobre o longo período da História denominado Idade Média e na inventariação de parte do património do território da RCMM, especificamente do concelho de Penela.

A terceira e última parte consiste na estruturação de um pequeno percurso turístico de interpretação cultural para crianças, ancorado na temática “remanescências culturais da Idade Média”, bem como do respetivo guia de atividades.

Parte I – Turismo Cultural e Turismo Educativo

Esta primeira parte do trabalho está estruturada em três temáticas diferentes, mas complementares: aborda-se a temática do turismo enquanto motor de desenvolvimento local, tecendo-se algumas considerações em torno do turismo e recreação em áreas rurais e naturais. Segue-se uma referência teórica aos conceitos de Turismo Cultural e de Turismo Educativo. Por fim, abordam-se os conceitos de Percursos e Rotas Turísticas e de Interpretação em Turismo, particularmente da Interpretação direcionada a crianças.

1. Turismo enquanto motor de desenvolvimento local

Este primeiro ponto iniciar-se-á com uma pequena abordagem à definição de turismo, fazendo, também, uma breve contextualização à evolução do turismo internacional, através das previsões da Organização Mundial do Turismo¹ (OMT) no horizonte 2030.

Procurar-se-á, depois, explorar dois conceitos indissociáveis: o de turismo e o de desenvolvimento (*versus* crescimento). A dilucidação de tais conceitos permitirá perceber melhor as relações que se criam no fenómeno turístico no sentido do desenvolvimento local. Neste contexto, far-se-á, também, uma abordagem ao turismo e a seu efeito multiplicador como propulsores do desenvolvimento local.

Por último, tecer-se-ão algumas considerações em torno questão do turismo em áreas rurais e naturais, enquanto prática de turismo que, quando bem conduzida, poderá contribuir para o desenvolvimento local.

1.1. O conceito de Turismo

Para melhor compreensão do conceito de Turismo é essencial abordar a natureza desta atividade, através das noções de lazer, de tempo livre e de recreação. Frequentemente as expressões "tempo livre" e "lazer" têm sido utilizadas de forma indistinta, muitas vezes até como sinónimos. No entanto, do ponto de vista concetual, estas expressões traduzem significados distintos.

¹ Órgão consultor oficial da Organização das Nações Unidas que tem como objetivo promover e desenvolver o turismo no mundo.

Conforme afirma Umbelino (1999: 29), não existe uma definição de lazer que seja universalmente aceite porque, entre outros motivos, a carga cultural associada à distribuição e valor de uso do tempo é muito diferente de país para país, de região para região e até de pessoa para pessoa. De acordo com o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Ferreira (citado por Umbelino, 1999: 31), lazer é o “tempo de que se pode livremente dispor depois de cumpridos os afazeres habituais”.

O desenvolvimento social e económico das sociedades modernas conduziu a significativas modificações no domínio do tempo livre. Os indivíduos, devido a fatores como a diminuição do número de horas semanais de trabalho, a aquisição do direito a férias e descanso semanal, têm hoje mais tempo livre (Leal, 2001: 5). O aumento da disponibilidade financeira conseguida através de melhorias dos salários, nomeadamente com a atribuição de subsídio de férias, o aumento do nível de formação e as grandes mudanças nos valores das populações e, sobretudo, nos seus comportamentos, são fatores que contribuem igualmente para a predisposição para ocupar o tempo de lazer de forma diferente.

Erradamente concebemos a ideia de que o tempo de lazer é tempo de ócio, de inação. (Cunha, 2001: 13). Pelo contrário, lazer implica dinamismo, ação e compromisso. Em virtude da convergência de interpretações atribuída ao termo recreação, nomeadamente a associação à ideia de brincadeira, entretenimento e diversão, Umbelino (1999: 33) crê que recreação corresponde apenas a umas das possibilidades de ocupação do tempo de lazer.

Na mesma linha de pensamento, turismo é apenas uma das formas de recreação. Sob a forma de sumário, Cunha (2001: 13) define turismo como um dos meios de ocupação do tempo livre que completa o conceito de recreio, que, por sua vez, é entendido como “o conjunto de atividades exercidas por quem dispõe de tempo livre”. Apesar disso, ainda segundo a mesma fonte, o turismo implica necessariamente uma deslocação e por isso se distingue de recreio, já que este pode dar origem a uma deslocação ou não.

O conceito de turismo surge em diversos contextos disciplinares como a sociologia, a antropologia e a economia, sendo que a sua multidisciplinaridade se traduz pelo

emprego de vocábulos como “atividade”, “setor”, “indústria” ou “fenómeno social”. É, pois, transversal, abrangendo a esfera económica, jurídica, social, política, ambiental e tecnológica, entre outras. Tais factos levam à existência de inúmeras definições, sendo que nem todas abarcam a totalidade dos elementos que a constituem. As várias definições foram-se reconstruindo ao longo dos anos perante a necessidade de reajustamento às novas realidades e às mudanças sociais estruturais.

A OMT definiu turismo como “o conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros” (Ignarra, 2003: 11). No entanto, Cunha (2001: 31) considera que esta definição apresenta algumas limitações pelo facto de dar ênfase à procura e não abordar a oferta, ou seja, não fazer referência às atividades produtoras de bens e serviços mesmo que a sua existência seja permanente. Assim, o autor remete para a definição proposta por Walter Hunziker e Kurt Krapf, em 1942, que considera como mais completa porque estabelece turismo como o “conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal” (Cunha, 2001: 29).

A propósito da não remuneração das atividades desenvolvidas no período de deslocação turística, a OMT define, em 2005, que turismo são

as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, por negócios e outros motivos que não estejam relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (OMT, 2005 *apud* Machado, 2007: 66).

Domingues (1997: 310) aproxima-se da perspetiva de Hunziker e Krapf, pois relaciona exatamente as duas perspetivas; oferta e procura, definindo turismo como o “conjunto de atividades profissionais, relacionadas com a oferta e utilização de transportes, alojamento, alimentação e ocupação de tempos livres”.

Por sua vez, Goelnder, Ritchie e McIntosh (2002: 23) definem turismo como “a soma de fenómenos e relações originados da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas ou visitantes”.

Para Figueira e Dias (2011: 29) o turismo é uma atividade económica que ocorre pela deslocação temporária de pessoas para fora do seu ambiente habitual e que, por diversos motivos, chegam a um lugar de destino onde realizam vários atos particulares de consumo que provocam um efeito multiplicador em toda a economia local.

A crescente importância do turismo é um facto amplamente realçado pelas organizações mundiais ligadas ao setor, como a OMT, e pelos órgãos governamentais de nível nacional, regional ou municipal. O setor tem ganho importância crescente em todo o mundo, em virtude do seu evidente papel no desenvolvimento económico e social das sociedades. O crescimento continuado da procura turística em clima de tantas dificuldades confirma os argumentos a favor deste setor e reforça a ideia de que seja, hoje, considerado como prioritário nas políticas nacionais.

Carvão (2009: 17) afirma que, apesar da perspetiva da crise mundial atual, subsiste a nível mundial um volume significativo de procura turística estimulado pelo “aumento do rendimento disponível, das motivações para viajar, do crescimento exponencial dos mercados emergentes acompanhado pelo crescimento continuado dos mercados tradicionais, das mudanças demográficas, sociais e tecnológicas, da diversificação de destinos e da crescente liberalização do setor”.

Também Taleb Rifai, atual secretário-geral da OMT, acredita que o turismo pode desempenhar um papel chave em termos de crescimento económico e desenvolvimento, especialmente no momento em que a maioria dos países da Europa e da América do Norte pretendem aproveitar a recuperação económica como forma de criar emprego (OMT, 2011).

Apesar de se verificar, genericamente, uma evolução irregular do turismo a nível mundial nos últimos anos, a OMT mantém as suas previsões de crescimento, previsões

essas, divulgadas na recente edição *Tourism Highlight* da OMT², que reflete prognósticos, a longo prazo, do desenvolvimento do setor do turismo nas três primeiras décadas do século XXI.

As referidas antevisões indicam que o número de turistas internacionais será de cerca de 1.8 mil milhões em 2030, o que traduz uma taxa de crescimento anual na ordem dos 3,3%. O estudo indica também que os destinos turísticos emergentes da Ásia, América Latina, Europa Central e de Leste, Europa Mediterrânica de Leste, Médio Oriente e África crescerão a uma taxa duas vezes superior (+4,4%) aos destinos das economias mais avançadas³ (+2,2%). Em 2030, 57% das chegadas internacionais serão nos destinos das economias emergentes (*versus* 30% em 1980) e 43% nos destinos das economias mais avançadas (*versus* 70% in 1980). Como resultado, a Europa experienciará um declínio, apesar de manter as mais altas taxas de chegadas internacionais, maioritariamente por causa da desaceleração no crescimento comparativamente aos destinos maduros da América do Norte, Norte da Europa e Europa de Leste (OMT, 2015).

1.2. Conceito de Desenvolvimento *versus* Crescimento

A complexidade da temática do desenvolvimento decorre do reconhecimento de que se está perante um fenómeno sistémico⁴, passível de ser abordado em diferentes contextos. Esta complexidade é, aliás, exposta por Samagaio (1999: 106) que afirma que a noção de desenvolvimento se encontra “investida de múltiplos significados ou expressões que acentuam o seu carácter difuso”. A autora remete para vocábulos como crescimento económico, progresso e evolução social.

O debate em torno dos conceitos de crescimento e desenvolvimento é grande no meio académico. Inicialmente, o conceito de desenvolvimento surgia associado ao de crescimento, no entanto é necessário fazer a destriça entre os dois termos. Podemos

² *Tourism Highlights* (Edição 2015) – publicação da OMT sobre os resultados do turismo internacional no ano de 2014 e sobre as suas previsões a longo prazo (horizonte 2030).

³ Termo usado pelo Fundo Monetário Internacional para descrever “países desenvolvidos”.

⁴ A ideia de que o turismo é um sistema que engloba inúmeras componentes nomeadamente o turista, a região emissora, a rota de trânsito, a região recetora e indústria turística é apoiada de uma forma transversal por vários autores.

definir crescimento económico como “o aumento sustentado de uma unidade económica durante um ou vários períodos”, verificável através da análise de indicadores económicos, nomeadamente do Produto Interno Bruto ou do Produto Nacional Bruto (Infopédia, 2003-2012).

O conceito de desenvolvimento foi apresentado, pela primeira vez em 1980, no relatório da Comissão Independente sobre os Problemas de Desenvolvimento Internacional (Relatório Brandt), como um processo de transformação cujo objetivo é elevar não só a produtividade da economia como também o nível de vida dos indivíduos. Neste relatório é referida a necessidade de uma nova conceção de desenvolvimento que integrasse, não apenas a vertente meramente económica, mas também uma dimensão social do fenómeno (Hulse, 2007: 73, 74).

Como exposto, crescimento contrapõe-se a desenvolvimento por significar apenas um aumento quantitativo da produção que, apesar de conduzir a um enriquecimento, não se traduz necessariamente na melhoria das condições de vida da população.

Segundo Vasconcellos e Garcia (1998: 205), o desenvolvimento deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social”.

1.3. O Turismo e seu efeito multiplicador como propulsores do desenvolvimento local

Genericamente, o setor do turismo abarca “um vasto leque de atividades económicas que se caracterizam pelas enormes possibilidades que têm de produzir impactes diretos, indiretos e induzidos numa economia, quer através do emprego ou pela dinâmica de outras empresas já instaladas” (Carvalho, 2008: 15). A quantificação destes impactes no desenvolvimento dos destinos, seja uma cidade, uma região, ou um país, vai muito para além da análise das despesas turísticas.

Para se determinar os impactes do turismo há que considerar os diferentes aspetos da economia que são afetados pelas despesas turísticas. A determinação do impacte do

turismo, quando baseada apenas nos gastos, tende a ser ambígua e que somente quando se tem em conta o efeito multiplicador do turismo se pode chegar à sua verdadeira dimensão (Cooper, Fletcher, e Shepherd, 2001: 165)

O efeito multiplicador do turismo é um dos conceitos mais empregados quando se aborda a questão dos impactes do turismo e demonstra a abrangência dos seus benefícios aos diferentes setores da economia. O efeito multiplicador é, pois, o que vai para além dos consumos diretos realizados pelos turistas ao longo da sua estada, seja com alojamento, transporte, alimentação, etc. O sistema turístico integra não só prestadores de serviços diretos, mas uma série de outros serviços (Cunha, 2001: 115) que, intervindo na cadeia de produção e distribuição, beneficiam indiretamente do crescimento da atividade turística.

Cooper *et al.* (2001: 168) sintetizam os tipos de efeitos multiplicadores nas seguintes cinco categorias; (i) vendas, (ii) produto, (iii) renda (receita), (iv) emprego e (v) receita do governo. Particularizando, um dos efeitos mais importantes do setor turístico na economia é sua capacidade de gerar e estimular o emprego a três níveis: direto (empresas turísticas), indireto (empresas que fornecem o setor turístico) e induzido (outros setores da economia que beneficiam do turismo). Relativamente à distribuição das receitas, pelas suas características intrínsecas, é atribuído ao setor do turismo a capacidade de vínculo direto com outras indústrias como também a sua grande propiciação ao investimento de micro e pequenas empresas.

Atentando aos benefícios do turismo, podemos analisar os impactes económicos que emergem do desenvolvimento turístico através da leitura do quadro-síntese (ver Figura 1) de Swarbrooke (1999: 60). O autor refere que “quando considerados os custos e benefícios do turismo numa economia local, deve ser dada uma especial atenção ao princípio do “efeito de multiplicação””.

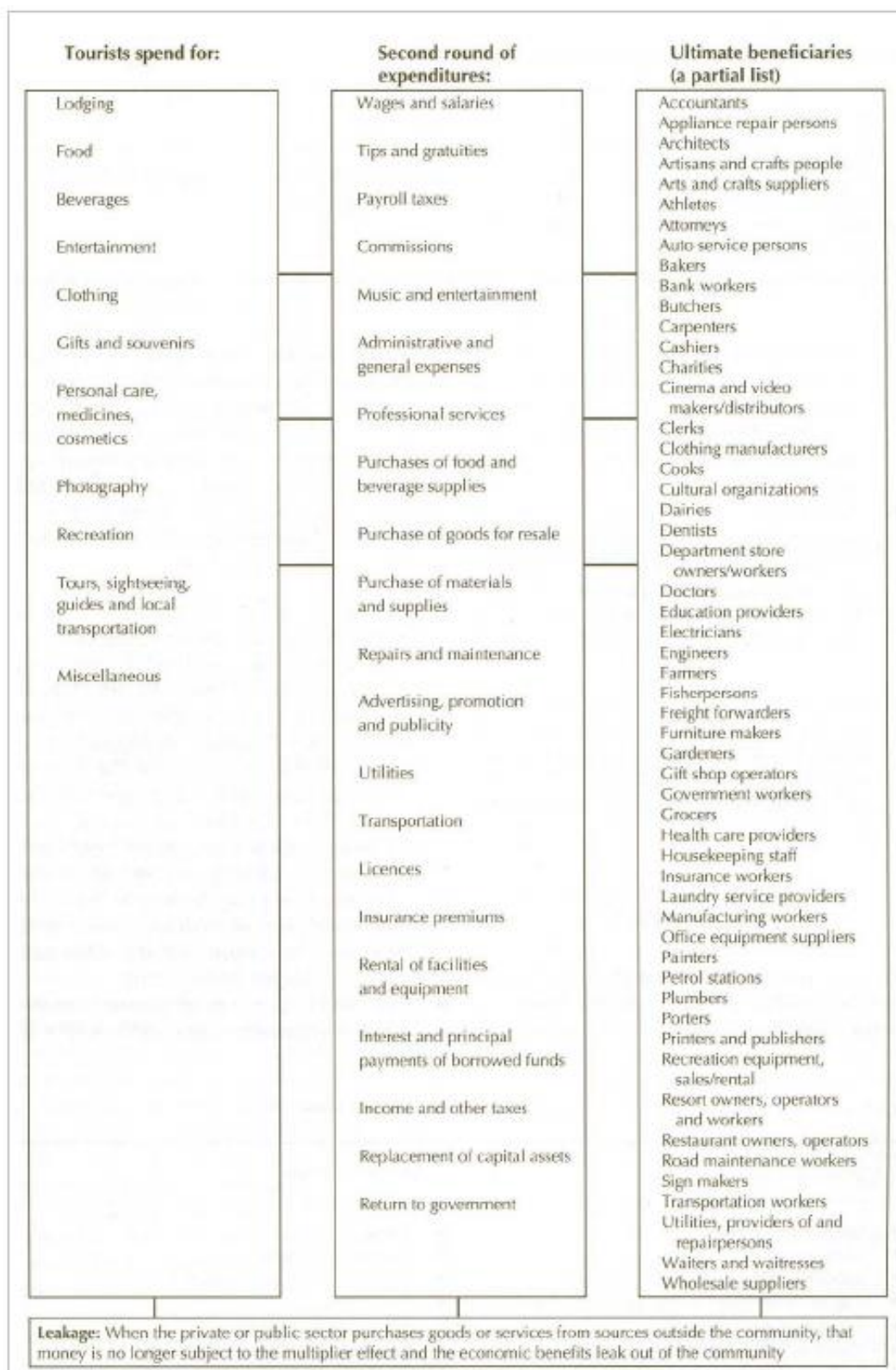


Figura 1: Efeito de Multiplicação do Turismo
Fonte: Swarbrook, 1999

Existe hoje a perfeita noção de que o turismo pode ser o vetor estratégico para o desenvolvimento local, nomeadamente dos territórios de baixa densidade⁵. No entanto, há também consciência de que o desenvolvimento turístico das economias locais e regionais depende, em grande parte, do modelo de desenvolvimento definido e, particularmente, da integração do território na estrutura produtiva nacional.

De acordo com Canário (1999: 63), o conceito de desenvolvimento local assenta em três princípios basilares: a *multidimensionalidade*, ou seja, o desenvolvimento não deve ser circunscrito à vertente económica, mas articulado com outros setores como a saúde, o ambiente e a cultura; a *lógica qualitativa*, uma visão que invoca a tomada de atenção a indicadores como índices de emprego e melhoria dos cuidados de saúde prestados à população, e a *valorização do local*, que defende modelos de desenvolvimento de acordo com as especificidades territoriais locais. O autor considera, ainda, que tais modelos de desenvolvimento devem traduzir-se em quatro processos indispensáveis; *processos de desenvolvimento de baixo para cima*, nos quais se tem em conta as especificidades de cada local; *processos de grande plano e de auto organização e ação*, em que os atores se auto-organizam em torno de iniciativas e projetos comuns ou convergentes; *processos de valorização dos recursos qualitativos locais*, onde se procura promover os recursos locais e *processos de desenvolvimento participativo e negociado*, onde a transferência de poderes para o local obriga os atores a criar hábitos de cooperação em torno de projetos comuns (Nóvoa *et al.*, 1992 *apud* Canário, 1999: 63).

Em suma, estes novos modelos de desenvolvimento local assentes em políticas de cariz participativo que prevejam as necessidades e expectativas das populações locais, a dinamização económica dos sistemas produtivos regionais e as especificidades do território, permitem alcançar projetos turísticos endógenos e sustentáveis (nas suas vertentes económica, sociocultural, político-administrativa e ambiental) voltados para a superação das assimetrias territoriais.

⁵ Não apenas em termos demográficos, mas também em termos da escassez de atividades com características de base económica.

1.4. Turismo e recreação em áreas rurais e naturais

Particularizando as reflexões em torno do turismo e seu efeito multiplicador e da sua repercussão no desenvolvimento local, fala-se atualmente em Ecoturismo e Turismo Sustentável. O turismo foi, durante muito tempo, tido como um setor ao qual não lhe eram imputados impactes negativos, porém, sabemos atualmente que o Turismo possui uma dupla faceta. É hoje aceite que, quando mal conduzido, o Turismo é dos setores que mais impactes negativos pode gerar. Cooper *et al.* (2001: 184) afirmam mesmo que "assim que a atividade turística ocorre, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo, seja através do processo de produção do turismo".

Não obstante, sabe-se que o Turismo, em virtude da sua estreita relação de dependência com a Natureza e seus recursos, pode ser encarado como um meio de despertar a consciência pública (turistas, comunidades de acolhimento, colaboradores das empresas turísticas, etc.) para a preservação da Natureza e, como tal, contribuir para o desenvolvimento local.

Para Soifer (2005: 2), alguns dos benefícios do Ecoturismo para os destinos (particularizando o caso do Brasil) são a diversificação da economia regional, a criação de emprego, a melhoria das infraestruturas de transporte e comunicação e a diminuição dos impactes sobre o património natural e cultural.

Os projetos desenvolvidos em espaços rurais e naturais são exemplos de práticas que, quando desenvolvidas numa matriz de sustentabilidade, podem (minorando os seus impactes negativos e maximizando os positivos) desenrolar-se de forma a garantir a sua continuidade e a continuidade dos recursos que “consomem”. O Turismo pode contribuir de forma decisiva para a recuperação e preservação do património natural e arquitetónico dos destinos, dos hábitos, usos e costumes caídos em esquecimento, bem como para a dinamização dos diversos produtos regionais que, no fundo, constituem o fator diferenciador de cada uma das regiões.

Como afirma Simões (2003: 15), uma enorme variedade de termos é utilizada para descrever as atividades turísticas em áreas rurais e naturais: “Turismo no Espaço

Rural”, “Turismo de Natureza”, “Turismo Sustentável”, “Ecoturismo”, “Turismo Ativo” ou “Turismo de Aventura”.

Importa, contudo, distinguir alguns destes conceitos já que representam realidades diferentes. Por exemplo, enquanto Ecoturismo e Turismo Sustentável se aproximam, Turismo no Espaço Rural e Turismo de Aventura são dois conceitos que poderão nada ter a ver um com o outro. Podemos praticar atividades turísticas em espaços rurais sem que estas sejam, obrigatoriamente, de aventura. Ao contrário, Ecoturismo e Turismo Sustentável são duas práticas que se aproximam uma vez que por Ecoturismo se entende o exercício de atividades turísticas com forte apelo ecológico, porém, abarcando uma realidade muito mais ampla que inclui, igualmente, a dimensão social, cultural e económica desta atividade, ou seja, uma prática que pressupõe o desenvolvimento sustentado numa dimensão holística.

O Ecoturismo constitui, inclusive, uma das principais alternativas para o desenvolvimento sustentado dos destinos turísticos do mundo, em especial dos países e regiões com economias mais frágeis.

A expressão “turismo e recreação em áreas rurais e naturais” abarca duas questões que a legislação portuguesa permite diferenciar; de um lado temos o Turismo no Espaço Rural, do outro o Turismo de Natureza.

Não obstante, é facto que ambos os produtos turísticos, quando norteados por uma matriz de desenvolvimento sustentável, aliás, uma das linhas orientadoras dos dois produtos, poderão constituir ótimos veículos de dinamização dos destinos, seja a nível ambiental, seja a nível sociocultural e económico.

A propósito destes dois produtos turísticos (Turismo Rural e Turismo de Natureza), existem algumas questões que importa aqui discutir.

1.4.1. Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural

De forma simples podemos afirmar que o Turismo Rural é o turismo praticado em áreas rurais. Esta definição é, no entanto, bastante ambígua na medida em que, para além de existir uma dificuldade generalizada em definir rural (Hall e Roberts, 2001: 15),

esta prática é multifacetada, abrangendo uma enorme panóplia de atividades, passando pelo alojamento, pela animação, etc.

Definir rural é, então, um trabalho complexo; os critérios utilizados para classificar áreas rurais são muito distintos entre os diferentes países, sendo quase impraticável circunscrever estas áreas a uma definição universal. Pese embora as referidas dificuldades, podemos afirmar que a ruralidade é o ponto fulcral do Turismo Rural.

Sharpley e Roberts (2004: 121) afirmam que a definição de ruralidade não depende de combinações de elementos (como por exemplo da densidade populacional) mas subordina-se, fundamentalmente, a “modelos socioculturais que refletem as perceções dos indivíduos sobre o que representa e o que é ruralidade, em consequência do seu limite cultural”.

Em oposição, e ainda a propósito da definição de ruralidade, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)⁶ definiu uma metodologia para classificar as diferentes tipologias das regiões dos territórios dos seus países membros, com base em dois grandes critérios; *densidade populacional* e *tamanho dos centros urbanos localizados nas regiões*. De acordo com estes dois critérios, podem distinguir-se três tipos de regiões; *predominantemente urbanas*, *intermédias* e *predominantemente rurais*. Para cada país foi definida uma “unidade local”, isto é, um território base de trabalho. No caso particular de Portugal, as unidades locais são as freguesias (OCDE, 2011: 3).

Relativamente, ao critério densidade populacional, a OCDE classifica as unidades locais como rurais se a sua densidade populacional for inferior a 150 habitantes por quilómetro quadrado. Usando como base as percentagens da população que vive nas unidades locais rurais, temos então *áreas predominantemente urbanas*, se população que vive nas unidades locais rurais é inferior a 15% do total da população da região,

⁶ A OCDE é uma organização internacional com 34 países membros e constitui um fórum importante de discussão das mais variadas questões relacionadas com políticas económicas e sociais. Além do seu importante trabalho na área das estatísticas, a OCDE acompanha também os principais desenvolvimentos económicos e sociais a nível internacional e nos países membros e principais países parceiros. A maioria dos membros da OCDE é composta por economias com um elevado PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano, sendo considerados países desenvolvidos. Portugal é membro da OCDE desde 1961, tendo sido um dos membros fundadores.

áreas intermédias, se a população que vive nas unidades locais rurais é entre 15% e 50% do total da população da região e *áreas predominantemente rurais*, se a população que vive nas unidades locais rurais é superior a 50% do total da população da região.

Relativamente ao critério *tamanho dos centros urbanos localizados nas regiões*, uma região classificada como predominantemente rural passa a intermédia se abarca um centro urbano com mais de 200 mil habitantes (550 mil nalguns países como o Japão), representando pelo menos 25% da população da região. Uma região classificada como intermédia passa a predominantemente urbana se englobar no seu território um centro urbano com mais de 500 mil habitantes (1 milhão no caso de alguns países como o Japão), representando, pelo menos, 25% da população da região (*ibidem*: 3, 4).

Cunha (1997: 167) afirma, porém, que este modelo (cujo estudo foi iniciado pela OCDE no início da segunda metade do século XX) não pode ser aplicado para efeitos de definição de Turismo Rural. Segundo o autor, da sua utilização resultaria que “um hotel localizado num grande centro urbano de uma região predominantemente rural poderia ser classificado como rural, mas uma casa rural de uma região predominantemente urbana não poderia ser integrada no turismo no espaço rural”.

No presente trabalho considera-se a definição de “área rural” estipulada por Cunha que afirma que, na perspetiva do turismo, zona rural é aquela

cujas atividades económicas dominantes tenham uma base agrária e florestal com produção de produtos agrícolas, florestais, pecuárias e seus derivados, se caracterize pela existência de uma vida selvagem, em que a produção industrial seja esporádica e a cultura e as tradições se identifiquem com o ambiente e com as forças da natureza (Cunha, 2013: 213).

Até ao final dos anos 70 do século passado o turismo praticado em áreas rurais era sinónimo de turismo barato, assumindo-se como uma alternativa à população com menores recursos económicos. Porém, tem-se verificado uma mudança nesta realidade, na medida em que as atividades de recreio e lazer em meios rurais se tornaram uma “prática dispendiosa, de qualidade e, por conseguinte, de minorias

abastadas” (Davidson, 1992: 127). A respeito do Turismo Rural enquanto “nova” procura turística, o autor refere que, além da crescente preocupação com os impactos físicos e sociais do turismo de massas⁷, existiram outras causas: o aumento das preocupações pela saúde pessoal, o aumento da sofisticação do consumo e a maior confiança dos consumidores, traduzida no desafio de férias mais independentes.

Esta renovação da atratividade das áreas rurais ou, como afirma Graça (1997: 76), o “renascimento rural” reflete, igualmente, a melhoria geral das condições de vida no mundo rural e a sua maior acessibilidade aos centros urbanos, em virtude dos investimentos em infraestruturas e da generalização dos padrões de conforto (Barros, 1990: 47). Por outro lado, a atratividade pela vida urbana tem vindo a experimentar um decréscimo sob o impacto de múltiplos fatores como a poluição ou o *stress* do dia-a-dia.

É precisamente neste contexto que surge a noção de Turismo Rural associado à ideia de autenticidade e genuinidade, conceitos que se transformaram na sua imagem de marca e que contribuem para que possa ser entendido como as atividades turísticas que se desenrolam em espaços rurais e que apelam fortemente à identidade das comunidades de acolhimento (Graça, 1997: 75).

Em Portugal só no final dos anos 70 do século passado é que este (hoje) produto turístico começa a ganhar forma, sendo referenciado, pela primeira vez, num plano nacional para o turismo, vigente de 1977 a 1980, cujo propósito era "a orientação dos fluxos para as regiões mais desfavorecidas e para os espaços rurais (...) e a procura de novas formas de alojamento, inclusive o alojamento em casas particulares localizadas em regiões rurais" (Cavaco, 1999: 283). Em 1979 abre o primeiro alojamento turístico em espaço rural na Covilhã, contudo, só em 1982 surge o primeiro diploma que aborda a questão do alojamento em áreas rurais. Com o intuito de regulamentar o “campismo clandestino” em áreas rurais, e inspirando-se na “experiência francesa do campismo nas quintas agrícolas e nas zonas tipicamente rurais”, é publicado em *Diário da República*, a 19 de maio de 1982, o Decreto-Lei n.º 192/82 que cria a tipologia de alojamento “Parques de Campismo Rural”, enquadrando-os como “terrenos

⁷ Turismo de massas é um termo que advém do fenómeno da massificação e banalização do Turismo.

destinados permanente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas (...)” (Decreto-Lei n.º 192/82, de 19/05: 1311).

Não obstante, o Turismo no Espaço Rural (TER) só é oficializado com a publicação do Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de agosto, que institucionaliza três submodalidades de alojamento: o Turismo Habitação, o Turismo Rural e Agroturismo (Decreto-Lei n.º 256/86, de 27/08: 2221). Mais tarde, em 1997, com o Decreto-lei n.º 169/97 de 4 de julho (que revoga a legislação anterior), surgem outras duas submodalidades do TER; o Turismo de Aldeia e as Casas de Campo. Este diploma define que o TER compreende os serviços de alojamento e integra, também, as atividades de animação que tenham como objetivo a ocupação dos tempos livres dos turistas e concorram para a “divulgação das características, produtos e tradições das regiões, designadamente o seu património natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais (...)”. Considera, ainda, os Hotéis Rurais e os Parques de Campismo Rural como parte da submodalidade Turismo Rural (Decreto-lei n.º 169/97, de 04/06: 3290).

Em 2002 é publicado, em *Diário da República*, o Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de março, que estabelece que o TER consiste no “conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais”. Este diploma define, ainda, para Portugal, a questão da problemática da ruralidade. Segundo o artigo 3.º, consideram-se zonas rurais “as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural” (Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11/03: 2068). Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março, que veio consagrar um novo regime jurídico de instalação, exploração e funcionamento aos empreendimentos turísticos, define empreendimentos de TER como os estabelecimentos que prestem, “em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural” (Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07/03: 1444). A par com as outras modalidades de alojamento turístico, o diploma

estabelece as diferentes submodalidades do TER; Casas de Campo (consideradas Turismo de Aldeia se situadas aldeias e exploradas de uma forma integrada por uma única entidade), Hotéis Rurais e Agroturismo.

Desde esta última publicação algumas outras normas foram emitidas, estando de momento em vigor o Decreto-lei n.º 15/2014 de 23 de janeiro que não altera as condições do regime jurídico dos estabelecimentos de TER.

1.4.2. Turismo de Natureza

O Decreto-Lei n.º 15/2014 de 23 de janeiro constitui, a par com a Portaria n.º 261/2009 de 12 de março (que define os critérios e procedimentos para o reconhecimento dos empreendimentos de Turismo de Natureza pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas I.P. (ICNF)), com o Decreto-Lei n.º 95/2013 de 19 de julho (que enquadra o regime jurídico das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos) e com a Portaria n.º 651/2009 de 12 de junho (Código de Conduta a adotar pelas empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos que exerçam atividades reconhecidas como Turismo de Natureza) a legislação vigente, em Portugal, em matéria de Turismo de Natureza.

Um dos primeiros diplomas a enquadrar o Turismo de Natureza foi a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de agosto, que estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25/09: 4348). Seguiu-se o Decreto-Lei n.º 47/99 de 16 de fevereiro que o referia como o “produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas (...)” (Decreto-Lei n.º 47/99, de 16/02: 806).

A legislação emitida posteriormente veio, de alguma forma, alterar a ideia de que o Turismo de Natureza é um produto turístico prestado exclusivamente em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)⁸, alargando o seu âmbito de

⁸ A Rede Nacional de Áreas Protegidas é um projeto afeto ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas I. P. que visa a proteção e valorização de áreas terrestres e de águas interiores e marítimas em

atuação a outras áreas com valores naturais. Diz-nos a legislação atual que são empreendimentos de Turismo de Natureza os

estabelecimentos que se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental (...) (Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23/01: 482).

O mesmo documento remete-nos para o papel preponderante do ICNB (hoje ICNF) no reconhecimento deste tipo de empreendimento.

No que concerne às Empresas de Animação de Turismo de Natureza a legislação portuguesa decreta que as empresas de animação turística e os operadores marítimo-turísticos que pretendam obter o reconhecimento das suas atividades como Turismo de Natureza “devem apresentar o respetivo pedido, junto do Turismo de Portugal, I. P., instruído com uma declaração de adesão formal ao Código de Conduta”, código este definido, em anexo, no mesmo documento (Portaria n.º 651/2009, de 12/06: 3641, 3642).

Não obstante o enquadramento jurídico existente, a legislação atual não define o termo Turismo de Natureza. É preciso, contudo, perceber que conceito de Turismo de Natureza tem uma interpretação ampla, muito pelo facto de, segundo o TP (2006a: 12), ser um setor relativamente novo e pouco estruturado em Portugal e incluir uma variedade considerável de motivações e atividades. De ressaltar, ainda, que o Turismo de Natureza é referenciado no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)⁹ como um dos 10 produtos turísticos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social.

⁹ O PENT é um documento do Governo português (Turismo de Portugal) que sintetiza conclusões de diagnóstico e formula objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o setor do turismo em Portugal.

Pese embora o que foi discutido acima é conveniente definir, no contexto do presente trabalho, um termo que traduza todo o turismo praticado em meios rurais e/ou naturais. Deste modo, considerando que a expressão “Turismo em Espaços Rurais e Naturais” está, então, intimamente relacionada com o TER, com o TN e com outras práticas desenvolvidas em áreas rurais e naturais como o Turismo Desportivo, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, incluindo o *Touring* Cultural e Paisagístico, e reforçando a atualidade da expressão, propõe-se que, durante o trabalho, sob a designação de TERN (defendida, aliás, por Simões, 2003: 19) se considerem todas as atividades turísticas de TER e TN. Apesar de umas das tendências de consumo turístico ser a existência de turistas cada vez mais informados e experientes, Davidson (1992: 126,127) lança a ideia de que as diferenças percecionadas pelos turistas entre estas várias classificações são quase inexistentes, considerando que indicam sobretudo diferenças entre o turismo de massas convencional e o movimento que se lhe apresenta como uma alternativa. Esta afirmação, ainda que de 1992, continua bastante atual, daí que um argumento que apoia a opção do recurso ao uso do termo TERN é o facto de, na perspetiva do turista, não haver muitas diferenças entre estas modalidades ou segmentos de turismo.

2. Turismo Cultural e Turismo Educativo: considerações teóricas

A procura turística pode ser definida como o conjunto de consumidores e potenciais consumidores de um determinado destino turístico. Uma das principais características da procura turística é, a par com o crescimento constante e com a concentração no tempo, espaço e em atrações, a heterogeneidade. Isto significa que as razões que levam as pessoas a viajar, ou seja, as suas motivações, são extremamente diversificadas. A propósito dos motivos das deslocações, considera-se a motivação “a força motriz máxima que comanda o comportamento do viajante” (Pyo, Mihalik e Uysal, 1989: 277).

Como consequência da heterogeneidade da procura turística surgem, assim, do lado da oferta turística, novas formas de turismo (e consolidam-se outras) que vêm responder às exigências dessa procura. Duas tendências de consumo que, em Portugal

e no mundo, tem vindo a assumir um papel crucial no desenvolvimento turístico dos destinos, é precisamente o Turismo Cultural e o Turismo Educativo.

Relativamente ao Turismo Cultural e, de acordo com os últimos dados do Turismo de Portugal, I.P. (TP), em 2014, registaram-se cerca de 4.229.992 visitantes nos Museus, Palácios e Monumentos portugueses (TP, 2015a). Este número é, no entanto, muito redutor, uma vez que contempla apenas os visitantes de 83 equipamentos culturais registados neste estudo.

Ainda relativamente aos números do Turismo Cultural em Portugal, podemos abordar a questão dos *City Breaks*, produto turístico conexo ao Turismo Cultural e que pode ser definido como as estadas de curta duração numa determinada cidade. Segundo os dados do Euronómator International (citado por TP, 2015b), Lisboa fez, em 2013, parte do top das 100 cidade do mundo e do top das 15 cidades europeia de destino de *City Breaks*, com 2.785,2 visitantes registados.

De ressaltar, ainda, que as estadias de curta duração nas cidade (que integram recursos culturais, propostas de itinerários e oferta de experiências, incluindo eventos, que promovam a atratividade das cidades e zonas envolventes), vulgo *City Breaks*, são consideradas um dos 10 produtos estratégicos do PENT. Este documento do TP, que realça os produtos estratégicos em função da sua quota de mercado e potencial de crescimento, atribui a este produto turístico, a par com a Gastronomia e Vinhos, Saúde e Bem-Estar e *Touring* Cultural e Paisagístico e Turismo e Natureza, entre outros, um papel estratégico nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal.

O Turismo Educativo ou Turismo Pedagógico, por sua vez, assume-se como uma tendência em turismo e não propriamente como um produto trístico. Esta tendência de consumo tem como base a aprendizagem via novas experiências e, na maioria dos casos, as atividades de aprendizagem no destino realizam-se como agregadas ao objetivo da viagem. Noutros casos, o objetivo da viagem é a aprendizagem em si; consideremos, por exemplo, as viagens de estudo.

De destacar a ideia, que adiante se explora, de que qualquer projeto pode ser, simultaneamente, de Turismo Cultural (ou até mesmo, de Turismo Educativo). Um

projeto TERN pode, ao mesmo tempo que envolve as práticas turísticas desenvolvidas em meios rurais ou naturais, assumir-se como um projeto de Turismo Cultural e de Turismo Educativo, dependendo da forma como é conduzido.

A título de exemplo, os percursos turísticos em áreas rurais ou naturais podem, se integrarem na sua conceção recursos culturais constituir-se como projetos culturais. Se visarem ser mediadores na aprendizagem de conteúdos com os recursos naturais e culturais, via interpretação, podem ser, também, considerados projetos de âmbito pedagógico, ou seja, projetos de Turismo Educativo.

2.1. Turismo Cultural

Turismo e cultura são, sem dúvida, dois termos indissociáveis do universo do lazer e das viagens. Pérez (2009: 108) afirma mesmo que “em termos filosóficos toda a prática turística é cultural”.

Desde tempos imemoriais que as pessoas se deslocam sob pretextos que hoje cabem na ampla definição de Turismo Cultural. Sabe-se, por exemplo, que em 3000 a. C., o Egito era muito visitado para contemplação das pirâmides e de outros monumentos (Ignarra, 2003: 16). Porém, até há pouco tempo, estas motivações não eram percecionadas como motivações de ordem turística.

No final dos anos 70 do século passado, investigadores na área de turismo aperceberam-se que alguns turistas viajavam especificamente para contactar com a cultura e património de determinados locais. Todavia, só na década de 90, o Turismo Cultural deixou de ser entendido como um nicho de mercado¹⁰, praticado por um pequeno conjunto de turistas pertencentes a uma elite, com maior nível de instrução, que aspirava a algo mais do que o produto turístico clássico (Mckercher, 2002: 1). Para o autor, o Turismo Cultural só começou a ser reconhecido pelo que realmente é; “a high-profile, mass-market activity”, com a fragmentação do mercado turístico.

¹⁰ Um nicho de mercado é um grupo definido “mais estritamente”, um mercado mais pequeno, cujas necessidades não estão a ser totalmente satisfeitas. Enquanto que os segmentos são grandes e atraem vários concorrentes, os nichos são pequenos e atraem apenas um ou dois concorrentes (Kotler, 2000, 278-279).

A reforçar a ideia de que o Turismo Cultural é hoje, de facto, um produto turístico amplamente consumido, particularmente na Europa, apontam os dados da Comissão Europeia; “it is estimated that cultural tourism accounts for 40% of all European tourism; 4 out of 10 tourists choose their destination based on its cultural offering” (CE, 2015).

Smith (2003: 290) afirma que o Turismo Cultural é um “guarda-chuva concetual para um conjunto de atividades”, por isso, tentar circunscrever o conceito de Turismo Cultural é uma tarefa complexa.

Para se definir Turismo Cultural temos que nos centrar nas motivações da sua procura. A cultura, vista numa perspetiva abrangente e holística (materializada num conjunto de símbolos, nomeadamente na arquitetura, na arte, entre outros e manifestada na linguagem, no folclore (usos e costumes) e no quotidiano), permite afirmar que as motivações por detrás destas deslocações são variadíssimas; elas compreendem, entre outros, o interesse pelos valores, pelos símbolos e significados dos bens materiais e imateriais das comunidades.

Para Pedrosa (1997: 299) o Turismo Cultural unifica a viagem e a visita a um “ato de conhecimento que nos é proporcionado pelo encontro direto e pessoal com diversas expressões de cultura de um povo ou país”. Assim, de forma sucinta, podemos afirmar que turismo cultural abarca todo o vasto conjunto de atividades turísticas relacionadas com a vivência dos elementos do património histórico e cultural de um determinado destino turístico.

2.1.1. *Touring* Cultural e Paisagístico

O *Touring* Cultural e Paisagístico é um produto turístico que assenta na descoberta das atrações culturais e paisagísticas de uma determinada região, através de *tours*. Considerando o significado da palavra *tour*, através da consulta ao sítio web da *Cambridge Dictionaries Online* (2015), o termo exprime uma qualquer viagem feita por prazer com o intuito de visitar vários lugares numa determinada área geográfica.

A palavra *tour* remete-nos instantaneamente para a *Grand Tour*. A *Grand Tour* era uma viagem feita, tradicionalmente, por jovens aristocratas ingleses, a importantes cidades europeias como Paris, Veneza, Florença e Roma, como culminar da sua instrução clássica. Com origem nos finais do século XVI, este *tour* apresentava aos jovens ingleses (e posteriormente, alemães, escandinavos e americanos) a arte e a cultura francesa e italiana. Os *Grand Tourists* eram jovens com formação sólida em literatura grega e latina e especial interesse pela arte. A maioria dos jovens, porém, viajava por pouco tempo, tinha aspirações menos ambiciosas no que concerne às aprendizagens, sendo, contudo, essencial os *souvenirs* das suas viagens (The Metropolitan Museum of Art, 2015).

Uma vez feita a contextualização ao termo, importa, pois, definir este produto turístico. Segundo o TP (2006b: 9), os percursos em *tours* podem ser de diferente duração e extensão e em viagens independentes ou em grupo. A mesma fonte distingue, ainda, os *tours* genéricos dos *tours* temáticos. Os *Touring* genéricos, que representam cerca de 90% das viagens de *Touring*, são de conteúdo abrangente e diverso. O *tour*, rota ou circuito são, em si mesmos, a essência do produto. Os *Touring* temáticos estão ancorados num determinado tema que constitui o núcleo da experiência. Esta tipologia representa cerca de 10% do total de viagens de *Touring*. Os *Touring* em grupo envolvem viagens em transporte coletivo. Por sua vez, o *Touring* individual assenta em viagens em veículo próprio ou *fly & drive*¹¹.

O *Touring* Cultural e Paisagístico é, de acordo com o PENT, outro produto turístico estratégico para Portugal. O PENT 2013-2015, que se assume como uma revisão do documento original no horizonte 2013-2015, introduziu, porém, uma maior segmentação nalguns produtos turísticos, nomeadamente no *Touring* Cultural e Paisagístico. Apesar dos referidos 10 produtos continuarem a ser válidos, este documento destaca agora os Circuitos Turísticos Religiosos e Culturais, individualizando o Turismo Religioso e o seu papel estratégico. Segundo o mesmo documento, os Circuitos Turísticos Religiosos e Culturais são um produto consolidado para a Região Centro do país (TP, 2013).

¹¹ Fly & Drive – voo conciliado com rent-a-car

2.2. Turismo Educativo

As mudanças tecnológicas, económicas, demográficas e socioculturais ocorridas nas últimas décadas fazem da máxima “o turista está cada vez mais experiente, exigente e informado” uma realidade irrefutável. Os turistas procuram, nas suas experiências turísticas, mais do que simples visitas a determinado destino, mas, sim, vivências que lhes ofereçam aprendizagens. Carvão (2008: 30) afirma que uma das tendências de consumo turístico é, pois, a “crescente procura por experiências que representem para os turistas uma possibilidade de aumentar e expandir os seus conhecimentos”.

No contexto do mercado concorrencial da atualidade, a oferta turística dos destinos não pode parar de se reinventar, materializando-se em novas formas de turismo que satisfaçam o tal turista que procura o conhecimento. O Turismo Educativo ou Turismo Pedagógico é, exatamente, uma prática turística que responde a essa procura.

Na maioria dos casos as atividades de aprendizagem no destino realizam-se como anexas ao objetivo de viagem, por exemplo, a realização de visitas a museus ou monumentos durante uma viagem turística em que a motivação principal é o Turismo Sol e Mar. Noutras situações, o objetivo da viagem é a aprendizagem em si, como no caso das visitas de estudo, em que se procura mostrar na prática, aos alunos, os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Tomando como referência a problemática da educação como um dos princípios basilares do desenvolvimento das sociedades e a possibilidade que esta tendência de consumo proporciona em termos de combate à sazonalidade (uma vez que pode ser promovida e desenvolvida durante todo o ano), faz todo o sentido que o Turismo Educativo seja uma das políticas estratégicas de desenvolvimento de alguns países, como é o caso de Espanha e do Brasil. Aliás, o Ministério do Turismo brasileiro segmentou, em 2006, o Turismo Educativo com base na motivação por atividades e programas de aprendizagem, enfatizando o segmento Turismo de Estudos e Intercâmbio. Este organismo definiu-o como a “movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional”.

Beni (2002: 426) reconhece, porém, que a prática do Turismo Pedagógico desenvolvida atualmente não é nova, tratando-se da recuperação de uma prática antiga utilizada nos Estados Unidos por colégios e universidades particulares. Não obstante, uma das primeiras evidências da realização de viagem com um cunho educativo no mundo remetem-nos para a já referida *Grand Tour*, cujo objetivo principal era, para os *Grand Tourists*, o aprofundar dos estudos.

Uma das questões mais prementes no que diz respeito aos objetivos do Turismo Educativo tem a ver com a visão crítica da realidade visitada. Se “recordamos 90% do que fazemos, 74% do que vemos e 20% do que ouvimos” (Vallejo-Nágera e Colom Marañón, 2004 citado por Robertson, 2008: 70), torna-se imprescindível que o turista faça, isto é, que participe ativamente no próprio processo de aprendizagem. A complexidade deste processo exige, da parte de quem promove a visita, a adoção de metodologias eficazes no sentido de dotar o turista de autonomia suficiente para compreender o objeto. Uma dessas estratégias de medição na aprendizagem entre o objeto turístico e o turista é a interpretação. Nesta linha de pensamento o Turismo Educativo deve promover a interpretação como ferramenta de trabalho.

3. Percursos e Rotas Turísticas

Marcadas pela progressiva desvitalização demográfica, económica e social, as áreas rurais portuguesas requerem modelos de desenvolvimento que possibilitem a sua revitalização. Produtos e serviços alicerçados na exploração sustentável dos recursos locais podem ser projetos consonantes com a requalificação do tecido económico rural.

Muito embora Tibério e Cristóvão (2001: 1) particularizem o caso dos projetos relacionados com a produção agroalimentar, a ideia pode estender-se a outros setores, designadamente ao do turismo. A propósito da aposta em produtos tradicionais típicos e diferenciados os autores defendem que estes começam a “adquirir um elevado interesse (...) podendo tornar-se num trunfo importante para as zonas agro-rurais mais desfavorecidas, uma vez que a sua produção assenta sobre

alguns dos escassos elementos em que muitas zonas podem ser competitivas: diferenciação, qualidade (...).”.

Como já referido, o turismo é um dos setores que pode aportar às áreas rurais um potencial de desenvolvimento enorme, essencialmente, se assentarem na valorização de recursos endógenos e tradicionais. Estes projetos serão tanto mais fortes, quanto mais envolverem os recursos, a história, as tradições e a cultura e se sustentados no respeito pelas diferenças que caracterizam cada região, aliás, como atesta Kotler (2000: 309), uma das condições necessárias para a competitividade e sustentabilidade dos produtos é exatamente a diferenciação.

Os itinerários, circuitos ou rotas fazem parte desse conjunto de atividades de recreação que podem ser desenvolvidas, a título guiado ou de forma autónoma, no âmbito do turismo, particularmente do TERN.

Para o TP (2006b: 43), no *touring*, especialmente na modalidade de viagem independente, “é o próprio cliente que, na maioria dos casos, cria a sua experiência, pois o modo como frui de uma paisagem, aprecia a beleza ou o valor histórico-artístico de um determinado monumento depende de si”.

É comum vermos a referência ao termo rota como sinónimo de itinerário, circuito, percurso e roteiro. Todavia, a comunidade académica tem vindo a trabalhar no sentido de distinguir estes conceitos, uma vez que eles representam atividades turísticas diferentes de acordo com os seus modelos de conceção e gestão.

Um Itinerário Turístico é, segundo Gomez e Quijano (1992: 22), “a descrição de um caminho (...), especificando os lugares de passagem e propondo a oferta de atividades e serviços durante a sua duração”. De efeito guarda-chuva, esta definição engloba também a de Circuito Turístico e de Rota Turística.

Circuito Turístico é um itinerário que apresenta um desenho circular, tem uma duração média de cinco dias e utiliza o autocarro ou carro como meio de transporte (Picazo, 1996 *apud* Miranda, 2006: 91). Um Circuito Turístico pressupõe, então, que o ponto de partida e de chegada sejam coincidentes.

Uma Rota Turística é, também, um itinerário, sendo o termo usado preferencialmente em para fins institucionais e promocionais. Tem sempre uma função informativa, sendo programada em torno de uma temática específica (Chan, 1994 *apud* Miranda 2006: 92). Para a Associação CISTE (*apud* por Pérez, 2002: 2), rota cultural deverá ser representativa “de uma identidade regional própria, para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória coletiva”, devendo ter, igualmente, “um valor emblemático e simbólico (...) para o conjunto de pessoas externas, denominadas de visitantes”. O autor defende que os temas devem basear-se em valores culturais como “o vínculo histórico, o vínculo etnográfico, o vínculo social, uma corrente artística, uma identidade geográfica, uma identidade arquitetónica, as atividades tradicionais, as atividades artísticas, as produções artísticas”.

Na Europa, a reflexão em torno das rotas turísticas e seus contributos para a difusão e ampliação do conhecimento da cultura remonta a 1964, quando o Conselho Europeu¹² propôs a criação de diversos itinerários culturais que enfatizassem o património cultural existente. Porém, esta ideia só se concretizou em 1980, com a estruturação dos Caminhos de Peregrinação para Santiago de Compostela (Briedenhann e Wickens, 2004), que serviram, inicialmente, como fonte de inspiração e depois se tornaram referência.

A primeira rota de *Touring* Cultural a ser estruturada em Portugal foi a Rota do Fresco. Este projeto, da responsabilidade da SPIRA, empresa com alvará de Animação Turística, foi iniciado em 1999 e inscreve-se na missão essencial da empresa; aproximar o público português, nas suas diferentes faixas etárias, formações e classes sociais, do património do seu país. Esta Rota propõe a descoberta da pintura mural a fresco que existe na maior parte das igrejas, capelas e ermidas da região do Alentejo, englobando 14 municípios; Alvito, Cuba, Vidigueira, Viana do Alentejo, Portel, Évora, Borba, Vila Viçosa, Alandroal, Serpa, Moura, Castro Verde, Aljustrel e Beja.

¹² Conselho Europeu – órgão que define as orientações e prioridades políticas gerais da União Europeia.

4. Interpretação em Turismo

Cunha (2013: 177) define oferta turística como o conjunto dos recursos naturais e artificiais, equipamentos, bens e serviços que provocam a deslocação dos visitantes e satisfazem as necessidades resultantes da sua deslocação e permanência. Como facilmente se percebe, os recursos assumem-se como um dos elementos mais importantes da oferta turística uma vez que são eles que, pelo seu efeito *push*¹³, promovem a deslocação dos visitantes.

Genericamente chamamos Património Turístico aos Recursos Turísticos. Porém a OMT distingue, na perspetiva do turismo, os dois conceitos. Por um lado, define Património Turístico como “o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais à disposição do homem e que podem utilizar-se, mediante um processo de transformação, para satisfazer as suas necessidades turísticas”, por outro sustenta que Recurso Turístico compreende “todos os bens e serviços que, por intermédio da actividade humana, tornam possível a actividade turística e satisfazem as necessidades da procura” (OMT, 1978 *apud* Cunha, 2008: 25).

A respeito da importância do património/recursos para o turismo, Cooper (1991: 224) considera que as atrações são a “*raison d’être*” do turismo e Vinuesa (2005: 1) afirma que o turismo tem no património um pilar básico e o património necessita do turismo para beneficiar de uma maior visibilidade e projeção. É precisamente esta cumplicidade que justifica a necessidade de uma correta gestão do Património Turístico. Acresce que muito do Património Turístico dos destinos representa, pela sua raridade ou pelo seu carácter exclusivo, endógeno ou típico, um legado valioso que exige ser preservado.

Uma das estratégias a que o turismo pode recorrer para a salvaguarda do património é veicular os turistas e as comunidades de acolhimento aos projetos turísticos, apelando à consciência e responsabilidade cívica. Estes vínculos passam, entre outros, pela participação ativa das comunidades de acolhimento em todo o processo de conceção e

¹³ Os fatores de atração (estímulos externos) que influenciam a motivação dos visitantes são designados pelo termo “pull”, os fatores (intrapessoais) que impelem os visitantes a viajar/provocam o desejo de viajar são designados por “push” (Shaw e Williams, 2002: 87).

implementação das atividades turísticas e pela adoção de medidas de gestão de visitantes. Kastenholz (2004: 388) e Cooper *et al.* (2001: 505) consideram que desenvolvimento turístico equilibrado dos destinos exige a atenção da gestão, não só no que concerne os recursos, mas também no que diz respeito aos visitantes. Durão (2009: 6) escreve que a gestão de visitantes, enquanto filosofia de gestão, promove “a maximização da experiência do visitante e a preservação do objeto da visita, assegurando deste modo a sustentabilidade do usufruto dos recursos”.

Kuo (2002: 89) considera as estratégias físicas, as estratégias reguladoras e as estratégias económicas como estratégias *hard* (duras) da gestão de visitantes e as estratégias educacionais como estratégias *soft* (suaves) da gestão de visitantes. Para Kastenholz (2004: 388) a Interpretação é umas das medidas *soft* da gestão de visitantes.

A Interpretação é um tema bem documentado na literatura. Centremo-nos na definição desenvolvida por Freeman Tilden, autor de referência nesta matéria, que considera que a interpretação do património é uma atividade educativa que visa revelar significados, através do uso preferencial de objetos originais, do recurso a experiências em “primeira mão” e a material ilustrado, em detrimento de simples comunicações factuais (1977: 38). A partir desta definição é fácil compreender que a Interpretação está estreitamente relacionada com a Comunicação; isto é, com a forma como se comunica e respetivos suportes de comunicação.

A propósito da Interpretação e da sua contribuição para a sustentabilidade dos recursos turísticos (via responsabilização dos visitantes), Tilden (*ibidem*: 8), sustenta a ideia de que “Pela interpretação, compreensão; pela compreensão, apreço; pelo apreço, protecção” e Lane (1991: 2) refere que “the visitor will gain an indepth understanding and knowledge of the area, its landscapes and peoples. The tourist will become concerned and, therefore, protective of the host area”. Atendamos, também, ao contributo da Society for Interpreting Britain’s Heritage, que corrobora com a teoria dos autores anteriores, e que afirma que a Interpretação é “a process of clear significance to the visitor of the site or object, increasing the benefits of access and facilitating the understanding of the cultural heritage and the environment, while

allowing a receptive attitude in relation to its conservation” (Society for Interpreting Britain’s Heritage citado por Moscardo, 2003: 113). Pode, então, perceber-se que a Interpretação tem uma dupla faceta; se por um lado valoriza o património, por outro, valoriza a experiência de visita do turista.

Cooper (1991: 229) considera, porém, que a Interpretação poderá encerrar em si algumas contraindicações, tal como a possibilidade de manipular a informação “fornecida” aos visitantes. O autor reforça a sua opinião com a ideia de que ao controlar determinada informação se pode negar o acesso a outra informação potencialmente importante (*ibidem*: 225).

É, todavia, consensual que as técnicas de interpretação são parte integrante da experiência de visita das atrações turísticas e que, quando bem planeadas e implementadas, apoiam os visitantes na perceção do património que visitam. Mais, elas são, acima de tudo, uma forma de levar cada um a fazer a sua própria interpretação do património.

A tipologia e características das técnicas de interpretação dependem da natureza das atrações e do objetivo da visita. Assim, no processo de conceção dos projetos de interpretação é fundamental adequar-se-lhes os meios e os conteúdos. Moscardo (*op. cit.*: 112) reitera esta ideia e afirma, ainda, que é fundamental conhecer, igualmente, as características do público-alvo.

Independentemente da natureza das atrações, do objetivo da visita ou do perfil dos visitantes, Tiden (*op. cit.*: 9) considera existirem seis princípios na Interpretação, três dos quais particularmente importantes: *provocar*, *relacionar* e *revelar*. Já para Moscardo (*op. cit.*: 116) a Interpretação atua, entre outras, como forma de influenciar os locais de visita dos turistas e informá-los sobre comportamentos adequados. Neste contexto importa, todavia, perceber que a Interpretação não pode ser meramente informativa e que tem que ser o visitante a fazer a sua própria leitura do lugar que visita; o papel da Interpretação deve ser tão-somente o de mediação.

As técnicas de Interpretação podem ser aplicadas a qualquer projeto turístico, sendo particularmente importantes em atividades como visitas guiadas, visitas a museus,

galerias de arte, jardins zoológicos ou outros parques temáticos, áreas protegidas, edifícios históricos e sítios arqueológicos.

Particularizando o caso dos Percursos Turísticos, guiados ou autónomos, e considerando que estes projetos não são apenas uma sequência de visitas, mas podem ser uma importante matriz de leitura do local, é notório o valor da Interpretação. Em ambos os casos, a mediação entre o turista e o Património Turístico é essencial; nas visitas guiadas revela-se fundamental o guia, nas visitas autónomas, o material de apoio à visita, seja em suporte digital ou suporte escrito.

Especificamente no que respeita a projetos direcionados ao público infantil, a Interpretação deve seguir uma abordagem diferente da dos adultos, como apoia Tilden (*op. cit.*: 9): “Interpretation addressed to children (...) should not be a dilution of the presentation to adults (...). To be at its best it will require a separate program.”.

4.1. Interpretação e turismo para crianças

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) é uma declaração adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas a 20 de novembro de 1989 (e ratificada por Portugal a 21 de setembro de 1990) que, ainda vigente, consagra todos os direitos e liberdades fundamentais das crianças. Esta convenção não é apenas uma declaração de princípios; quando ratificada, ela representa um vínculo jurídico para os Estados que a assinam.

A CDC considera criança todo o ser humano com menos de dezoito anos, exceto se a lei nacional lhe conferir a maioridade mais cedo. Pelo n.º 1 do artigo 31.º, os Estados Partes reconhecem à criança “o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística” (UNICEF, 2004).

Considerando o direito de recreação consagrado na CDC e sendo o turismo uma atividade de recreação podemos afirmar que as crianças têm direito a praticar turismo. Mais, atendendo à questão do acesso à cultura, o turismo, se projetado numa perspetiva formativa/educativa, pode proporcionar-lhes atividades de natureza

cultural. Além desta, coloca-se, igualmente, uma outra questão; as crianças são, nas férias e viagens em família, os elementos que mais peso têm nas tomadas de decisão. Elas exercem uma enorme influência sobre os pais e a sua satisfação é, portanto, um argumento a ter em conta na programação de atividades turísticas. É por esta razão, e também pelo facto das crianças virem a ser os consumidores do futuro, que o Turismo Júnior, Turismo Infantil e Turismo Juvenil é um tema em voga.

Apesar disso, este nicho de mercado carece ainda de discussão no mundo académico no sentido de se lhe estabelecer uma definição, limites e fronteiras. Porém, a necessidade maior não se prende com a questão das faixas etárias das crianças que praticam turismo infantil, mas com a conceção de uma definição que indique que o turismo infantil é o turismo realizado para as crianças e deve ser desenhado especificamente em função das suas especificidades.

A respeito da Interpretação projetada especificamente para o Turismo Infantil, os programas de comunicação interpretativa podem ser apresentados sob diferentes formas; visitas guiadas teatralizadas, distribuição de roteiros ou pequenos manuais de leitura para apoio às visitas, conceção de atividades práticas relacionadas com as temáticas, seja em suporte digital ou físico ou dinamização de jogos, como a “caça ao tesouro”. Porém o fundamental é que esses meios sejam capazes de motivar o público e veiculá-lo ao projeto. Ham (1992: 7, 8) remete-nos para o tema público motivado/público não motivado para a aprendizagem, abordando a questão através de recomendações que influenciam o desempenho da Interpretação; para o autor a Interpretação tem de ser *agradável, relevante, organizada e centrada num tema*.

Parte II – A Idade Média e o concelho de Penela

Esta segunda parte do trabalho assenta numa breve contextualização sobre o longo período da História denominado Idade Média, particularmente sobre a temática dos castelos, dos pelourinhos, dos guerreiros e da agricultura e feiras medievais, bem como na inventariação de parte do património do território da RCMM, especificamente do concelho de Penela, dando ênfase ao património tido como de origem medieval.

5. A Idade Média

5.1. Contextualização histórica da Idade Média em Portugal

A Idade Média é o período da História da Europa ocidental que dura aproximadamente mil anos e que se inicia com a Queda do Império Romano do Ocidente.

Este período era tradicionalmente tido como uma época de retrocesso. Para Nicholas (1999: 13), os termos Medieval e Idade Média são empregues para designar “o milénio do retrocesso intelectual e injustiça social”. Os ingleses designam mesmo este período da História como “the dark ages”. Todavia, Le Goff (1995:15) diz, a este respeito, que a “idealização das recordações” transformam o passado coletivo das civilizações, pelo que, nas correntes mais recentes, a Idade Média já não é encarada como um período tão obscuro.

A Idade Média está dividida, na historiografia das línguas românicas (escola francesa), em Baixa Idade Média e Alta Idade Média, sendo a invasão dos povos bárbaros no século V o evento que dita o início da Baixa Idade Média e as suas grandes transformações no Ocidente. A Alta Idade Média ter-se-á iniciado por volta do ano mil, não estando definida uma data concreta.

À Península Ibérica, com a desagregação do Império Romano do Ocidente, chegaram, numa primeira vaga, os Alanos, Vândalos e Suevos e, numa segunda vaga, os Visigodos. Le Goff recorre a um testemunho coevo (Bispo Idácio) para descrever o ambiente vivido no período das invasões bárbaras; “Os Bárbaros espalham-se pelas

Espanhas (....) os quatro flagelos do ferro, da fome, das epidemias e dos animais devastam tudo em todo o mundo e as predições do Senhor através dos seus profetas realizaram-se” (*ibidem*: 41).

No início do século VIII, o exército muçulmano invade a Península Ibérica conquistando rapidamente o território peninsular com exceção do seu extremo norte, as Astúrias. Os muçulmanos permaneceram alguns séculos no território da Hispânia (a que chamavam Al-Andalus), influenciando a língua (relembre-se a toponímia das localidades de Penela; Alfafar e Almegue), a cultura, algumas artes e ciências como a agricultura, a astronomia e a matemática.

A incapacidade de conquistarem a totalidade do território permitiu que, os visigodos cristãos das Astúrias, liderados por Pelágio, iniciassem, com o apoio dos reinos do norte dos Pirenéus, o longo processo de Reconquista Cristã.

O território muçulmano foi, lentamente, retomado pelos reinos cristãos, sendo Coimbra conquistada, definitivamente, em 1064, por Fernando Magno, Rei de Castela e Leão (Arnaut e Dias, *op. cit.*: 11). O Rio Mondego passou a ser a fronteira do ocidente da Península Ibérica.

Sesnando Davides, moçárabe da Península Ibérica, torna-se, então, Senhor de Coimbra (Alvazil de Coimbra), sendo responsável pela construção de vários castelos da região, nomeadamente o de Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Penacova e Penela. Nesta altura, Coimbra era um centro económico e mercantil bem como um lugar de promoção da cultura moçárabe. Governou até cerca de 1091 (Universidade de Coimbra, 2014).

Em 1131, D. Afonso Henriques deixa Guimarães e muda-se para Coimbra, passando a cidade a ser o seu “quartel-general” (Moreno, 1995: 19). Dada a importância, à data, da cidade de Coimbra no contexto ibérico, foi reforçada a linha defensiva, que consistiu na edificação de um conjunto de muralhas e castelos e outras estruturas defensivas, para proteger a região cristã do ataque dos mouros (ADCMMM, s/d_d). Segundo Moreno, para fortalecer a Linha do Mondego, D. Afonso Henriques doa o Castelo de Soure aos Templários, concede Cartas de Foral a Miranda do Corvo, em

1136, e a Penela, em 1137, e edifica novos castelos, particularmente em Germanelo, em 1142. Além destas medidas dirige pessoalmente uma incursão contra os muçulmanos da região, conhecida como o “fossado da Ladeia” (Moreno, *op. cit.*: 53).

Apesar do avanço da fronteira para sul e consequente afastamento do perigo muçulmano da cidade de Coimbra, o Castelo de Penela continuou a deter importância estratégica, tendo sido alvo de obras de manutenção e ampliação já no decurso do séc. XV (ADCMMM, s/d_d). Os castelos continuaram a ser, durante todo o período medieval, símbolos da organização social, de poder, de segurança das populações e manutenção da justiça.

Apesar de terminada a reconquista portuguesa em 1249, no reinado de Afonso III, houve sempre necessidade de manter as estruturas defensivas ativas, fruto da natureza belicista da cultura medieval. Ao longo da dinastia de borgonha foram diversos os episódios de conflitos armados, quer de dimensão regional, nacional e até ibérica.

Ultrapassada a crise dinástica de 1383-85, com a dinastia de Avis, inicia-se a expansão ultramarina, primeiro como continuação da reconquista cristã, agora em território magrebino, e posteriormente com um projeto de navegação cada vez mais ousado. A expansão ultramarina modifica a estrutura social, alterando a tradicional relação entre as três classes, abrindo caminho ao renascimento das cidades como focos culturais e de comércio, prenúncios de uma nova era, a Idade Moderna.

5.2. Os castelos medievais

Os castelos são símbolos do sistema feudal que dominou a Europa medieval. Ao contrário dos burgos¹⁴ e das civitates¹⁵, os castelos eram residência dos reis ou de apenas uma família de senhores feudais, vassallos diretos do rei.

¹⁴ Burgos (do latim *Burgus*) – pequeno povoado construído fora das muralhas do núcleo urbano primitivo (castelo ou mosteiro) e que se desenvolveu sob sua proteção, pelo processo de troca de produtos entre um feudo (território maior) e outro. Os seus habitantes eram os burgueses.

¹⁵ Civitates (do latim *Civitatis*) - unidades político-administrativas, cidades.

Na sua maioria, os castelos medievais da Europa assentam estrategicamente sobre colinas íngremes ou nos topos de falésias rochosas, numa posição de domínio e controle do território. Veja-se a localização sobranceira dos castelos (tão distintos) como o de Lisboa ou o de Santa Maria da Feira. Muitos deles tiveram origem em castros pré-romanos, situados em locais altos, como afirma Barrocas, porque “as populações sentiram necessidade de erguerem estruturas defensivas” (Barroca, 1990-91: 89). Em Portugal, refiram-se os castelos de Castro Marim e de Castro Laboreiro, por razões de toponímia, e o Castelo de Penela e de Germanelo, pelo facto de serem dois castelos de origem castreja no concelho em estudo.

Esta localização intencional dos castelos faz parte de um pensamento estratégico que acaba por originar as Linhas Defensivas, que ajudaram a assegurar a integridade do espaço físico dos territórios. Em Portugal, a Linha Defensiva do Mondego, do qual fazia parte, como já referido, o Castelo de Penela, foi um exemplo da estratégia defensiva planeada da cidade de Coimbra.

No início da Idade Média os castelos eram de madeira, no entanto, estas fortificações incendiavam-se facilmente e eram menos resistentes que as de pedra. Por isso, os castelos de madeira, muito comuns na Normandia (Ciovacco, 2008: 1, 2), foram sendo substituídos pelos de pedra.

Os castelos medievais eram constituídos por *muralhas de pedra* (também designadas por *pano de muralha*), *torres de vigia* e pelo *edifício principal*.

As muralhas possuíam várias *ameias*¹⁶ e tinham, regra geral, apenas um *portão*, configuração que permitia maior controle das entradas. Estes portões, flanqueados por duas torres iguais, eram de grandes dimensões, feitos de madeira de carvalho e cobertos por portas levadiças de ferro. A rodear as muralhas havia *valas* ou *fossos* profundos e, geralmente, cheios de água, daí que para se entrar pelos portões existissem as *pontes levadiças*, que se baixavam e içavam através de cordas ou correntes de ferro (*ibidem*: 3,4).

¹⁶ Abertura, no parapeito das muralhas de um castelo.

A *barbacã* ou *muralha da barbacã* era um muro de pedra mais pequeno e anteposto à muralha exterior que, oferecendo uma segunda resistência aos inimigos, defendia o espaço entre a muralha exterior e o pátio interior. Tinha uma ou várias portas para o interior do castelo e possuía vários elementos que se relacionam com a sua função defensiva; os *mata-cães*, as *frestas* ou *fendas de espionagem* e as *seteiras*. Os *mata-cães* eram orifícios por onde os *guardas da barbacã* atiravam água e areia a ferver ou pedras aos inimigos. As *frestas de espionagem* eram *fendas* na parede da muralha que serviam para os *soldados de guarnição* vigiarem o fosso entre a muralha exterior e a *barbacã*. As *seteiras* eram *fendas estreitas* que serviam para lançar setas com arcos ou bestas (*idem*).

Estes elementos da *barbacã* são, igualmente, comuns a outras estruturas, nomeadamente às torres de vigia. Em Coimbra, na Torre de Almedina, existem dois *mata-cães*; diz a tradição oral (e escrita) que se atirava água e azeite a ferver aos Mouros que tentavam entrar na *Medina* (cidade).

Regra geral, na *torre de menagem*, estrutura central do castelo, ou nos seus espaços mais próximos existia uma capela que, apesar de privada (do senhor e da sua família), podia ser acedida por todos os serviçais e guardas do castelo. As janelas dos andares mais baixos da torre de menagem eram pequenas e estreitas de forma a não deixar passar projéteis e pessoas (inimigos). As suas paredes estavam revestidas de tapeçarias grandes e coloridas para tornar os aposentos mais confortáveis. Havia archotes e velas para iluminar o seu interior e lareiras acesas para aquecer os espaços. As tapeçarias eram verdadeiras obras de arte e, muitas vezes, representavam episódios históricos e da vida quotidiana. O quarto do senhor do castelo situava-se nos andares mais elevados da torre de menagem, local de mais difícil acesso. Os quartos usados apenas pelas senhoras designavam-se por *toucadores*. Por vezes, as paredes eram estucadas e ornamentadas com pinturas. Os senhores dormiam em colchões de palha ou penas, em camas de madeira cobertas com *dosséis*¹⁷. Relativamente à higiene pessoal, os senhores do castelo tomavam banho em tinhas de madeira colocadas junto às lareiras e usavam penicos ou *latrinas*¹⁸. O latrineiro (pessoa que recolhia os dejetos

¹⁷ Armações com cortinas que cobrem as camas.

¹⁸ Retretes ou sanitas.

dos penicos e limpava o fosso, para onde os dejetos eram canalizados), quando o fosso cheirava muito mal, atirava-lhe flores de alfazema ou de hortelã-pimenta. O lixo do castelo era atirado para o fosso (*ibidem*: 11, 12). As refeições dos senhores eram servidas no salão nobre, também situado na torre de manegam. O salão nobre era também o palco de festas e outras ocasiões solenes.

5.3. Os pelourinhos na Idade Média

Pensa-se que tenham origem anterior, porém, sabe-se que na Idade Média, os pelourinhos (ou *picotas*, nome mais antigo), eram padrões dos concelhos e símbolos da liberdade e da autonomia municipal. Os pelourinhos primitivos eram colunas de pedra colocadas, geralmente, nos centros das urbes. Para além da função simbólica do poder, o pelourinho era o lugar onde se faziam anúncios e proclamações, exposição de criminosos e, provavelmente, de cumprimento de pequenas penas. Todavia, não era local de flagelação ou enforcamento, porque para essas penas, existiram o poste e a forca (Carvalho, 2013: 252-253). Até ao século XVI, as picotas tinham também função de prisão (picota de gaiola). Os condenados permaneciam numa gaiola de madeira por cima da coluna da picota. A partir (provavelmente) da segunda metade do século XVI, o sistema de detenção na gaiola é substituído, em virtude de se começarem a construir os edifícios do tribunal (e cadeia) onde os condenados começaram a cumprir as suas penas. Mais tarde veio a criar-se o “remate simbólico e decorativo” da gaiola, agora em pedra (*ibidem*: 259, 260).

5.4. Os guerreiros medievais portugueses

5.4.1. A cavalaria e a peonagem

Os exércitos medievais eram compostos por elementos montados, que formavam a *cavalaria*, e por elementos a pé, a *infantaria*. Embora se dê muito destaque aos cavaleiros da Idade Média, a infantaria merece, igualmente, um lugar de relevo no contexto das suas funções militares.

As tropas montadas pertenciam às classes mais altas, sendo constituídas por *cavaleiros nobres* e *cavaleiros vilãos*. Os primeiros eram nobres abastados, os cavaleiros vilãos,

não sendo nobres, tinham riqueza suficiente para ter e manter os seus cavalos (Tavares, 1987: 7). A manutenção de um cavalo constituía um encargo muito pesado; para além da alimentação, os animais exigiam mudança periódica de pastos, sendo, também, necessária a construção de estábulos e vedações (Monteiro, 1998 *apud* Oliveira, 2003: 271). Além disto, era indispensável adquirir o equipamento para selar o animal e o fardamento de cavaleiro.

As tropas apeadas eram os *peões*. A maioria dos guerreiros da infantaria (também designada por *peonagem*) eram camponeses ou artesãos e constituíam a classe mais modesta e mais numerosa entre os guerreiros medievais (Tavares, *op. cit.*: 5). Os peões que usavam arcos chamavam-se *arqueiros*, os que usavam bestas, *besteiros*.

Em termos de organização das tropas existiam as *mesnadas* da nobreza, as do clero e as das ordens religiosas militares. Havia, também, a *peonagem dos municípios* (ou *peonagem do conto*). As mesnadas englobavam cavaleiros e peões. A peonagem do município eram peões ao serviço dos municípios, vassalos diretos do rei (*ibidem*: 7).

5.4.2. A peonagem: indumentária e o equipamento de combate

O equipamento dos guerreiros apeados era muito “rudimentar”; a peonagem usava *espadas curtas* ou utensílios agrícolas e de caça como *foices*, *forquilhas*, *machados*, *varapaus* e *mocas*. Usavam-se, ainda, os *arcos* e as *bestas*. Por vezes os peões empunhavam *escudos redondos* de proteção. No que respeita à vestimenta, alguns peões vestiam o *estarcão*, isto é, uma túnica de malha de ferro que se usava por cima de uma veste de couro, ou a *loriga*, uma espécie de saia de malha ou de couro com lâminas de metal. Na cabeça, usavam o *camalho* ou *coifa*, uma touca de malha de ferro ou couro que protegia não só a cabeça, mas também o pescoço e os ombros. Existia, também, a *cervilheira* ou *casco*¹⁹ que, feitos de metal, tinham muitas vezes um reforço para proteger o rosto e o nariz (*ibidem*: 8).

¹⁹ Capacete.

Nos finais do século XII e inícios do século XIII, as Cruzadas²⁰ vieram modificar o desempenho da peonagem; os peões passaram a guerrear melhor devido à melhoria do equipamento e a novas estratégias de organização militar (*ibidem*: 13). A infantaria portuguesa assumiu, inclusivamente, um papel de destaque aquando da Batalha de Navas de Tolosa (hoje, território espanhol), em 1212; “em determinada altura do combate, viram-se sem apoio da cavalaria cristã (....) e contra-atacaram a cavalaria inimiga”, os Muçulmanos, tendo concorrido para o êxito da batalha (*ibidem*: 20). Outro marco para a infantaria portuguesa foi a Batalha de Atoleiros (1384) com a aplicação da famosa “tática do quadrado”²¹ (*ibidem*: 26). A infantaria portuguesa foi também essencial na Batalha de Aljubarrota (1385) quando venceu a cavalaria castelhana (*ibidem*: 7). Em ambos os casos defenderam a fação do Mestre de Avis, impedindo que Portugal fosse integrado no Reino de Castela, como aconteceu com outros reinos da Península Ibérica.

Além das Cruzadas, o contacto com outros povos guerreiros veio introduzir novos instrumentos de combate à peonagem. Destaque para as armas de fuste²², a *alabarda* (de origem flamenga) e o *martelo-bico-de-corvo* (arma com ponta aguçada, com um martelo de um lado e uma lâmina do outro), para a *bola eriçada de picos* (inspirada num malho de cereais) e para o *bracamarte*, espada curta com gume curvo apenas de um lado (de inspiração viking). Começou a usar-se o *chapel*, capacete de abas largas, e o *broquel*, escudo redondo mais pequeno (*ibidem*: 14, 15). Os besteiros e os arqueiros usavam um escudo grande (*mantelete*, se fosse fixo, ou *pavês*, se amovível), quadrangular, de madeira, para se abrigarem enquanto preparavam as armas (*ibidem*: 18).

Muitas mulheres participavam ativamente nas batalhas da Idade Média; tanto como forma de apoio no fornecimento de munições aos guerreiros como combatendo. Destaque para as mulheres guerreiras portuguesas da Idade Média D. Teresa (Filha de D. Afonso Henriques), Deu-la-Deu Martins, Brites de Almeida e Inês Negra. Neste

²⁰ Movimentos militares Cristãos que partiram da Europa Ocidental para expulsar os Muçulmanos da Terra Santa (Palestina).

²¹ A tática do quadrado consistia em dispor a infantaria estrategicamente em forma de quadrado para “enclausurar” o inimigo.

²² Armas com haste.

contexto, e por se tratarem de mulheres oriundas de classes sociais mais baixas, ressalva para as atuações de Brites de Almeida (a Padeira de Aljubarrota) e de Inês Negra (montanhesa das Terras de Barroso), ambas apoiantes de Mestre de Avis.

5.5. A agricultura e as feiras na Idade Média

A economia da Europa medieval era marcadamente agrária, mesmo após o crescimento das cidades e do comércio na Idade Média mais tardia (Nicholas, *op. cit.*: 174). Os senhores arrendavam as terras em redor dos seus castelos a aldeãos, agricultores, que trabalhavam a terra e pagavam rendas, prestando também serviço militar (Ciovacco, *op. cit.*: 1).

A alimentação da época medieval tem sido alvo de reinterpretações; foi abandonada a visão de um período marcado pela fome, para se ensaiarem outras teses que refletem as diferentes realidades vividas pelos diferentes grupos sociais da época. Estas reflexões advêm, grande parte, da análise de fontes documentais como forais, folhas de pagamentos de impostos ou receiptuários que retratam aspetos políticos e territoriais, da agricultura e da vida do quotidiano medieval.

Para Ferreira (2008: 105), e a respeito da alimentação medieval em Portugal, “as quantidades de alimentos disponíveis eram globalmente suficientes para suprir as necessidades energéticas, até mesmo nas classes menos abastadas”. Segundo o autor, o remanescente após o pagamento aos senhores das terras (com cereais e vinho) era, regra geral, suficiente para “matar a fome”, no entanto, nem sempre chegava para a aquisição de carne, peixe e outras “iguarias”.

Os cereais, o pão e o vinho eram a base da alimentação, particularmente da dos camponeses. Os cereais eram consumidos sobretudo em forma de pão, porém, a farinha tinha diversos outros usos; era consumida como papas ou sopas, para confeccionar biscoitos, pasteis e empadas ou como polme para peixe ou carne. Dos cereais cultivados em Portugal, salientam-se as diferentes variedades de trigo, o centeio, a cevada e a aveia. Na Europa, o milho começou a cultivar-se apenas no século XV, o arroz já se consumia no século XIV, mas ainda não assumia a dimensão dos outros cereais. Nesta altura já se usavam os termos “fogaça” para designar o pão

delgado e cozido debaixo das cinzas e “broa” para designar pão de milho. Na escassez de cereais, as castanhas e as leguminosas eram utilizadas como substitutos (favas, ervilhas, lentilhas, grão-de-bico, chícharos, feijão e tremço). Relativamente ao vinho, embora parte da produção das vinhas se destinasse ao consumo de uvas como fruta de mesa, a grande maioria destinava-se à produção de vinho para consumo nacional e para exportação. O vinho era bebido cru ou cozido, simples ou misturado com água; as classes mais pobres bebiam-no “meado de água”, os mais ricos, “fariam a mistura com duas partes de vinho e uma de água” (*ibidem*: 106, 107).

As hortaliças, os legumes e leguminosas eram muito utilizados na confeção de sopas, papas ou no acompanhamento de carne ou peixe. De acordo com documentos do século XII, o consumo de pastas de tipo filiforme também seria comum na confeção de aletria e macarrão. O mesmo documento refere as massas tenras e folhadas em pastéis, pastelões ou empadas de carne. A carne de caça e de criação era o alimento mais ambicionado por todas as classes sociais, porém, nem sempre acessível a todos. O peixe fresco ou conservado pelo sal, seco ou fumado, desempenhava um papel muito importante na alimentação medieval (Oliveira, 2008: 4, 5). Utilizavam-se temperos, ervas de cheiro e sal, fruta e frutos secos nas ementas. Escabeche de peixe, peixe ao sal, galinha cozida e ensopada, costelas de porco com favas e vaca picada em seco são algumas das receitas de carne e peixe. Biscoitos de flor de laranjeira, pastéis de leite, sopas de mel, fios de ovos, pão-de-ló, arroz doce ou aletria são sugestões de pratos da doçaria (*ibidem*: 6, 7).

Os forais dos municípios possibilitam obter muita informação acerca dos territórios e sua ocupação; o Foral de Penela de 1137, por exemplo, permite perceber que em Penela, à data, se cultivava e se apascentavam rebanhos; cultivava-se o trigo, a cevada e a vinha, havia bois, vacas, ovelhas e cavalos, coelhos bravos, ginetas, cervos e porcos montanhese e havia mel e cera (Arnaut e Dias, *op. cit*: 38). Os autores referem ainda que, tal como acontece hoje, Penela medieval produzia azeite (*ibidem*: 97).

Os produtos agro-pastoris eram vendidos nas feiras e mercados ou “porta-a-porta”. Nos dois contextos, realce para o papel do *almocreve*²³, comerciantes ambulantes que

²³ Palavra de origem árabe.

transportavam produtos de umas regiões para as outras, com recurso a burros e a outros animais de carga. As formas de comércio fixo eram os pequenos mercados e as feiras.

Em Portugal, as feiras desenvolveram-se, principalmente, no reinado de D. Afonso III, já depois do final da Reconquista, devido ao clima de maior prosperidade e segurança que marcou o seu reinado. A propósito, Ventura afirma que “Afonso III dá início a uma política tendente à coesão do seu reino” (Ventura, 2013: 95). Esta política teve como corolário a criação de feiras, particularmente nas zonas de interior e de fronteira. Na carta de criação da feira da Guarda, D. Afonso III expressa a sua convicção de que as feiras são um dos melhores meios de desenvolvimento do país e um ato de utilidade pública e privada. D. Afonso III criou 16 feiras, mensais ou anuais, sendo as anuais, geralmente de 15 dias associadas a festividades religiosas (*ibidem*, 116). Como forma de incentivar o comércio, alguns monarcas concediam proteção especial aos comerciantes, dispensando-os de pagar impostos, eram as chamadas feiras francas.

São conhecidas duas grandes feiras medievais anuais em Penela, ambas criadas com o estatuto de feiras francas pelo Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. A primeira, a Feira de S. Miguel, apesar de associada a D. Pedro, foi mandada criar por D. Duarte, seu pai, em 1433. Esta feira durava três dias, iniciando-se na véspera do dia do Santo, a 29 de setembro, e prolongando-se por um dia depois. A segunda, a Feira de S. Sebastião, foi criada por D. Pedro, em 1440, pelo dia de S. Sebastião, a 20 de janeiro. A feira detinha todos os privilégios e franquias outorgados para a feira de S. Miguel (Rau, 1983 *apud* Campos, 2009: 142). A Feira de S. Sebastião extinguiu-se no século XVI, perpetuando-se a de S. Miguel (Nunes, 1997, *apud* Campos, 2009: 142). Como já referido, estas duas feiras são retratadas, por dramatização, no evento Feira Medieval de Penela, promovido pela Câmara Municipal de Penela em parceria com outras entidades, e realizada, anualmente, no Castelo de Penela

6. Caraterização geral do território de intervenção: concelho de Penela

6.1. Enquadramento territorial e morfológico do concelho de Penela

Localizada na Região Centro (NUT II) e na Região de Coimbra (NUT III), Penela é uma vila, sede de concelho, pertencente ao distrito de Coimbra. Com uma área de cerca de 136 km², o concelho divide-se em 4 freguesias; Podentes, Espinhal, Cumieira e União de Freguesias de S. Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal. É delimitado a norte pelo Município de Miranda do Corvo, a leste por Figueiró dos Vinhos, a sudoeste por Ansião, a oeste por Soure e a noroeste por Condeixa-a-Nova (ver Figura 2).

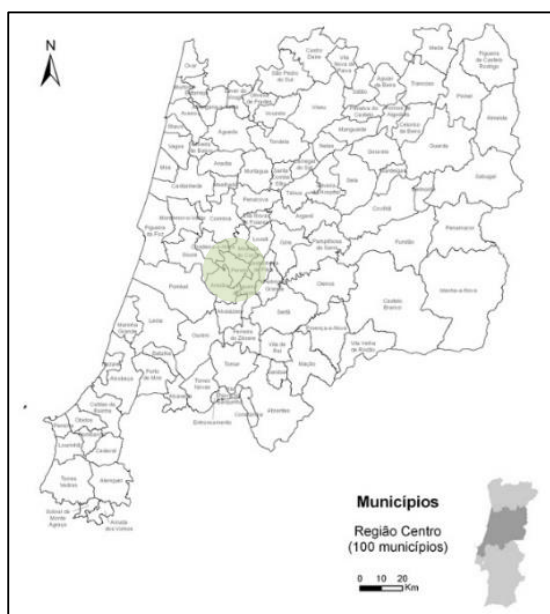


Figura 2 – Localização do concelho de Penela

Fonte: http://www.ccdrc.pt/images/stories/regiao_centro/munic_rc100.jpg

O concelho de Penela faz parte de uma região muito particular; as Terras de Sicó. “Terras de Sicó”, designação associada a um território com uma área de 1500km² em torno do Maciço da Serra de Sicó, abrange a totalidade de 6 concelhos; Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure (Albergaria, 2008: 6). A densidade populacional da região era, em 2001, de 80,6 habitantes por km² (Terras de Sicó, 2015a).

Do ponto de vista morfológico existe, no concelho, um nítido contraste entre os setores com valores altitudinais elevados (próximos dos 900 metros) e os setores de altitude mais baixa (próximos dos 130 metros). Para um território pouco extenso como o do concelho de Penela, esta realidade traduz-se numa topografia bastante diversificada. Nas altitudes mais significativas do município, situadas nos setores oriental e sul do território, predominam materiais associados ao Maciço Hespérico²⁴ (com rochas predominantemente xistosas e quartzíticas) bem como granitoides do pequeno batólito²⁵ de Vila Nova. O setor central do território é dominado por uma depressão desenvolvida nas rochas detríticas da base do Mesozóico, na qual se instalou o Rio Dueça. O setor ocidental do território é marcado pelas serras calcárias, que dominam todo um conjunto de colinas dolomíticas cujos cumes raramente ultrapassam os 300 metros de altitude (Cordeiro, 2010: 39).

No que respeita à morfologia do relevo pode, então, destacar-se o Monte de Vez, o Monte Jerumelo, o Castelo do Rabaçal e o “Castelo” do Sobral.

6.2. Breve caracterização sociodemográfica do concelho de Penela

Tal como se pode verificar no quadro abaixo (ver Quadro 1), o concelho de Penela possuía, em 2013, uma Densidade Populacional de 42,5 habitantes por km² (INE, 2014a).

De acordo com a mesma fonte e considerando o referido quadro, Penela, apresentou em 2013, uma Taxa Bruta de Natalidade de 4%, indicador que nos remete para o número de nados-vivos, por mil habitantes, ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil (INE, 2014b).

No mesmo quadro, pode verificar-se, também, o Índice de Envelhecimento do concelho (indicador que revela a relação existente entre o número de idosos e a população jovem, habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos) que era, no ano de 2013, de 239,6

²⁴ Antiga cordilheira ibérica, hoje praticamente erodida.

²⁵ Os batólitos são jazidas de rochas plutónicas, caracterizados pela sua grande massa, que afloram à superfície em grandes extensões (em geral maiores que 100 quilómetros quadrados).

(INE, 2014c). Este valor é muito superior ao do país (136), no mesmo período de referência (INE, 2014d), o que revela um concelho extremamente envelhecido.

Quadro 1	
Indicadores Sociodemográficos – concelho de Penela (2013)	
Densidade Populacional	42,5 hab./km ²
Taxa Bruta de Natalidade	4%
Índice de Envelhecimento	239,6

Quadro 1: Indicadores Sociodemográficos do concelho de Penela - 2013
 Fonte: adaptado de INE, 2014a; INE, 2014b; INE, 2014c (respetivamente)

6.3. Principais atividades económicas

A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica, que pode ser verificada no quadro abaixo (ver Quadro 2), revela a importância do setor terciário no Município de Penela, uma vez que traduz 52,2% dos empregados (2001). Em relação ao setor secundário, atividade com alguma expressão no município, este representa cerca de 41,4% dos empregados (2001) contra 35,5% no Continente. Por último, os empregados no setor primário correspondem a 6,3% dos ativos. Este valor é, ainda assim, superior ao verificado no Continente no mesmo ano; 4,8%. As atividades desenvolvidas neste setor são, essencialmente, relacionadas com a agricultura e a produção de queijo (Cordeiro, *op. cit.*: 60).

Quadro 2	
População ativa empregada por setor de atividade - concelho de Penela (2001)	
Setor Primário	6,3%
Setor Secundário	41,4%
Setor Terciário	52,2%

Quadro 2 - População ativa empregada por setor de atividade do concelho de Penela - 2001
 Fonte: adaptado de Cordeiro, 2010

6.4. Resenha histórica do concelho de Penela

Etimologicamente a palavra Penela tem origem no vocábulo Peña (ou penha) que significava, na Baixa Latindade²⁶, cabeça, monte ou rochedo. Atendendo à etimologia da palavra e considerando os estudos arqueológicos levados a cabo no concelho, crê-se que na origem do Castelo de Penela tenha estado um castro lusitano posteriormente ocupado pelos Romanos, no século I a.C. (Câmara Municipal de Penela, 2006a).

Muitos outros locais de interesse do concelho de Penela (e dos concelhos vizinhos, particularmente Ansião e Alvaiázere) têm, também, origem em povoados castrejos; Germanelo, Ateanha, Sobral, Torre, Lagarteira, Ansião, Pousaflores, Alvaiázere, Trás-de-Figueiró, Abrã e Castelo Ventoso eram povoados localizados em cabeços elevados ou em pequenos outeiros nas serras do Espinhal, Alvaiázere e Sícó (Coutinho, 1995: 47).

O concelho de Penela possuiu, em tempos, legados de ocupação anterior aos povos celtas. A sul do território existiu um dólmen (dólmen do Laço), vestígio megalítico funerário que se localizava em Vendas das Figueiras. Outro vestígio de ocupação primitiva foi a pulseira de ouro do período final do bronze peninsular encontrada na Lapa do Moirão. Esta peça foi roubada no início do século XX, em Lisboa, do Palácio das Necessidades. Da ocupação romana existem ainda as mós manuais encontradas em Pastor, a *Villa* Romana do Rabaçal e os mosaicos na Capela de Nossa Senhora da Graça, em S. Simão. O longo período de domínio árabe na Península Ibérica, e particularmente neste território, traduz-se na toponímia de algumas localidades do concelho como Alfafar²⁷ e Almegue²⁸. Um outro elemento deixado pelos Mouros no país e no concelho foi a olivicultura, ainda hoje atividade económica de grande importância para Penela. Apesar da existência de zambujeiros e da produção de azeite em todo o país, sabe-se que toda a atividade agrícola, particularmente a olivicultura,

²⁶ Latim posterior à queda do Império Romano.

²⁷ Palavra de origem árabe que significa oleiro.

²⁸ Palavra de origem árabe que significa sítio de um rio onde se pode atravessar a pé.

atingiu, neste período, um grande desenvolvimento, graças à chegada (com os Mouros) de técnicas agrícolas muito avançadas para a época.

Este facto é indicado, entre outros, no célebre Livro de Agricultura de Abu Zacarialahia, que refere as plantas, então, consideradas como as mais importantes; “tamareira, figueira, pessegueiro, romãzeira, ameixieira, pereira, cerejeira, amendoeira, nogueira, damasqueiro, macieira, oliveira, castanheiro, cidreira, laranjeira; cereais como o trigo, milho, cevada, centeio, aveia e arroz; leguminosas como a lentilha, ervilha, feijão, fava, chicharo e tremçoço (...)” (Caldas, 1991 *apud* Ferrão, Caixinhas e Liberato, 2008: 210).

No período em que a região de Coimbra era fronteira entre a Cristandade e o Mundo Islâmico, Penela ganha importância estratégica na defesa de Coimbra, integrando o sistema defensivo da cidade, à data, uma das maiores da Península Ibérica.

Segundo Arnaut e Dias (2009: 11) a primeira referência histórica a Penela relaciona-se com o povoamento do seu castelo, levado a cabo por D. Sesnando, na sequência da tomada de Coimbra aos Mouros por Fernando Magno, em 1064. A cidade de Coimbra, que ficou a presidir a um vasto território cristão, passou a ser “retalhada em municípios”, tendo o de Penela sido criado, por foral, em 1137, por D. Afonso Henriques.

Na altura da atribuição do foral, os limites do Município eram diferentes dos da atualidade, integrando localidades hoje pertencentes aos concelhos de Ansião e Figueiró dos Vinhos e não contemplando outras que hoje lhe pertencem, como é o caso de Podentes.

A “estrada de Coimbra”, via romana que ligava Santarém (*Scallabis*) a Coimbra (*Aeminium*), atravessava o, então, município de Penela, num pequeno território integrado numa área maior designada por Ladeia, no Vale do Rabaçal. Apesar da controvérsia, alguns autores defendem que poderá ter sido exatamente em Ladeia que se deu a Batalha de Ourique. A este propósito, Arnaut e Dias (*ibidem*: 14) afirmam que o “fossado de Ladeia”, ofensiva liderada por D. Afonso Henriques em 1139, foi associada, por alguns autores, à batalha de Ourique. No entanto, Mattoso acredita que

se o fossado de Ladeia foi uma expedição de alcance reduzido, a segunda operação do mesmo género comandada por Afonso Henriques que, depois desta, se conhece, veio a tornar-se tão célebre, e foi comentada nos séculos seguintes, que tem de se considerar como um verdadeiro acontecimento mítico. Estamos, obviamente, a falar da Batalha de Ourique.” (Mattoso, 2013: 114).

Curiosamente, em S. Miguel (União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal) existe uma povoação chamada Chão de Ourique.

No contexto da política expansionista de D. Afonso Henriques, foram erigidas uma série de fortificações na zona da Ladeia, particularmente a Torre de Ateanha e a Torre de Alvorge, de forma a proteger o território das incursões dos Mouros. Porém estas fortificações não eram suficientes e, em 1142, D. Afonso Henriques manda construir o Castelo do Germanelo, passando este território a município autónomo do de Penela. (Arnaut e Dias, *op. cit.*: 14).

Após o foral concedido por D. Afonso Henriques, nem sempre Penela esteve sob domínio da Coroa portuguesa. Aliás, existe um episódio histórico ocorrido em Penela, durante a crise de 1383-1385, que retrata exatamente esta questão. Em 1384, populares do Município, enfrentando o senhor de Penela (D. João Telo), cortaram-lhe a cabeça, voltando Penela a apoiar a facção do Mestre de Avis (Arnaut e Pedro Dias, 1986 *apud* Campos, 2013: 68). Caspirro, carrasco de D. João Telo, tornou-se um herói regional e nacional.

Como acima referido, o concelho de Penela sofreu muitas alterações no que respeita aos seus limites geográficos, pelo que hoje se encontra circunscrita a um território pequeno, que perdeu elementos como as Fragas de São Simão (hoje Figueiró dos Vinhos), a Capela da Ateanha e sua escultura medieval de S. Martinho ou a Torre de Vale de Todos (ambos integrados no concelho de Ansião), mas que continua a ser detentora um património natural e cultural riquíssimo.

6.4. Caraterização da oferta turística do concelho de Penela

Como referido anteriormente, Oferta Turística é o conjunto dos bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes, dos bens e serviços que foram criados com o fim de satisfazer as suas necessidades e postos à sua disposição e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação (Cunha, 2001: 175). São, pois, cinco os elementos que fazem parte da Oferta Turística de um território/destino turístico; *recursos turísticos, infraestruturas, superestruturas, acessibilidades e transportes e hospitalidade e acolhimento* (ibidem: 178, 179).

Considerando as teses do autor, elencam-se e contextualizam-se, de seguida, os principais elementos que constituem a Oferta Turística do concelho de Penela.

6.4.1. Recursos Naturais

De acordo com a Convenção para a Proteção do Património Natural e Cultural da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), publicada em 1972, são considerados património natural

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972: 2).

Penela, enquanto concelho integrante do território das Terras de Sicó, está abrangido por dois estatutos de proteção de *habitats*, espécies e paisagens associados, essencialmente, ao seu substrato calcário.

Sob a designação Sítio Sicó/Alvaiázere (ver Figura 3), com o código PTCON0045 da Rede Natura 2000, a região, que possui uma extensão de 31.678,00 km, inclui as mais importantes áreas contínuas de carvalhais de carvalho-português ou carvalho-

cerquinho (*Quercus faginea*) e de azinhais (*Quercus rotundifolia*) sobre calcários em Portugal, uma grande diversidade de *habitats*, incluindo *habitats* prioritários, o único local de ocorrência confirmada da lampreia-pequena (Rio Nabão) e uma gruta importante para os quirópteros²⁹ na época de criação, como o caso do morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*), espécie classificada como “vulnerável” (ICNF, s/d: 1, 2)

Penela está, igualmente, abrangida pelo Parque Ecológico Intermunicipal de Algarinho-Gramatinha-Ariques, espaço paisagístico de grande importância não só para Sicó, mas também para a Região Centro e todo o país, uma vez que alberga a maior mancha de carvalho-cerquinho da Europa.

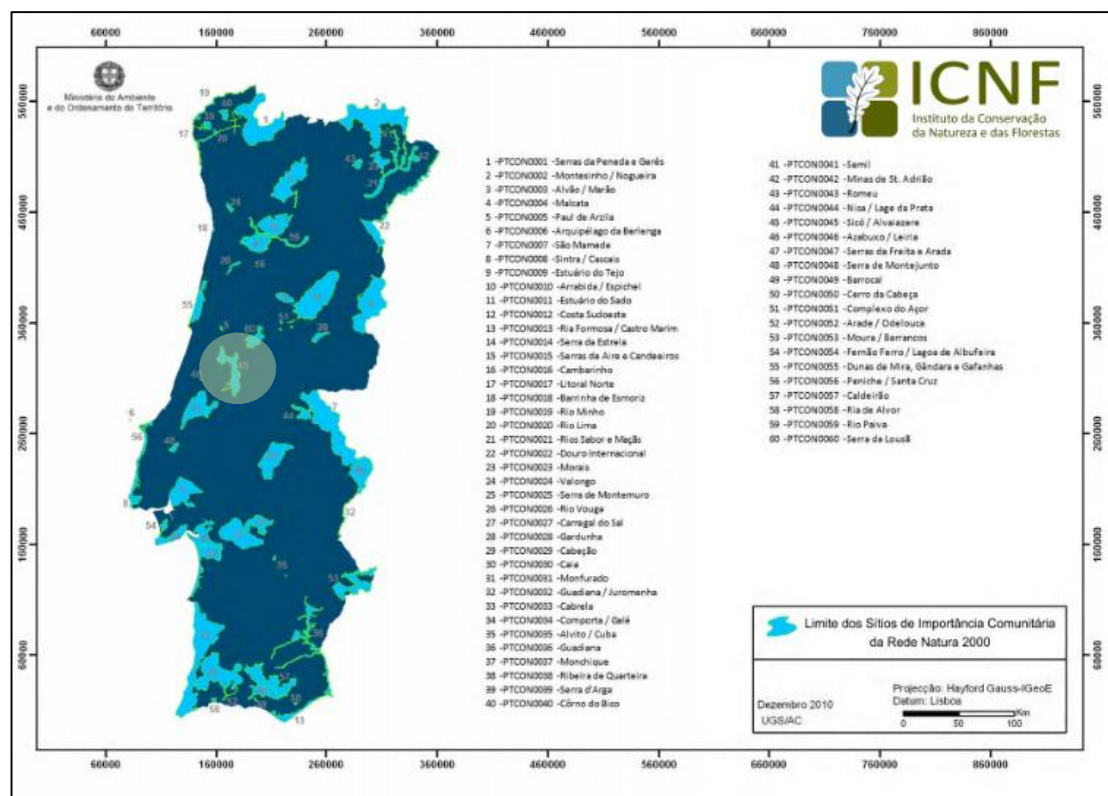


Figura 3 – Mapa Rede Natura 2000 - Localização do Sítio Sicó/Alvaiázere
Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/rn-pt/map-sic>

Pese embora os Recursos Naturais, não sejam, per se, suficientes para garantir a permanência dos visitantes nos destinos, eles são elementos que podem constituir um motivo de atração turística e de deslocação até aos destinos.

²⁹ Morcegos

6.4.1.1. Flora de Penela/Flora das Terras de Sicó

Penela, enquanto território das Terras de Sicó, possui um coberto vegetal muito semelhante à generalidade do território que integra.

As Terras de Sicó são conhecidas pelas suas paisagens *sui generis*, fruto de uma geomorfologia, também ela muito *sui generis*, e de uma vegetação muito particular. Por ser extremamente permeável, a pedra calcária muito presente neste território, forma grutas, formações geológicas muito comuns em Sicó, de que são exemplo o Algar da Lagoa, em Pombal, a Gruta da Cerâmica, em Ansião ou a Gruta de Talismã, em Penela. Esta característica da rocha calcária torna os terrenos (genericamente) muito secos, uma vez que a água escoar para os cursos de água subterrâneos.

O clima em Sicó (e de Penela) é marcadamente mediterrânico, caracterizado por verões quentes e secos e invernos com temperaturas suaves e, em regra, muito chuvosos (Cordeiro, *op. cit.*: 43).

A estas características edafoclimáticas³⁰ corresponde uma vegetação muito resistente, adaptada à escassez de água à superfície e às altas temperaturas do verão. Assim a flora de Sicó é composta por plantas de limbo foliar reduzido³¹ ou espinhoso, folhas cobertas de pelo, folhas duras, pelo achatamento dos caules e pela produção de óleos essenciais, como forma de diminuir a perda de água.

A nível das espécies de porte arbóreo, a flora das Terras de Sicó caracteriza-se por manchas de carvalho-cerquinho, azinheira e sobreiro (*Quercus suber*). Dado o predomínio do *Quercus coccifera* L. sobre outras espécies arbustivas, abundam, também, áreas de carrascais. A agricultura (principalmente do olival) e o pastoreio transformaram a vegetação de Sicó, originando matos abertos onde abundam espécies subarbustivas, como a roselha-grande, o saganho-mouro e a erva-de-Santa-Maria. A ausência de plantas de grande porte nestes matos torna estas zonas privilegiadas para o crescimento de flora herbácea, particularmente de flora rizomatosa e bolbosa, nomeadamente, orquídeas, narcisos e lírios-roxos (Santos, 2008: 9, 10). Todavia, uma

³⁰ Relacionadas com o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a humidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial.

³¹ Plantas de folhas pequenas.

observação direta ao território de Penela permite confirmar, igualmente, a existência de espécies como a urze de vassouras, o tojo e os rosmaninhos, verificando-se, também, bosques dominados pelo pinheiro bravo, introduzido pelo ser humano. Pontualmente nos matagais encontram-se medronheiros.

Destacam-se de seguida duas espécies que são facilmente observadas no território do concelho de Penela e que, pelo seu interesse no contexto do projeto, importa referir.

i. Erva-de-Santa-Maria

A erva-de-Santa-Maria é uma espécie cujo nome científico é *Thymus zygis* L. subsp. *sylvestris*, pertencente à família das Lamiáceas.

É um arbusto com caule lenhoso, folhas pequenas, persistentes e lanceoladas³². As flores são brancas reunidas em espigas ou cimeiras. Habita locais pedregosos, secos e solos calcários (Terras de Sicó, 2015b). O seu uso atual relaciona-se com a perfumaria e com a culinária. Na medicina, utiliza-se o Timol, extraído das folhas e flores, de ação antioxidante, antissética, anti-inflamatória, antiespasmódica e expetorante (Salgueiro, 2007: 48). É esta planta que dá ao Queijo do Rabaçal um sabor caraterístico, uma vez que é alimento dos rebanhos que pastam nos campos.

ii. Oliveira e Zambujeiro

Oliveira é o nome comum de um conjunto de espécies do género *Olea*. Na Europa existem duas variedades deste género, a *Olea europaea* L. var. *europaea* e a *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Miller) L. A *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Miller) L., nome científico do zambujeiro ou oliveira-brava, é uma árvore originária da Bacia do Mediterrâneo e espontânea em Portugal. Esta espécie foi transformada por sucessivos cruzamentos com o objetivo de produzir frutos maiores, dando origem à oliveira, a *Olea europaea* L. var. *europaea* (ICNF, 2013: 8).

Diz-se, na tradição oral, que a oliveira poderá ter sido trazida pelos Mouros para a Península Ibérica. As oliveiras têm inúmeras utilizações sendo a principal a colheita do

³² Em forma de lança.

fruto para consumo e para produção de azeite. Serve, igualmente, fins medicinais, cosméticos, para a marcenaria e escultura e para lenha.

5.4.1.2. Fauna das Terras de Sicó

A fauna das Terras de Sicó é, à semelhança da sua flora, de grande diversidade. No que respeita às aves, o bufo-real ocupa um lugar de relevo. Marcam, também, presença a poupa, o milhafre-preto, a águia-cobreira e o peneireiro-comum. Entre os mamíferos, para além de várias espécies de morcegos, encontram-se ginetas, texugos, javalis e raposas. Nos rios Anços, Nabão e Dueça, as espécies piscícolas mais comuns são a carpa, o barbo e o ruivaco (Santos, *op. cit.*: 10).

6.4.1.3. Geomorfologia e Paisagem

A rocha calcária predominante nas Terras de Sicó está na origem de inúmeras formações geológicas que marcam a paisagem desta região. Estas formações podem ser subterrâneas, como as grutas, ou de superfície, como as buracas, os lapiás, as dolinas e os canhões. Além destas, Penela possui também outras paisagens de relevo, associadas à sua natureza litológica diversa (xisto e granito).

I. Serra do Espinhal (Freguesia do Espinhal)

A Serra do Espinhal localizada na área oriental do concelho de Penela, possui elementos naturais de relevo, tanto a nível ambiental e paisagístico, como turístico. A Cascata da Pedra da Ferida, as Represas Naturais da Louçainha e o Miradouro de S. João do Deserto são exemplos disso. Na serra existe, também, um outro miradouro, o Miradouro da Serra de Santa Maria, que possui um característico relógio de sol.

II. Cascata da Pedra da Ferida

As diferenças de altitude associadas à geomorfologia do território da Serra do Espinhal materializaram-se num conjunto de pequenas cascatas na Ribeira da Azenha. A Cascata da Pedra da Ferida é a maior destas cascatas. Localiza-se a cerca de 2,5 km da aldeia do Espinhal. Para chegar à cascata é necessário fazer um percurso pedonal de algumas centenas de metros, num trilho apertado e sinuoso pela Serra, ao longo da

Ribeira. Porém, este trilho encontra-se bem sinalizado. Existem, também, algumas infraestruturas de apoio, nomeadamente um parque de merendas e pontes pedonais.

III. Miradouro de S. João do Deserto

Na fronteira do concelho de Penela com o de Miranda do Corvo, foi construído o miradouro de S. João do Deserto de onde se avista, parafraseando Eugénio de Castro, "Com um bom binóculo e um pouco de imaginação, (...) cinco Distritos, além, evidentemente, do de Coimbra: os Distritos de Leiria, Castelo Branco, Guarda, Viseu e Aveiro" (Villa Sicó, 2012).

IV. Represas Naturais da Louçainha

A Praia Fluvial da Louçainha (ou Represas Naturais da Louçainha) é uma das praias que integra a Rede de Praias Fluviais, projeto da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR). Este local possui, como apoio às piscinas naturais, uma série de infraestruturas como um parque de merendas, um bar-restaurante, casas de banho públicas, parque de estacionamento e vigilantes.

V. Monte de Vez (São Miguel - União de Freguesias)

O Monte de Vez é a maior elevação do concelho de Penela, com cerca 512 metros de altitude (Cordeiro, *op. cit.*: 39), que se situa a cerca de 6 km da Vila de Penela. Do cimo do Monte de Vez avistam-se as localidades de Penela e Espinhal, o Castelo de Germanelo e as Serras do Espinhal e do Rabaçal. O moinho de vento de sistema giratório aqui existente confere ao local uma beleza muito própria. À semelhança do que tem acontecido em toda região de Sicó, também aqui foram implantadas torres eólicas.

VI. Vale do Rabaçal (Rabaçal – União de Freguesias)

Quando se observa uma paisagem inicia-se, inconscientemente, uma tentativa de construir uma “história” do local. Analisar uma paisagem é observar a sua morfologia, mas também os seus elementos naturais e humanos que se complementam e que lhe conferem particularidades únicas.

Os solos calcários conferem a todo o Vale do Rabaçal características muito particulares, de entre elas uma vegetação, predominantemente, rasteira. Também a agricultura e o pastoreio, como já referido, contribuíram para a existência deste tipo de coberto vegetal. São, pois, elementos da paisagem rebanhos a pastar em campos de oliveiras. Destaque para as Ruínas Romanas do Rabaçal (e o seu Museu) e para o Castelo do Germanelo.

VII. Sistema Espeleológico do Rio Dueça: Gruta de Algarinho e Gruta Talismã (São Miguel – União de Freguesias)

Na Freguesia de São Miguel, ao longo da EN110, encontra-se o Sistema Espeleológico do Dueça, um dos mais importantes e complexos sistemas cársticos do país. Atualmente estão referenciadas 15 cavidades como pertencentes ao Sistema Espeleológico do Dueça, totalizando cerca de 7000 metros de galerias topografadas, numa área de sensivelmente 15 km². De entre as cavidades que o compõem, destacam-se a Gruta do Algarinho, a Gruta Talismã, o Sumidouro da Várzea e o Olho do Dueça. Relativamente à Gruta do Algarinho, a sua exploração tem sido condicionada, particularmente durante o Inverno, devido à existência de pequenos sifões. Um desses sifões é permanente (Sifão Terminal do Algarinho) e impede a continuação dos trabalhos, mesmo por mergulho, por ser uma manobra muito difícil e perigosa. A nível antropológico esta gruta reveste-se de grande importância, uma vez que foram encontradas duas construções humanas próximas da entrada e uma ponta de lança em bronze, com cerca de 2900 anos. A Gruta Talismã ou Gruta do Soprador do Carvalho situa-se perto da localidade de Taliscas e foi descoberta, em 1992, por um habitante local. Esta gruta assume-se como a mais extensa do Sistema Espeleológico do Rio Dueça, do Maciço de Sicó e uma das maiores de Portugal. A gruta possui um rio subterrâneo que dá origem à surgência principal do sistema (Olho do Dueça), a nascente do Rio Dueça (*ibidem*: 139-141).

No que concerne a Gruta Talismã, a autarquia de Penela e o Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça (CISED) definiram um percurso de 800 metros visitável desde 2014. Sob a orientação deste centro de interpretação, as visitas

demoram quatro horas, sendo parte do percurso feito com água pelos joelhos. As visitas são suspensas no outono e inverno devido ao caudal do rio.

5.4.2. Recursos Culturais

Segundo a já referida Convenção para a Proteção do Património Natural e Cultural da UNESCO, considera-se património cultural

Os monumentos - obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, *op. cit.*: 2)

6.4.2.1. Monumentos e Sítios

I. Capela de Nossa Senhora da Graça e *Villa* Romana de S. Simão (São Miguel – União de Freguesias)

No lugar de S. Simão existe uma pequena capela, a Capela de Nossa Senhora da Graça, junto à qual foi encontrado um conjunto de mosaicos romanos provenientes da *Villa* romana de S. Simão (Arnaut e Dias, *op. cit.*: 94).

II. Castelo de Penela (São Miguel – União de Freguesias)

O Castelo de Penela é um Monumento Classificado com estatuto de Monumento Nacional pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Como já mencionado, o Castelo de Penela foi construído no local onde terá existido um castro pré-romano. A sua primeira construção data do século XI, todavia, a

configuração atual é fruto da intervenção realizada pela Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1940, uma vez que o castelo chegou ao século XX num estado próximo da ruína (ADCMMM, s/d_a). Na última década do Século XX, sob coordenação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (antigo Instituto Português do Património Arquitectónico), procedeu-se à pavimentação dos acessos e da circulação interior do castelo, à limpeza, recuperação e consolidação das muralhas, à beneficiação do caminho de visita com passadiços que permitem o percurso pedonal na quase totalidade do seu perímetro (Câmara Municipal de Penela, 2006c).

O castelo terá sido mandado construir no século XI por D. Sesnando, governador de Coimbra e senhor de toda a região, no contexto da Linha Defensiva de Coimbra. Efetivamente, o elemento mais antigo do castelo (pequena cerca no topo do mais alto afloramento rochoso parece datar da época sesnandina). Da sua ocupação, restam, na subida ao castelejo, três sepulturas antropomórficas bem como restos de habitações rupestres desses primeiros povoadores na zona extra-muralhas. D. Afonso Henriques, que em 1131 transfere a sua corte para Coimbra, é responsável por algumas obras de remodelação, com destaque para a sua ampliação e a transformação do castelejo em torre de menagem, hoje desaparecida (*idem*).

As muralhas exteriores são dos finais do século XIV, reinado de D. Fernando. São muralhas altas, de boa construção, fortalecidas por um sistema de torres, das quais se destacam a quinária e a que se ergue junto à porta da vila. O castelão e a porta da vila são do século seguinte (século XV). Além da porta da vila existe uma outra, a porta da traição ou porta dos campos que possui uma dupla abertura em cotovelo integrada numa torre, estilo que traduz a influência muçulmana na fortificação portuguesa dos finais da Idade Média (Arnaut e Dias, *op. cit.*: 43).

III. Castelo do Germanelo (Rabaçal – União de Freguesias)

O Castelo de Germanelo, localizado no cimo do Monte Germanelo, terá sido, igualmente, construído no local de um castro pré-romano. Foi erguido por D. Afonso Henriques em 1142, no contexto da Defesa de Coimbra e da Reconquista Cristã (*ibidem*: 89).

A conquista de Santarém, em 1147, desloca a linha de fronteira para o Tejo retirando às fortalezas de Penela e Germanelo grande parte da sua importância estratégica. No século XX, as ruínas do castelo foram adquiridas por um particular que levou a cabo obras de reconstrução de parte da muralha, hoje coroada por dezassete ameias. As escavações arqueológicas da década de 70 permitiram localizar as antigas portas, a cisterna e fundações residenciais localizadas na praça de armas. O local é atualmente gerido pelo Município de Penela, por protocolo de cedência (ADCMMM, s/d_b).

A subida ao castelo é feita a pé por um percurso sinalizado. Do alto do castelo a vista é admirável sobre o Vale do Rabaçal (Ladeia). Este castelo está homologado como Sítio de Interesse Público (Sítio Arqueológico do Castelo de Germanelo) pela DGPC.

Associada ao Monte Germanelo existe uma lenda local, a Lenda dos Irmãozinhos ou dos germanelos. Conta a lenda que dois irmãos ferreiros habitavam cada um seu monte, Germanelo, a norte, e Jerumelo³³, a sul. Os seus pais eram pobres e não tinham que deixar aos irmãos senão duas forjas e um martelo. Estando cada um no seu monte com a sua respetiva forja, iam arremessando o martelo que servia alternadamente. Nas redondezas ouvia-se com frequência os dois ferreiros a conversar entre si: “Jerumelo atira para cá outra vez o malho”. Certo dia, Jerumelo zangou-se com o irmão e atirou-lhe o martelo com tanta força que este se desconjuntou, caindo o ferro na encosta do monte Germanelo, fazendo brotar uma fonte de água férrea de onde surgiu a povoação da Fartosa e o cabo de madeira de zambujo, foi espetar-se numa terra a dois quilómetros de distância, fazendo nascer um zambujo, originando o nome da povoação de Zambujal (Câmara Municipal de Penela, s/d).

IV. “Castelo” do Sobral

Pouco se sabe acerca do “castelo” do Sobral. Localizado a 347 metros de altitude, as ruínas serão provavelmente de um castro pré-romano com ocupação posterior. Arnaut e Dias (*op. cit.*: 90), citando uma monografia do concelho de Penela do ano de 1915, referem que esta edificação foi construída sobre rochas facetadas grosseiramente e

³³ Monte Jerumelo, uma das maiores elevações do concelho (já referido).

que lá perto foram encontradas, em sepulturas, alfinetes de cobre e objetos grosseiros de barro.

Existe, todavia, uma lenda de tradição oral, relacionada com a origem do nome de Penela e do seu castelo, que faz alusão ao castelo do Sobral; a Lenda do Pé Nela. Esta lenda refere o “castelo” do Sobral no contexto das reconquistas do território aos mouros. Reza a lenda que reconquistado o castelo do Sobral, faltava tomar aos mouros outro castelo. D. Antão Gonçalves, jovem cavaleiro cristão, insinua-se a Alina, filha do governador mouro, fazendo-se passar por cristão renegado. Os seus companheiros, aproveitando uma saída dos mouros, e disfarçando-se de mouros, encaminharam-se, então, para o castelo como se de mouros se tratassem. Quando os habitantes do castelo deram conta, já D. Antão Gonçalves tinha aberto as portas do castelo, gritando: “Avancem! A praça é nossa! Estamos com o pé nela!”. Daí adveio o nome de Penela. (ADCMMM, s/d_c).

V. Convento de Santo António (Santa Eufémia – União de Freguesias)

O Convento de Santo António foi fundado em 1578 pertencendo à Província de Santo António dos Frades Capuchos. Em 1834, ano em que a Ordem Franciscana foi extinta, passou para a mão de particulares, estando hoje em elevado estado de degradação. A igreja, a área residencial e os anexos são bastante posteriores (século XVIII). O retábulo da Capela-mor da Igreja é de estilo maneirista. De referir o conjunto de azulejos setecentistas, de fabrico conimbricense, com painéis evocativos de passagens da vida de Santo António (*ibidem*: 55).

O Convento de Santo António é um Monumento Classificado com estatuto de Imóvel de Interesse Público pela DGPC.

VI. Fontanário de Alfafar (Freguesia de Podentes)

Alfafar, de toponímia árabe, possui um fontanário antigo, já muito intervencionado. Em 1135 “a água de Alfafar” é mencionada num documento da Herdade da Janeia, situada a norte da localidade. À própria localidade existe, ainda, uma referência mais antiga num documento do Mosteiro da Vacariça (*ibidem*: 87).

VII. Fonte da Fartosa e Poço das Águas Férreas (Rabaçal – União de Freguesias)

O nome da localidade de Fartosa provém do vocábulo “Ferratosa”, alusão à água ferrosa da Ribeira da Fartosa. A água de “Ferratosa” ou “Farretosa” é referida em documentos do século XII; um de 1160 e outro de 1174. Próximo da Fonte da Fartosa, fontanário antigo, existe o Poço das Águas Férreas. Fartosa tem, também, uma pequena capela com esculturas dos séculos XV e XVI em pedra de Ançã. Esta povoação ficou ligada à lenda dos germanelos devido à nascente de água férrea que ali brotou com queda do malho de Jerumelo (*ibidem*: 92).

VIII. Igreja da Misericórdia (Santa Eufémia: União de Freguesias)

A Igreja da Misericórdia é um templo da segunda metade do século XVI, apesar de ter inscrito no seu portal o ano de 1616, ano em que terá sido alvo de reforma. A porta principal apresenta elementos manuelinos, renascentistas e maneiristas. No seu interior destacam-se três pinturas populares, uma delas evocativa da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel, e a bandeira processional com duas pinturas evocativas da Piedade e da Senhora da Misericórdia, de Ernesto Condeixa (*ibidem*: 51).

IX. Igreja de S. Miguel (São Miguel – União de Freguesias)

Localizada dentro das muralhas do Castelo de Penela, a Igreja de S. Miguel resulta de grandes intervenções levadas a cabo na segunda metade do século XVI num pequeno templo, referenciado já no Foral de Penela de 1137. A Capela-mor é revestida de talhas barrocas, essencialmente do final do século XVII e início do século XVIII. Destaque para a imagem da Senhora com o Menino, da autoria do mestre João de Ruão, datada dos meados do século XVI (*ibidem*: 45, 46). A igreja encontra-se dentro das muralhas do Castelo de Penela.

X. Igreja de Santa Eufémia (Santa Eufémia – União de Freguesias)

Existem referências a esta igreja já em 1254, todavia, este templo é, sobretudo, do período renascentista (século XVI). Do românico mantém apenas um capitel transformado em pia de água benta. O seu exterior tem linhas direitas e ostenta um portal, datado de 1551, com diversas esculturas decorativas. O interior apresenta um

corpo de três naves, separadas por arcadas da ordem toscana, cobertura em madeira e cabeceira tríptica. A Capela-mor abobadada possui um retábulo barroco de talhas douradas. A Capela do Espírito Santo possui um retábulo em pedra de Ançã do século XVI e uma escultura da Virgem com o Menino, dos finais do século XV, ambos de oficinas coimbrãs. A Pia Batismal é de estilo manuelino (*ibidem*: 47, 48).

Esta igreja é Monumento Classificado com estatuto de Monumento Nacional pela DGPC.

XI. Igreja Matriz da Cumieira (Freguesias da Cumieira)

A única referência conhecida à Igreja Matriz da Cumieira (e à sua povoação) é do ano de 1518, data em que D. Manuel I a refere como “Igreja de S. Sebastião”. Possui uma capela na cabeceira com um retábulo dourado da época de D. Pedro II. No flanco direito existe outra capela, com um altar barroco de talha dourada e um sacrário, também barroco e em talha dourada, que apresenta duas tábuas pintadas com a representação do *Ecce Homo*. No flanco esquerdo, existe uma outra capela, a Capela do Sacramento, onde estão guardadas duas esculturas em pedra de Ançã, das oficinas coimbrãs, que evocam a Senhora com o Menino e uma Santa Mártir (*ibidem*: 61-63).

XII. Igreja Matriz de Podentes (Freguesias de Podentes)

O aspeto exterior da igreja resulta de uma grande remodelação levada a cabo no século XIX. O seu interior tem apenas uma nave, uma capela na cabeceira, cujo Altar-mor é oitocentista, e duas capelas laterais. A capela do flanco esquerdo remonta ao século XVII e evoca o Santíssimo Sacramento, a do flanco direito é dedicada à Nossa Senhora do Rosário e possui uma cúpula quinhentista de pedra (*ibidem*: 73).

XIII. Igreja Matriz do Espinhal (Freguesias do Espinhal)

A Igreja do Espinhal remonta à segunda metade do séc. XVI. É constituída por três naves separadas por arcadas de colunas jónicas, por duas capelas nos flancos cobertas por cúpulas de quartelas, que têm no interior retábulos de pedra em estilo renascentista coimbrão, e pela Capela-mor de abóbada de meio-canhão, com retábulos de talha dourada de estilo barroco. Destacam-se, também, a pintura barroca

sobre o arco triunfal, evocativa do Juízo Final e a torre. Esta igreja tardo-renascentista e barroca tem por patrono S. Sebastião (*ibidem*: 67, 68).

XIV. Igreja Matriz do Rabaçal (Rabaçal – União de Freguesias)

Não se sabe exatamente a data desta igreja, porém o seu aspeto atual resulta de diversas remodelações, uma das quais no século XVIII. É composta por uma nave e uma capela na cabeceira, de onde se destaca um retábulo oitocentista de talha com uma tela alusiva a Santa Maria Madalena. Existem, ainda, dois altares nos flancos, de estilo neoclássico dos finais do Século XVII, com duas esculturas também setecentistas de São Domingos e Santa Teresa (*ibidem*: 83).

XV. Parque das Águas Romanas (Santa Eufémia: União de Freguesias)

Este espaço, que permite, aos mais pequenos, atividades lúdicas de âmbito cognitivo e físico, é de construção contemporânea e inspira-se na *domus*³⁴ da *Villa* romana do Rabaçal.

XVI. Pelourinho de Penela (São Miguel: União de Freguesias)

O Pelourinho de Penela constitui, segundo a DGPC, “nitidamente uma peça de finais de Quatrocentos ou início de Quinhentos”. Estando inicialmente na praça da vila, foi deslocado, encontrando-se hoje na Rua 25 de Abril. É composto por uma coluna de fuste oitavado de faces lisas, pela pinha (de cuja base irrompem quatro braços de ferro forjado dispostos em cruz) e por três degraus. Possui dois brasões semelhantes que representam os símbolos heráldicos municipais. É um Monumento Classificado com estatuto de Monumento Nacional pela DGPC (DGPC, s/d).

XVII. Pelourinho de Podentes (Freguesias de Podentes)

O pelourinho manuelino de Podentes possui o maior fuste de um só bloco, datável desta época, encontrado em Portugal. O fuste de mármore, provavelmente originário de um antigo edifício romano em ruínas, eleva-se sobre uma base de construção

³⁴ Residência urbana das famílias abastadas na Roma Antiga.

recente de quatro degraus. O capitel de forma cúbica apresenta nas faces a Cruz de Cristo, a esfera armilar e dois escudos já gastos (*ibidem*: 75).

Este pelourinho está classificado como Imóvel de Interesse Público pela DGPC.

XVIII. Ruínas do Paço Medieval da Chaqueda (São Miguel: União de Freguesias)

Na Chaqueda existe um edifício em ruínas que outrora foi o paço de D. Pedro, Duque de Coimbra (*ibidem*: 91).

XIX. Villa Romana do Rabaçal (Rabaçal – União de Freguesias)

A *Villa* romana do Rabaçal, assim designada na ausência de qualquer testemunho epigráfico ou textual, situa-se na aldeia do Rabaçal, junto à antiga via romana que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*. A 12 km a Sul de Conímbriga, era parte integrante do território desta antiga *civitas*. Nesta *Villa* tardo-romana, datada do século IV d.C., foram identificadas a *pars urbana* (área residencial), o *balneum* (Balneário), a *pars frumentária* (área do pátio agrícola com alpendre) e a *pars rustica* (alojamento dos servos, armazéns, oficinas). Os mosaicos apresentam “motivos figurativos e algumas composições geométricas e vegetalistas” únicas em Portugal (Câmara Municipal de Penela, 2006b).

Existe um Espaço-museu, tutelado pelo Município de Penela, aberto ao público desde 2001, com espólio da estação arqueológica da *Villa* romana do Rabaçal.

6.4.3. Produtos endógenos de referência

6.4.3.1. Queijo do Rabaçal

O Queijo do Rabaçal é um produto endógeno das Terras de Sicó muito conhecido e apreciado. Originário da Vila do Rabaçal, a sua produção terá séculos, sendo mencionada em documentação de diversas épocas, como no Foral do Rabaçal (1514), nas memórias paroquiais do Rabaçal (1758), existindo, também, uma alusão ao queijo do Rabaçal na obra literária “A cidade e as Serras” de Eça de Queirós. Esta obra de 1901 define o queijo do Rabaçal como “redondo e divino” (Pessoa, 2007).

Ainda relativamente à questão da ancestralidade deste queijo, Arnaut e Dias (*op. cit.*: 38) mencionam que o primeiro Foral de Penela de 1137 fala da existência de bois, vacas, cavalos e ovelhas. Tendo em conta esta referência e a título de suposição, adivinha-se já produção de queijo na época do primeiro foral do concelho.

O Queijo do Rabaçal é produzido, também, noutras freguesias tanto do concelho de Penela como dos outros concelhos das Terras de Sicó. Porém, a produção de Queijo do Rabaçal DOP (Denominação de Origem Protegida) está circunscrita a apenas algumas freguesias destes concelhos. Todo o concelho de Penela pode produzir Queijo do Rabaçal DOP.

O Queijo Rabaçal DOP é um queijo curado, produzido de forma artesanal tendo por base a mistura de leites de ovelha e cabra. A sua pasta branca-mate é semidura a dura, quase sem “olhos”. A crosta é branca a amarelo-palha, uniforme, lisa, seca, ligeiramente untuosa e sem revestimento. Apresenta-se com forma cilíndrica com um diâmetro de 10 a 12 cm, uma altura de 3,3 a 4,2 cm e um peso que pode variar entre os 300 e os 500 g. É muito apreciado como entrada, como sobremesa ou como refeição ligeira (DRAPC, s/d_a).

É um queijo com características muito próprias determinadas, como já referido, pela flora da região do Sicó. O seu sabor deve-se grande parte à erva-de-Santa-Maria consumida pelo gado caprino e ovino.

6.4.3.2. Vinho Terras de Sicó

Arnaut e Dias (*op. cit.*: 97) mencionam um documento do último quartel do século XII sobre Abiul que cita a frase “Se algum de vocês trazer vinho de Penela (...)”. Esta citação deixa perceber que a produção de vinho na região já existia nos tempos de formação do concelho. A produção de vinho no concelho é uma atividade que, apesar de ancestral, se tem vindo a desenvolver de forma estruturada nos últimos anos, tendo sido criada uma associação local de vitivinicultores, a VINISICÓ. Esta associação está afeta à Associação de Desenvolvimento de Sicó (ADSICÓ) e tem sede em Alfafar, povoação da Freguesia de Podentes.

Alguns produtores do concelho de Penela, de outros concelhos das Terras de Sicó e de outros concelhos vizinhos certificaram o seu vinho como Vinho Terras de Sicó. A área geográfica de produção dos Vinhos Terras de Sicó (sub-região do Vinho Regional Beiras) limita-se, então, aos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela e Soure (concelhos das Terras de Sicó) e às Freguesias de Lamas (Miranda do Corvo), Abiúl, Vila Chã, Redinha e Pelariga (Pombal) e Aguda (Figueiró dos Vinhos).

Em Penela, o cultivo da vinha assume maior expressão nas Freguesias de Podentes e São Miguel (União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal), sendo que a atividade desempenha um papel significativo nos rendimentos de muitos dos seus habitantes.

O clima ameno mediterrânico e os solos de origem argilo-calcária e xistosa conferem às uvas produzidas neste território a base do paladar único dos vinhos das Terras de Sicó. Os vinhos tintos (baga, trincadeira preta e touriga nacional) são macios e aromáticos e têm um agradável teor alcoólico e um notável *boquet*, os brancos (Fernão Pires, rabo de ovelha e cerceal) de tons citrinos e palha, são gordos e possuem uma boa relação álcool/ ácido (Junta de Freguesia de Podentes, 2014).

6.4.3.3. Mel Serra da Lousã DOP

O concelho de Penela é produtor de mel, sendo na Serra do Espinhal que este produto tem a sua maior expressão. A Freguesia do Espinhal é a única produtora, de todo o concelho, de Mel Serra da Lousã DOP. A urze que povoa o concelho de Penela e a Serra do Espinhal, em particular, reflete-se no sabor e qualidade do Mel da Serra do Espinhal.

6.4.3.4. Noz

Penela é, a par com Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Soure, Pombal, Ansião e Alvaiázere, um dos concelhos da Região Agrária da Beira Litoral produtores de noz. Na maioria dos casos, a exploração económica desta espécie, baseada na colheita dos frutos produzidos por árvores isoladas e muito antigas, nascidas de semente e sem proteção fitossanitária, reflete-se na não obtenção de uma produção em volume e qualidade (DRAPC, 2002).

Apesar disto, em Penela, as nogueiras (sendo a noz um produto endógeno de referência no concelho) começam, hoje, a ser produzidas como uma cultura frutícola, originando nozes de qualidade que entram no circuito comercial regional e nacional, sendo vendidas, em grandes quantidades, na Feira das Nozes, dos Produtos Endógenos e Gastronomia de Penela, durante a Feira de São Miguel, todos os anos em setembro.

6.4.3.5. Azeite Terras de Sicó

A produção de azeite é uma atividade com grande representatividade em toda a região das Terras de Sicó. No sentido de apoiar o setor da olivicultura da região (concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure) foi criada uma associação local de olivicultores, a OLIVISICÓ, afeta à ADSICÓ. Esta associação criou e registou a marca Azeite Terras de Sicó.

O Azeite Terras de Sicó, produzido com azeitonas da variedade Galega unicamente da região do maciço de Sicó, é ligeiramente espesso, muito frutado, com cor amarela ouro, com 0,8% de acidez máxima para azeite virgem extra e 1,5% para azeite virgem (DRAPC, s/d_b). É um azeite de características qualitativas intrinsecamente ligadas à região, sendo muito importante na gastronomia regional, na confeção de doces, nas lagaradas e nos pratos de cabrito e borrego. É essencial, também, para a conservação dos enchidos e do Queijo Rabaçal.

6.4.4. Serviços Turísticos

6.4.4.1. Alojamento Turístico

A legislação portuguesa (Decreto-lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro) prevê duas grandes modalidades de alojamento turístico; Alojamento Local (AL) e Empreendimentos Turísticos (ET). Os ET compreendem diversas tipologias, designadamente TER, Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos Turísticos e Parques de Campismo e Caravanismo. O alojamento turístico coletivo do concelho de Penela com assento no Registos Nacional de ET e no Registo Nacional de AL do TP e aquele que, embora não estando registado nestas bases de dados, consta da página oficial da Câmara Municipal de Penela, sintetiza-se no quadro abaixo (ver Quadro 3).

Quadro 3	
Designação Comercial do Estabelecimento	Tipologia
Casa de Turismo do Rabaçal (Pousada do Rabaçal)	Alojamento local
Pensão Bigodes	Alojamento local
A Casinha	Alojamento local
Parque de Campismo Municipal de Penela	ET Parque de Campismo e Caravanismo
Duecitânia Design Hotel	ET Estabelecimento Hoteleiro: Hotel de 4 estrelas
Casa do Zé Sapateiro	ET TER: Casa de Campo
Casas do Favacal	ET TER: Casa de Campo
Vale do Ninho Nature Houses	ET TER: Casa de Campo
Casas de Xisto dos Pardieiros	ET TER: Casa de Campo
Quinta do Espanhol	ET TER: Casa de Campo
Quinta do Couço	ET TER: Casa de Campo
Uma Casa Portuguesa	ET TER: Casa de Campo
Glampelo	Glamp ³⁵
O Homem Verde	Glamp

Quadro 3 – Alojamento turístico coletivo do concelho de Penela
Fonte: Elaboração própria

Existem ainda dois projetos em análise por parte do TP para dois Aldeamentos Turísticos, um no Esquio e outro no Pessegueiro, duas localidades do concelho.

³⁵ O Glamping é uma tendência de alojamento que surge da necessidade de associar o contacto único com a Natureza ao Glamour e conforto do alojamento.

6.4.4.2. Restauração

A gastronomia tradicional de Penela é baseada nos produtos endógenos do concelho (e das Terras de Sicó). Dela fazem parte os pratos de cabrito e borrego e as lagaradas, com azeite Terras de Sicó. O Queijo Rabaçal e o Vinho Terras de Sicó são, igualmente, produtos gastronómicos de referência. O mel, o queijo e as nozes são alguns dos elementos fundamentais na confeção dos doces regionais.

A Feira de Produtos Endógenos e Gastronomia de Penela é um evento que tem promovido a gastronomia local e das Terras de Sicó. No âmbito deste evento foi criado o concurso “Doce Regional Sicó” como forma de atribuir a esta região um doce de referência. Outro projeto que promove a gastronomia local é, sem dúvida, o “Sabores e Património”. Este conjunto de Rotas (Rota dos Castelos, Rota da Romanização e Percursos de Natureza), afeto à Câmara Municipal de Penela, promove a visita de espaços culturais e naturais, sugerindo alguns estabelecimentos de restauração do concelho, no contexto territorial da Rota.

No que concerne a restauração, sistematizam-se no quadro abaixo (ver Quadro 4) os estabelecimentos do concelho que disponibilizam gastronomia regional.

Quadro 4	
Designação Comercial do Estabelecimento	Gastronomia Regional
Varandas do Castelo	Chanfana no caçoulo e Borrego na grelha
D. Sesnando	Cabrito de Sicó assado no forno
Bigodes	Sopa de Chicharro e Bacalhau assado com
S. Lourenço	Chanfana e Bacalhau no forno
Santo Amaro	Sopa de chicharro e Bifinhos à lagareiro
Boa Esperança	Aferventado de feijão com bacalhau assado Aferventado de chicharro com sardinha
Cantinho da Clotilde	Rancho e Chanfana na púcara
Ruínas do Rabaçal	Cataplana de bacalhau e Ensopadinho de
Terreiro do Lagar	Bacalhau à lagareiro
Taberna Típica do Cristo	Bacalhau assado e petiscos
O Pastor	Cabrito no churrasco com ervas de Sicó
O Vintém	Caprichos de bacalhau no forno com grelos
Louçainha – Sabores da Montanha	Costeleta de javali na brasa

Quadro 4 – Restauração do concelho de Penela (gastronomia regional)
Fonte: Elaboração própria

6.4.4.3. Postos de Informação Turística

Existe em Penela um posto municipal de turismo, sito na Praça do Município, em frente ao edifício principal da Câmara Municipal. Funciona no mesmo local a coordenação da ADCMMM.

6.4.4.4. Empresas de Animação Turística

O concelho de Penela possui apenas uma empresa com alvará de Animação Turística registada no Registo Nacional de Agentes de Animação Turística do TP, a Go Outdoor, Lda. Esta empresa está autorizada a exercer as seguintes atividades; arborismo e outros percursos de obstáculos (com recurso a cordas e cabos de aço) como *rapel*, *slide*, pontes e similares, aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo (canoagem e *rafting* em águas calmas e em águas bravas), atividades de orientação (percursos, *geocaching*, caças ao tesouros e similares), caminhadas e outras atividades pedestres, escalada em parede natural e em parede artificial, espeleologia, jogos populares e tradicionais, montanhismo, passeios e atividades em bicicleta (BTT³⁶ e cicloturismo), em *segway* e similares e passeios e atividades equestres, em atrelagens de tração animal e similares (TP, 2015c).

6.4.4.5. Outros Projetos Turísticos

I. Rede de Castelos e Muralhas do Mondego

O projeto da RCMM é um projeto de cooperação intermunicipal, com participação das Câmaras Municipais de Coimbra, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Figueira-da-Foz, Montemor-o-Velho, Soure e Pombal e, ainda, da Universidade de Coimbra, da Direção Regional de Cultura do Centro, da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal (também designada por Turismo do Centro) e do Instituto Pedro Nunes. Esta Rede consubstancia-se no trabalho da Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (ADCMMM) e tem como objetivo potenciar a competitividade e a inovação do território correspondente à Linha Defensiva do

³⁶ Bicicleta todo o terreno

Mondego, através de estratégias e iniciativas de valorização do património e da história do referido território (ADCMMM, 2010: 4).

Estas iniciativas, de cariz essencialmente cultural e turístico, e ancoradas exatamente na temática “Linha Defensiva do Mondego”, assumem-se como um elemento de alavancagem de um território com um potencial cultural (e turístico) de relevo. Devem salientar-se as sessões de cinema animado “Sesnando, o Herói Improvável!” inseridas no projeto “Sesnando a brincar!”, as diversas edições da rubrica “Ciência nos Castelos”, parte integrante do projeto “Ciência Viva no Verão” da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e as atividades de “Caça ao Tesouro” dinamizadas habitualmente no Dia da Criança, em várias localidades da Rede.

Um destaque especial para o trabalho realizado na ótica da melhoria da oferta turística dos diversos monumentos que integram o projeto, ressaltando a recente intervenção em todos os monumentos da Rede no sentido de os dotar de áudio-guias de suporte à sua visita. De destacar, ainda, as intervenções de valorização de vários monumentos e espaços envolventes, como por exemplo a requalificação do Alto do Calvário, Torre, Cisterna e Altares da Igreja Matriz em Miranda do Corvo e a remodelação profunda da Torre de Anto e recuperação da fachada da Torre de Almedina em Coimbra.

Da chamada Linha Defensiva do Mondego, que tinha como função a proteção da cidade de Coimbra na época da Reconquista Cristã, restam hoje os Castelos de Coimbra, de Montemor-o-Velho, de Soure, da Lousã, de Penela, de Germanelo (Penela), de Pombal, a Torre Sineira de Miranda do Corvo e a Atalaia de Buarcos (*ibidem*: 2). A RCMM abarca, então, parte do território dos distritos de Coimbra e Leiria, particularmente os concelhos de Coimbra, Figueira da Foz, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela e Soure (distrito de Coimbra) e Pombal (distrito de Leiria). Funcionando como cidades âncora do projeto estão Coimbra, Pombal e Figueira da Foz e, como núcleos tradicionais, as vilas da Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela e Soure.

II. Aldeias do Xisto

A Rede das Aldeias do Xisto (ou Aldeias do Xisto) é um projeto que integra 27 aldeias da Região Centro, unidas, entre outros, por um elemento distintivo refletido na paisagem e na própria arquitetura das aldeias, o xisto.

Liderado pela ADXSTUR, em parceria com 21 Municípios da Região Centro e com inúmeros operadores privados da área do turismo (operadores turísticos e agências de viagem, alojamento, restauração, empresas de animação, entre outros), tem como objetivos principais a preservação e a promoção da paisagem cultural do território, a valorização do património arquitetónico construído, a dinamização do tecido socioeconómico e a renovação das artes e ofícios (ADXTUR, s/d).

O concelho de Penela integra uma Aldeia do Xisto, a Ferraria de S. João (Freguesia da Cumieira). Esta aldeia possui um conjunto de recursos que lhe conferem uma enorme riqueza em termos ambientais e culturais (e turísticos); um sobreiral bem preservado, um grande conjunto de currais tradicionais e um Caminho do Xisto, também ele muito bem preservado.

A Ferraria de S. João tem, hoje, a maioria do casario recuperado, vários ET TER, um Centro de BTT, um FunTrail e diversos trilhos para percursos (pedestres e BTT), fruto das intervenções da Rede das Aldeias do Xisto, do Município de Penela e de agentes privados.

III. Centro de Interpretação Sistema Espeleológico do Dueça

O CISED é uma infraestrutura, afeta à Câmara Municipal de Penela, que tem como objetivo a salvaguarda, a valorização e a promoção do património natural associado ao sistema espeleológico do Dueça.

Este centro de interpretação está sediado em Penela e, em termos operacionais, entre muitas outras ações, promove a exploração espeleológica no território, a investigação científica e a educação ambiental e o turismo ambiental no território (CISED, s/d).

IV. Festas de S. Miguel, Penela Presépio e Feira Medieval de Penela

A Câmara Municipal de Penela, no âmbito das suas competências, promove, em parceria com outras entidades, uma série de eventos, alguns com grande relevo no que diz respeito ao turismo, como é o caso das Festas de S. Miguel, do Penela Presépio e da Feira Medieval.

As Festas de S. Miguel são as festas concelhias de Penela. Estes festejos ancestrais criados no reinado de D. Duarte (século XV) integram, atualmente, a Feira Agrícola, Comercial e Industrial e a Feira das Nozes, dos Produtos Endógenos e Gastronomia de Penela. Em conjunto, estes eventos contribuem para o aumento de visitantes e turistas a Penela.

Aproveitando as festividades do Natal e Ano Novo, o Penela Presépio, é um evento que tem como grande objetivo o aumento do fluxo de turistas e visitantes ao concelho, através de atividades maioritariamente relacionadas com a descoberta do património histórico, natural e imaterial local, regional e nacional.

A Feira Medieval de Penela, organizada desde 1994, é outro evento que atrai muitos visitantes e turistas ao concelho. Ancorada em recriações históricas, esta feira decorre no Castelo de Penela e recria as feiras medievais que existiam no país e, também, em Penela.

V. Percursos Pedestres sinalizados

Como analisado, Penela apresenta excelentes condições a nível dos seus recursos naturais, culturais e paisagísticos para se projetar como destino de Turismo de Natureza, particularmente através dos percursos pedestres. Existe já um pequeno conjunto de percursos marcados segundo as normas da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, entidade acreditada para o processo de homologação de percursos pedestres em Portugal.

O percurso “PR5 Rota da Talismã” é um percurso de Pequena Rota³⁷ (PR) homologado cuja entidade promotora é a ADSICÓ. Tem cerca de 26 km e inicia-se na zona do Castelo de Penela terminando na localidade de Taliscas, junto ao CISED. Este percurso linear faz parte de um conjunto de 9 percursos de PR, todos promovidos pela ADSICÓ, que constituem um percurso de Grande Rota³⁸, o “GR26 Terras de Sicó-Rota da Talismã” ou “GR26 Percursos Pedestres no Maciço de Sicó”.

Existe, ainda, um outro percurso de Pequena Rota homologado, o “PR1 Caminho do Xisto de Ferraria de S. João: Trilho do Rebanho”, promovido pela AXTUR, pela Câmara Municipal de Penela e pela Associação de Moradores da Ferraria de S. João. O percurso circular de cerca de 5 km inicia-se e termina no centro de BTT da aldeia de Ferraria de S. João.

Os percursos pedestres da Pedra da Ferida e os do Castelo de Germanelo (Percurso 1, Percurso do Castelo e Percurso 2, Percurso da Área envolvente) são outros três percursos que, embora marcados e com sinalética, não se encontram homologados.

VI. Caminho Central Português de Santiago

O Caminho de Santiago é hoje reconhecido como o Primeiro Itinerário Cultural europeu, pelo Parlamento Europeu, e como Património da Humanidade, pela UNESCO.

Tiago “Maior”, filho de Zebedeu e irmão de João, o evangelista, foi um grande evangelizador do Cristianismo na antiga Hispânia. No ano 44, quando regressou à Palestina, Tiago foi preso e decapitado a mando de Herodes Agrippa I (neto de Herodes). Teodoro e Atanásio, seus discípulos, roubaram o seu corpo e embarcaram-no “num barco com tripulação angélica” e, já em Iria Flávia, na Galiza, sepultaram-no, secretamente, no bosque Libredón. A localização do seu túmulo permaneceu um mistério durante um longo período da História; só no século IX um eremita do bosque Libredón terá encontrado o sepulcro do apóstolo. No “Campus Stellae” (Compostela) foi erigida uma capela para proteger o sepulcro que se tornou símbolo da resistência cristã contra os Mouros (Mendes, 2009: 1-3). Muitos autores defendem a tese de que

³⁷ Percursos até 30 km.

³⁸ Percursos com mais de 30 km.

na base da adoção de Santiago como padroeiro da Cristandade esteve a necessidade da criação de um símbolo para a Reconquista Cristã. A propósito, Rocha afirma que “... a necessidade de fortalecimento da monarquia asturo-leonesa e a sua guerra contra os Muçulmanos estão na base da importância histórica que um facto inexistente ou duvidoso como a descoberta do sepulcro do Apóstolo Santiago viria a assumir” (Rocha, 1993 *apud* Mendes, 2009: 4).

A capela que tinha sido erguida para proteção do sepulcro do Santo tornou-se demasiado pequena para receber os fiéis, por isso, D. Afonso III, Rei das Astúrias, mandou construir um templo maior, de estilo visigótico. Em 997, este templo foi destruído durante um ataque muçulmano. Em 1075 o D. Rei Afonso VI mandou construir a, ainda hoje, catedral românica (Santiago Turismo, s/d). A partir do século XIV, o Caminho entra em declínio, entre outros motivos, por causa da Peste Negra. Durante os séculos XVII e XVIII, com a melhoria das vias de comunicação, o Caminho recupera, voltando a retroceder no século XIX com a Revolução Industrial e os descobrimentos científicos e intelectuais (Mendes, *op. cit.*: 6).

A peregrinação a Santiago foi uma prática religiosa profundamente vivida na Idade Média por toda a Europa e, também, em Portugal. D. Isabel de Aragão, Rainha de Portugal, após a morte de D. Dinis em 1325, efetuou uma peregrinação a Santiago. A Rainha Santa Isabel terá oferecido ao apóstolo “alfaias litúrgicas, joias e paramentos religiosos, recebendo das mãos do arcebispo compostelano o bordão de peregrina, em forma de tau, que se encontra à guarda da Irmandade de Santa Clara” (Museu Nacional de Machado de Castro, 2015).

Para além do famoso Caminho Francês existiram outros caminhos, nomeadamente o Caminho do Norte, o Caminho Inglês, o Prolongamento Fisterra-Muxía e o Caminho Português (De la Riera, 2006: 5). O Caminho Central Português a Santiago, itinerário mais trilhado em Portugal como via de peregrinação a Santiago, atravessa parte do concelho de Penela, no Rabaçal, vindo de Santiago da Guarda.

7. Remanescências culturais da Idade Média no concelho de Penela

Atendendo à contextualização histórica feita ao património do concelho de Penela e ao período Idade Média, a seguir listam-se os monumentos e outros elementos do concelho considerados como remanescências medievais, circunscrevendo a Idade Média, em Portugal, ao período entre o século V e XV d.C., seguindo a datação proposta por Le Goff, acima citado (ver Quadro 5).

Quadro 5		
Elemento	Datação Provável	Aspetos elegíveis
Castelo de Penela	Século XI	Linha Defensiva do Mondego
Castelo do Sobral	Século XI (?)	Linha Defensiva do Mondego
Castelo de Germanelo	Século XI	Linha Defensiva do Mondego
Igreja de S. Miguel	Século XII	-
Igreja de Santa Eufémia	Século XIII	-
Pelourinho de Penela	Finais de Quatrocentos ou inícios de Quinhentos	Pelourinho de Penela
Ruínas do Paço da Chaquedá	Século XV	Ruínas do Paço da Chaquedá
Fontanário de Alfafar	?	Água de Alfafar
Fonte da Fartosa	?	Água da Fartosa
Capela da Fartosa	?	Esculturas dos séculos XV em pedra de Ançã
Caminho Português de Santiago	Século XI	Troço do Rabaçal do Caminho (vindo de Santiago da Guarda)
Queijarias	Produção ancestral	Queijo do Rabaçal
Lagares de azeite	Produção ancestral	Azeite Terras de Sicó
Teatro Caspirro (Evento)	Século XIV	Episódio de Caspirro (Dramatização Histórica)
Feira Medieval (Evento)	Século XV	Feiras Medievais de Penela (Dramatização)
Festas de S. Miguel (Evento)	Século XV	Feira Medieval perpetuada

Quadro 5 – Remanescências Culturais da Idade Média em Penela
Fonte: Elaboração própria

Parte III – Proposta de um percurso turístico interpretado para crianças e respetivo guia de atividades no concelho de Penela

A última parte do trabalho consiste na estruturação de um pequeno percurso turístico de interpretação cultural para crianças, ancorado na temática “remanescências culturais da Idade Média”, bem como do respetivo guia de atividades.

8. Fundamentação do projeto

A atratividade dos destinos turísticos (e dos produtos) tem a ver com fatores de ordem interna, os designados fatores *push*, conforme afirmam Shaw e Williams (2002: 87). O concelho de Penela tem, como acima visto, um conjunto de elementos com um potencial turístico *push* enorme, isto é, este território concentra em si inúmeros recursos que, se trabalhados, podem constituir elementos *push* ao concelho. Assim, optou-se por se aproveitar, em prol do turismo, um conjunto de elementos, tangíveis e intangíveis, particularmente aqueles que se podem relacionar com a Idade Média, para a idealização de um itinerário turístico (cultural e pedagógico) ancorado neste período da história da civilização ocidental.

Segundo Ferreira e Lopes (2003: 166) o turismo em espaço rural não vive apenas dos ecossistemas naturais, está também alicerçado nas relações tradicionais do “homem com o meio” que se materializam nas paisagens ou nos produtos, manifestações e práticas tradicionais. A conceção de produtos e serviços turísticos deve contemplar, com a maior autenticidade possível, esses elementos culturais, através do recurso a manifestações e práticas como o folclore ou a gastronomia.

Assim, e assumindo o projeto como um itinerário cultural em meio rural, pensa-se pertinente trabalhá-lo no sentido de integrar, no itinerário, atividades precisamente ancoradas nas relações tradicionais do ser humano com o meio, como a visita a uma queijaria de produção artesanal ou momentos de observação direta das paisagens do vale do Rabaçal.

9. Caraterização geral do projeto

Designação: Itinerário Turístico Cultural e Pedagógico “Remanescências Culturais da Idade Média no concelho de Penela”;

Localização: concelho de Penela;

Público-alvo: famílias com filhos entre os 9 e os 13 anos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico (4.º ano), o 2.º Ciclo do Ensino Básico (5.º e 6.º ano) e o 3.º Ciclo do Ensino Básico (7.º e 8.º ano);

Tipo de itinerário: de realização autónoma e linear;

Duração: 6 horas;

Extensão: 20 km (automóvel);

Grau de dificuldade: médio;

Meio de transporte: percurso em automóvel e a pé;

Época do ano aconselhada: todo o ano;

Ponto de partida: Fontanário de Alfafar;

Ponto de chegada: Posto de Informação Turística de Penela;

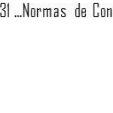
Itinerário: Alfafar-Rabaçal-Germanelo-Penela;

Material de Apoio – Roteiro de apoio à visita e guia de atividades;

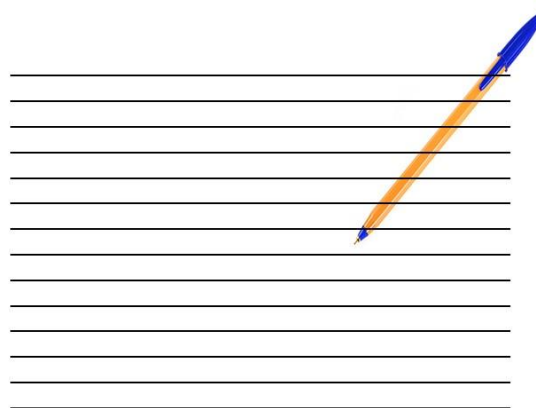
Recomendações: recomenda-se o uso de roupa e calçado confortável.

10. Roteiro de apoio à visita e respetivo guia de atividades do itinerário “Remanescências culturais da Idade Média no concelho de Penela”



	Penela e as Terras de Sied... 1		5/7 ...Flora e Fauna		Índice
	Património Geológico e Paisagens... 3		30 ...Onde comer e onde dormir (e outros contactos úteis)		
	História de Penela... 10		12 ...Património Cultural		
	Itinerário... 32		Idade Média... 20		29 ...Caminhos de Santiago
	Guia de atividades... 34		31 ...Normas de Conduta		

Tira apontamentos (... e fotografias) da tua viagem!



Vila de Penela

DICA ESPECIAL

Verifica se o teu calçado é adequado.
Até ao castelo é sempre a subir!



O concelho de Penela tem uma área de cerca de 136 km² e divide-se em 4 freguesias: Podentes, Espinhal, Cumieira e União de Freguesias de S. Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal. É delimitado pelos municípios de Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos, Ansião, Soure e Condeixa-a-Nova. Possuía, em 2013, uma densidade populacional de 42,5 habitantes por km². Desta população, os empregados no setor primário correspondem a 6,3% (este valor é superior ao verificado no Continente). As atividades desenvolvidas são, essencialmente, relacionadas com a agricultura e a produção de queijo. Quanto à morfologia do relevo destacam-se o Monte de Vez (512 m), o Monte Juromelo (401 m), o Castelo do Rabaçal (367 m) e o Castelo do Sobral (347 m).

1

Penela

Terras de Sícó é um território de 1500 km², em torno do Maciço da Serra de Sícó, que abrange a totalidade dos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.

As Terras de Sícó tem 2 estatutos de proteção de *habitats*, espécies e paisagens associados, essencialmente, ao seu substrato calcárioo:

O **Sítio Sícó/Alvaiázere da Rede Natura 2000** que inclui as mais importantes áreas contínuas de carvalhais de *Quercus faginea* (carvalho-português ou carvalho-cerquinho) e de *Quercus rotundifolia* (azinheira) sobre calcários em Portugal, uma grande diversidade de *habitats* prioritários, sendo o único local de ocorrência confirmada da lampreia-pequena (no Rio Nabão). Tem também uma gruta importante para os morcego-de-pelucho (*Miniopterus schreibersii*), espécie classificada como "vulnerável".

É também aqui que fica o **Parque Ecológico Intermunicipal de Algarinho-Gramatinha-Arriques**, espaço paisagístico de grande importância, uma vez que alberga a maior mancha de carvalho-cerquinho da **EUROPA**.



2

Penela e as Terras de Sícó

A **rocha calcária** predominante em Penela está na origem de inúmeras formações geológicas que marcam a sua paisagem. Todavia, Penela tem também outras paisagens, associadas à sua natureza litológica diversa (xisto e granito).

Vale do Rabagal

Os solos calcários conferem a todo o Vale do Rabagal características muito particulares, de entre elas uma vegetação, predominantemente, rasteira. Também a agricultura e o pastoreio contribuíram para a existência deste tipo de coberto vegetal. São, pois, elementos da paisagem rebanhos a pastar em campos de oliveiras.

Sistema Espeleológico do Rio Duega: Gruta do Algarinho e Gruta Talismã

Na Freguesia de São Miguel, ao longo da EN10, encontra-se o Sistema Espeleológico do Duega, um dos mais importantes e complexos sistemas cársicos do país. Atualmente estão referenciadas 15 cavidades como pertencentes a este sistema, totalizando cerca de 7000 metros de galerias topografadas, numa área de 15 km². De entre as cavidades que o compõem, destacam-se a Gruta do Algarinho, a Gruta Talismã, o Sumidouro da Várzea e o Olho do Duega (a nascente do Rio Duega).

As Terras de Sícó são conhecidas pelas suas paisagens *sui generis*; fruto de uma geomorfologia, também ela muito *sui generis*, e de uma vegetação muito particular. Por ser extremamente permeável, a pedra calcária muito presente neste território, forma grutas, dolinas ou sumidouros, cânions e lapíds. Esta característica da rocha calcária torna os terrenos (genericamente) secos, uma vez que a água escoar para os cursos de água subterrâneos.



Pequeno Campo de Lapíds (afioramento rochoso) e Dolina (insurgência de água à superfície) nas Terras de Sícó



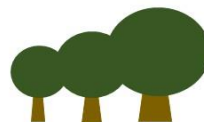
Pede aos teus pais para um dia visitares a Gruta Talismã... mas só na primavera ou no verão!

3

Património Geológico e Paisagens



A nível das espécies de porte arbóreo, a flora das Terras de Sícó caracteriza-se por manchas de carvalho-cerquinho, azinheira e sobreiro (*Quercus suber*). Dado o predomínio do carrasco sobre outras espécies arbustivas, abundam, também, áreas de carrascais. A agricultura (principalmente do olival) e o pastoreio transformaram a vegetação de Sícó, originando matos abertos onde abundam espécies subarbustivas, como a **rosalia-grande**, o saganho-mouro e a erva-de-Santa-Maria. A ausência de plantas de grande porte nestes matos torna estas zonas privilegiadas para o crescimento de flora herbácea, particularmente de flora rizomatosa e bulbosa, nomeadamente, **orquídeas**, narcisos e lírios-roxos.



Monte de Vez

O Monte de Vez é a maior elevação do concelho de Penela, com cerca de 512 metros de altitude. Situa-se a cerca de 6 km da vila de Penela. Do cimo do Monte de Vez avistam-se as localidades de Penela e Espinhal, o Castelo de Germanelo e as Serras do Espinhal e do Rabaçal. O moinho de vento de sistema giratório aqui existente confere ao local uma beleza muito própria. À semelhança do que tem acontecido em toda a região de Sícó, também aqui foram implantadas torres edículas.

Serra do Espinhal: Cascata da Pedra da Ferida, Miradouro de S. João do Deserto e Praia Fluvial da Louçainha.

As diferenças de altitude associadas à geomorfologia da Serra do Espinhal materializaram-se num conjunto de pequenas cascatas na Ribeira da Azenha. A Cascata da Pedra da Ferida é a maior destas cascatas. Localiza-se a cerca de 2,5 km da aldeia do Espinhal. Para lá chegar é necessário fazer um percurso pedonal de algumas centenas de metros, num trilho apertado e sinuoso pela Serra, ao longo da Ribeira. Porém, o trilho encontra-se bem sinalizado e existe um parque de merendas e pontes pedonais.

Na fronteira do concelho de Penela com o de Miranda do Corvo, existe um miradouro, o de S. João do Deserto de onde se avista "Com um bom binóculo e um pouco de imaginação, (...) cinco Distritos, além, evidentemente, do de Coimbra: os Distritos de Leiria, Castelo Branco, Guarda, Viseu e Aveiro".

A Praia Fluvial da Louçainha é uma das praias que integra a Rede de Praias Fluviais da ADXTUR. O local possui, como apoio às piscinas naturais, uma série de infraestruturas como um parque de merendas, um bar-restaurante, casas de banho públicas, parque de estacionamento e vigilantes.



Monte Vez (ao fundo), pequena cascata na Ribeira da Azenha e Sinalização do Trilho da Cascata da Pedra da Ferida

... e Flora de Penela

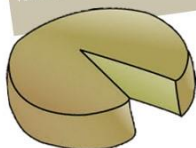
Curiosidade

Curiosidade

A Erva-de-Santa-Maria é uma das espécies que povoam as Terras de Sicó e de Penela.

O seu nome científico é *Thymus zygis L. subsp. Sylvestris* e pertence à família das Lamiáceas.

É esta planta que dá ao Queijo do Rabagal um sabor característico, uma vez que é alimento dos rebanhos que pastam nos campos.



Uma observação direta ao território de Penela permite confirmar, igualmente, a existência de espécies como a **urze de vassouras**, o **tojo** e os **rosmaninhos**. Existem bosques dominados pelo pinheiro bravo, introduzido pelo ser humano e, pontualmente, nos matagais encontram-se medronheiros.

Tojo, rosmaninho e urze no Rabaçal



Auto-real e poupa



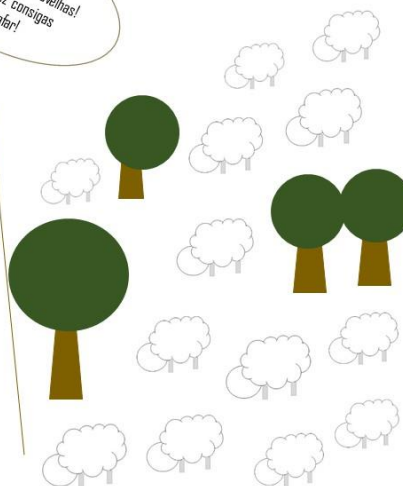
Ah! É verdade.... vais encontrar muuuitas ovelhas! Essas talvez consigas fotografar!

A fauna das Terras de Sicó é, à semelhança da sua flora, de grande diversidade. Para conseguirmos observar a fauna, tens que fazer pouco barulho... tens que ter alguma sorte e paciência também!

No que respeita às aves, o **bufo-real** ocupa um lugar de relevo. Marcam, também, a presença a **poupa**, o milheira-preto, a água-cobreira e o peneireiro-comum.

Entre os mamíferos, para além de várias espécies de morcegos, encontram-se ginetas, texugos, javalis e raposas.

Nos rios Anços, Nabão e Duega, as espécies piscícolas mais comuns são a carpa, o barbo e o ruivaco.



Queijo do Rabaçal

O Queijo do Rabaçal é um dos produtos endógenos das Terras de Sísó mais conhecido e apreciado. Originário da Vila do Rabaçal, a sua produção terá séculos, sendo mencionada em documentação de diversas épocas: o primeiro Foral de Penela de 1137 fala da existência de bois, vacas, cavalos e ovelhas... a título de suposição, adivinha-se já produção de queijo na época. Existe uma alusão ao queijo do Rabaçal na obra literária "A cidade e as serras", de Eça de Queirós, que o define como "redondo e divino". O Queijo do Rabaçal é produzido, também, noutras freguesias tanto do concelho de Penela como dos outros concelhos das Terras de Sísó. Porém, a produção de Queijo do Rabaçal DOP (Denominação de Origem Protegida) está circunscrita a apenas algumas freguesias destes concelhos. Todo o concelho de Penela pode produzir Queijo do Rabaçal DOP. É um queijo curado, produzido de forma artesanal tendo por base a mistura de leites de ovelha e cabra. Tem características muito próprias determinadas, como já referido, pela flora da região do Sísó.

Vinho Terras de Sísó

Existe um documento do último quartel do século XII sobre Abiul onde se pode ler: "Se algum de vós trouxer vinho de Penela (...)". Isto deixa perceber que a produção de vinho na região já existia nos tempos de formação do concelho. A área geográfica de produção dos Vinhos Terras de Sísó (sub-região Vinho Regional Beiras) limita-se aos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela e Soure e às freguesias de Lamas (Miranda do Corvo), Abiul, Vila Chã, Redinha e Pelariga (Pombal) e Aguda (Figueiró dos Vinhos). Em Penela, o cultivo da vinha assume maior expressão nas freguesias de Podentes e São Miguel, sendo que a atividade desempenha ainda um papel significativo nos rendimentos de muitos dos seus habitantes. Os vinhos tintos são macios e aromáticos e têm um agradável teor alcoólico e um notável *baquet*, os brancos, de tons citrinos e palha, são gordos e possuem uma boa relação álcool/ácido.

Mel Serra da Lousã DOP

O concelho de Penela é produtor de mel, sendo na Serra do Espinho que este produto tem a sua maior expressão. A freguesia do Espinho é a única produtora, de todo o concelho, de Mel Serra da Lousã DOP. A urze que povoa o concelho de Penela e a Serra do Espinho, em particular, reflete-se no sabor e qualidade do Mel da Serra do Espinho.



Cabras na Serra do Espinho/Queijo Rabaçal DOP

8

Produtos Endógenos de Referência

O Azeite Terras de Sísó, de características qualitativas intrinsecamente ligadas à região, é muito importante na gastronomia regional, na confeção de doces, nas lagaradas e nos pratos de cabrito e borrego. É, também, essencial para a conservação dos enchidos e do Queijo Rabaçal.

As Oliveiras de Portugal

Oliveira é o nome comum de um conjunto de espécies do género *Olea*. Na Europa existem duas variedades deste género, a *Olea europaea* L. var. *europaea* e a *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Miller) L. A *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Miller) L. nome científico do zambujeiro ou oliveira-brava, é uma árvore originária da Bacia do Mediterrâneo e espontânea em Portugal. Esta espécie foi transformada por sucessivos cruzamentos com o objetivo de produzir frutos maiores, dando origem à oliveira, a *Olea europaea* L. var. *europaea*. Diz-se, na tradição oral, que a oliveira poderá ter sido trazida pelos Mouros para a Península Ibérica.



Noz

Penela é, a par com Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Soure, Pombal, Ansião e Alvaiázere, um dos concelhos da Região Agrária da Beira Litoral produtores de noz. Em Penela, as nogueiras começam, hoje, a ser produzidas como uma cultura frutícola, originando nozes de qualidade que entram no circuito comercial regional e nacional, sendo vendidas, em grandes quantidades, na Feira das Nozes, dos Produtos Endógenos e Gastronomia de Penela, durante a Feira de São Miguel, todos os anos em setembro.

Azeite Terras de Sísó

A produção de azeite é uma atividade com grande representatividade em toda a região das Terras de Sísó. O Azeite Terras de Sísó, produzido com azeitonas da variedade Galega unicamente da região do maciço de Sísó, é ligeiramente espesso, muito frutado, com cor amarela ouro, com 0,8% de acidez máxima para azeite virgem extra e 1,5% para azeite virgem.

9

Produtos Endógenos de Referência



A palavra Penela tem origem no vocábulo Peña (ou penha) que significa cabeça, monte ou rochedo. Atendendo à etimologia da palavra e considerando os estudos arqueológicos levados a cabo no concelho, crê-se que na origem do Castelo de Penela tenha estado um castro lusitano posteriormente ocupado pelos Romanos, no século I a.C.

O concelho de Penela possuiu, em tempos, legados de ocupação anterior aos povos celtas. A sul do território existiu um dolmen, o **dolmen do Lago**... hoje já não existe.... Outro vestígio de ocupação primitiva foi a **pulseira de ouro** do período final do bronze peninsular encontrada na Lapa do Moirão... esta peça foi roubada no início do século XX, do Palácio das Necessidades, em Lisboa.

Da ocupação romana existem ainda as **mós manuais** encontradas em Pastor, a **Villa Romana do Rabaçal** e os mosaicos na Capela de Nossa Senhora da Graça, em S. Simão. O longo período de domínio árabe neste território, traduz-se na toponímia de algumas localidades do concelho como **Alfajar** e **Almeque**. Um outro elemento deixado pelos Mouros no país e no concelho foi a **olivicultura**, ainda hoje atividade económica de grande importância para Penela. Apesar da existência da zambujeiros e da produção de azeite em todo o país, sabe-se que toda a atividade agrícola, particularmente a olivicultura, atingiu, neste período, um grande desenvolvimento, graças à chegada (com os Mouros) de técnicas agrícolas muito avançadas para a época.



10

História de Penela

No período em que a região de Coimbra era fronteira entre a Cristandade e o Mundo Islâmico, Penela ganha **importância estratégica na defesa de Coimbra**, integrando o sistema defensivo da cidade, à data, uma das maiores da Península Ibérica.

A primeira referência histórica a Penela relaciona-se com o povoamento do seu castelo, levado a cabo por D. Sesnando, na sequência da tomada de Coimbra aos Mouros por Fernando Magno, em 1064. A cidade de Coimbra, que ficou a presidir a um vasto território cristão, passou a ser "retalhada em municípios", tendo o de Penela sido criado, por foral, em 1137, por D. Afonso Henriques.

No contexto da política expansionista de D. Afonso Henriques, foram erigidas uma série de fortificações na zona da Ladeia, particularmente a Torre de Ateanha e a Torre de Alvorge, de forma a proteger o território das incursões dos Mouros. Porém estas fortificações não eram suficientes e, em 1142, D. Afonso Henriques manda construir o Castelo do Germanelo.



Linha Defensiva do Mondego

Episódio de Caspiro

Após o foral concedido por D. Afonso Henriques, nem sempre Penela esteve sob domínio da Coroa portuguesa. Aliás, existe um episódio histórico ocorrido em Penela, durante a crise de 1383-1385, que retrata exatamente esta questão. Em 1384, populares do município, enfrentando o senhor de Penela (D. João Telo), cortaram-lhe a cabeça, voltando Penela a apoiar a facção do Mestre de Avis. Caspiro, carrasco de D. João Telo, tornou-se um herói regional e nacional.



11

História de Penela

Castelo de Penela

O Castelo de Penela é Monumento Nacional. Como já mencionado, foi construído no local onde terá existido um castro pré-romano. A sua primeira construção data do século XI, todavia, a configuração atual é fruto de uma intervenção realizada, em 1940, uma vez que o castelo chegou ao século XX num estado próximo da ruína.

Na última década do Século XX procedeu-se à pavimentação dos acessos e da circulação interior do castelo, à limpeza, recuperação e consolidação das muralhas, à beneficiação do caminho de visita com passadigos que permitem o percurso pedonal na quase totalidade do seu perímetro. Esta fortificação terá sido mandada construir no século XI por D. Sesnando, governador de Coimbra e senhor de toda a região, no contexto da Linha Defensiva de Coimbra. Efetivamente, o elemento mais antigo do castelo (pequena cerca no topo do mais alto afloramento rochoso) parece datar da época sesnandina. Da sua ocupação, restam, na subida ao castelejo, três sepulturas antropomórficas bem como restos de habitações desses primeiros povoadores na zona extra-muralhas. D. Afonso Henriques, que em 1131 transfere a sua corte para Coimbra, é responsável por algumas obras de remodelação, com destaque para a sua ampliação e a transformação do castelejo em torre de menagem, hoje desaparecida.

Penela
Medieval

As muralhas exteriores são dos finais do século XIV. São muralhas altas, de boa construção, fortalecidas por um sistema de torres, das quais se destacam a quinária e a que se ergue junto à porta da vila.

O castelejo e a porta da vila são do século seguinte (século XV). Além da porta da vila existe uma outra, a porta da traição ou porta dos campos que possui uma dupla abertura em cotovelo integrada numa torre, estilo que traduz a influência muçulmana na fortificação portuguesa dos finais da Idade Média.

12

Património Cultural

"Jerumelo, atra para cá outra vez o malho".

Lenda dos Irmãos Jerumelo e Germangelo

Era uma vez dois irmãos ferreiros que habitavam cada um no seu monte: Jerumelo, a norte, e Germangelo, a sul. Os seus pais eram pobres e não tinham que deixar aos irmãos senão duas forjas e um martelo. Estando cada um no seu monte com a sua respectiva forja, iam arremessando o martelo que servia alternadamente. Certo dia, Jerumelo zangou-se com o irmão e atirou-lhe o martelo com tanta força que este se desfez em dois pedaços, caindo o ferro na encosta do monte Germangelo, fazendo brotar uma fonte de água férrea (originada da povoação da Fátima) e o cabo de madeira de zambuja, foi espetar-se numa terra a dois quilómetros de distância, fazendo nascer um zambujo, originando o nome da povoação de Zambujal.

Castelo de Germanelo, calculado até ao castelo e Monte Jerumelo visto do Castelo de Germanelo.

Castelo de Germanelo

Este castelo localizado no cimo do Monte Germanelo, terá sido, igualmente, construído no local de um castro pré-romano. Foi erguido por D. Afonso Henriques em 1142, no contexto da Defesa de Coimbra e da Reconquista Cristã. A conquista de Santarém, em 1147, deslocou a linha de fronteira para o Tejo retirando às fortalezas de Penela e Germanelo grande parte da sua importância estratégica. No século XX, as ruínas do castelo foram adquiridas por um particular que levou a cabo obras de reconstrução de parte da muralha, hoje coroada por dezassete ameias. As escavações arqueológicas permitiram localizar as antigas portas, a cisterna e fundações residenciais localizadas na praça de armas. O local é atualmente gerido pelo Município de Penela, por protocolo de cedência. A subida ao castelo é feita a pé por um percurso sinalizado. Do alto do castelo a vista é admirável sobre o Vale do Rabaçal (Ladeia). Este castelo está homologado como Sítio de Interesse Público.

13

Património Cultural

Lenda do Pé Nela

Existe uma lenda de tradição oral, relacionada com a origem do nome de Penela e do seu castelo, que faz alusão ao "castelo" do Sobral no contexto das reconquistas do território aos mouros.

Reza a lenda que reconquistado o castelo do Sobral, faltava tomar aos mouros outro castelo. D. Antão Gonçalves, jovem cavaleiro cristão, insinua-se a Alina, filha do governador mouro, fazendo-se passar por cristão renegado. Os seus companheiros, aproveitando uma saída dos mouros, e disfarçando-se de mouros, encaminharam-se, então, para o castelo como se de mouros se tratassem. Quando os habitantes do castelo deram conta, já D. Antão Gonçalves tinha aberto as portas do castelo, gritando: "Avancem! A praça é nossa! **Estamos com o pé nela!**"..... e daí adveio o nome Penela.



"Castelo" do Sobral

Pouco se sabe acerca do "castelo" do Sobral. Localizado a 347 metros de altitude, as ruínas serão provavelmente de um castro pré-romano com ocupação posterior. Diz-se que aqui perto foram encontradas, em sepulturas, alfinetes em cobre e objetos grosseiros de barro.



Alfajar ficou ligada à Lenda dos Germanelos devido à nascente de água férrea que ali brotou com queda do malho de Jerumelo.



Fontanário de Alfajar

Mãezinha... vou ali à fonte buaaar aguinha de qijfefer e volto já!

Fontanário de Alfajar

Alfajar, de toponímia árabe, possui um fontanário antigo, já muito intervencionado. Em 1135 "a água de Alfajar" é mencionada num documento da Herdade da Janeia, situada a norte da localidade. À própria localidade existe, ainda, uma referência mais antiga num documento do Mosteiro da Vacariça.



Fonte da Fartosa e Poço das Águas Férreas

O nome da localidade de Fartosa provém do vocábulo "Ferratos", alusão à água ferrosa da Ribeira da Fartosa. A água de "Ferratos" ou "Farretosa" é referida em documentos do século XII; um de 1160 e outro de 1174. Próximo da Fonte da Fartosa, fontanário antigo, existe o Poço das Águas Férreas. Fartosa tem, também, uma pequena capela com esculturas dos séculos XV e XVI em pedra de Ançã.



Igreja de S. Miguel (e pormenores no seu interior) e Igreja de Santa Eufémia

Repara bem!

Apesar de medievais, estas igrejas já não mantêm os seus traços originais....

Igreja de S. Miguel
A atual Igreja de S. Miguel resulta de grandes intervenções levadas a cabo na segunda metade do século XVI num pequeno templo, referenciado no Foral de Penela de 1137. A Capela-mor é revestida de talhas barrocas, essencialmente do final do século XVII e início do século XVIII. Destaque para a imagem da Senhora com o Menino, da autoria do mestre João de Ruão, datada dos meados do século XVI. A igreja encontra-se dentro das muralhas do Castelo de Penela.

Igreja de Santa Eufémia
Existem referências a esta igreja em 1254, todavia, este templo é, sobretudo, do período renascentista (século XVI). Do românico mantém apenas um capitel transformado em pia de água benta. O seu exterior tem linhas direitas e ostenta um portal, datado de 1551, com diversas esculturas decorativas. O interior apresenta um corpo de três naves, separadas por arcadas da ordem toscana, cobertura em madeira e cabeceira tríplice. A Capela-mor abobadada possui um retábulo barroco de talhas douradas. A Capela do Espírito Santo possui um retábulo em pedra de Ançã do século XVI e uma escultura da Virgem com o Menino, dos finais do século XV, ambos de oficinas coimbrãs. A Pia Batismal é de estilo manuelino. Esta igreja é Monumento Nacional.

16

Património Cultural



Pelourinho de Penela (e pormenores da pinha) e Pelourinho de Podentes

Pelourinho de Penela
O Pelourinho de Penela constitui "nitidamente uma peça de finais de Quatrocentos ou início de Quinhentos". Estando inicialmente na praça da vila, foi deslocado, encontrando-se hoje na Rua 25 de Abril. É composto por uma coluna de fuste oitavado de faces lisas, pela pinha (de cuja base irrompem quatro braços de ferro forjados dispostos em cruz) e por três degraus. Possui dois brasões semelhantes que representam os símbolos heráldicos municipais. É Monumento Nacional.

Pelourinho de Podentes
O pelourinho manuelino de Podentes possui o maior fuste de um só bloco, datável desta época, encontrado em Portugal. O fuste de mármore, provavelmente originário de um antigo edifício romano em ruínas, eleva-se sobre uma base de construção recente de quatro degraus. O capitel de forma cúbica apresenta nas faces a Cruz de Cristo, a esfera armilar e dois escudos já gastos. Este pelourinho está classificado como Imóvel de Interesse Público.

Ruínas do Paço Medieval da Chaqueda
Na Chaqueda (localidade do concelho) existe um edifício em ruínas que outrora foi o paço de D. Pedro, Duque de Coimbra.

17

Património Cultural

Abre a pestana!
Em Penela, para além do património (que nós consideramos) ainda com remanescências da Idade Média, há muito para ver!



Igreja Matriz de Podentes

←  Igreja Matriz de Podentes

Capela de Nossa Senhora da Graça

No lugar de S. Simão existe uma pequena capela junto à qual foi encontrado um conjunto de mosaicos romanos provenientes da *Villa* romana de S. Simão.

Convento de Santo António

O Convento de Santo António é um Imóvel de Interesse Público. Foi fundado em 1578. Em 1834, ano em que a Ordem Franciscana foi extinta, passou para a mão de particulares, estando hoje em elevado estado de degradação.

Igreja da Misericórdia

A Igreja da Misericórdia é um templo da segunda metade do século XVI, apesar de ter inscrito no seu portal o ano de 1616, ano em que terá sido alvo de reforma. A porta principal apresenta elementos manuelinos, renascentistas e maneiristas.

Igreja Matriz da Curneira

A única referência conhecida à Igreja Matriz da Curneira (e à sua povoação) é do ano de 1518, data em que D. Manuel I a refere como "Igreja de S. Sebastião". Possui uma capela na cabeceira com um retábulo dourado da época de D. Pedro II.

Igreja Matriz de Podentes

O aspeto exterior da igreja resulta de uma grande remodelação levada a cabo no século XIX. O seu interior tem apenas uma nave, uma capela na cabeceira, cujo Altar-mor é oitocentista, e duas capelas laterais.

18

Património Cultural

Villa romana do Rabagal

Esta *villa*, assim designada na ausência de qualquer testemunho epigráfico ou textual, situa-se na aldeia do Rabagal, junto à antiga via romana que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*. A 12 km a Sul de Conimbriga, era parte integrante do território desta antiga *civitas*.

Nesta *Villa* tardo-romana, datada do século IV d.C., foram identificadas a *pars urbana* (área residencial), o *balneum* (balneário), a *pars frumentária* (área do pátio agrícola com alpendre) e a *pars rustica* (alojamento dos servos, armazéns, oficinas).

Os mosaicos apresentam "motivos figurativos e algumas composições geométricas e vegetalistas" únicas em Portugal. Existe um Espaço-museu, tutelado pelo Município de Penela, aberto ao público desde 2001, com espólio da estação arqueológica da *Villa* romana do Rabagal.



Estação Arqueológica da Villa romana do Rabagal

Igreja Matriz do Espinhal

A Igreja do Espinhal remonta à segunda metade do séc. XVI. É constituída por três naves separadas por arcadas de colunas jónicas, por duas capelas nos flancos, que têm no interior retábulos de pedra em estilo renascentista coimbrão, e pela Capela-mor, com retábulos de talha dourada de estilo barroco.

Igreja Matriz do Rabagal

Não se sabe exatamente a data desta igreja, porém o seu aspeto atual resulta de diversas remodelações, uma das quais no século XVIII. É composta por uma nave e uma capela na cabeceira, de onde se destaca um retábulo oitocentista de talha com uma tela alusiva a Santa Maria Madalena.

Parque das Águas Romanas

Este espaço, de construção contemporânea, inspira-se na *domus* da *Villa* romana do Rabagal. Permite aos mais pequenos atividades lúdicas de âmbito cognitivo e físico.

19

Património Cultural

A Idade Média é o período da História da Europa ocidental que dura aproximadamente mil anos e que se inicia com a Queda do Império Romano do Ocidente. Este período era tradicionalmente tido como uma época de retrocesso, os ingleses designam-no mesmo como **"the dark ages"**. Hoje a Idade Média já não é encarada como um período tão obscuro.

À Península Ibérica, com a desagregação do Império Romano do Ocidente, chegaram, numa primeira vaga, os Alanos, Vândalos e Suevos e, numa segunda vaga, os Visigodos. Mais tarde, no início do século VIII, o exército muçulmano invade a Península Ibérica conquistando rapidamente o território peninsular com exceção do seu extremo norte, as **Astúrias**. Os muçulmanos permaneceram alguns séculos no território da Hispânia (a que chamavam Al-Andalus), influenciando a língua (lembras-te da toponímia das localidades de Alfaiar e Almegue?), a cultura, algumas artes e ciências como a agricultura (recordas-te da olivicultura?), a astronomia e a matemática.

A incapacidade de conquistarem a totalidade do território permitiu que, os visigodos cristãos das Astúrias, liderados por Pelágio, iniciassem, com o apoio dos reinos do norte dos Pirenéus, o longo processo de **Reconquista Cristã**.

O território muçulmano foi, lentamente, retomado pelos reinos cristãos, sendo Coimbra conquistada, definitivamente, em 1064, por Fernando Magno, Rei de Castela e Leão. O Rio Mondego passou a ser a fronteira do ocidente da Península Ibérica. Sesnando Davides, moçárabe da Península Ibérica, torna-se Senhor de Coimbra (Alvazil de Coimbra), sendo responsável pela construção de vários castelos da região, nomeadamente o de Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Penacova e Penela. Nesta altura, Coimbra era um centro económico e mercantil bem como um lugar de promoção da cultura moçárabe. Governou até cerca de 1091...

Alta e Baixa Idade Média

A Idade Média está dividida em Baixa Idade Média e Alta Idade Média, sendo a invasão dos povos bárbaros no século V o evento que dita o início da Baixa Idade Média e as suas grandes transformações no Ocidente. A Alta Idade Média ter-se-á iniciado por volta do ano mil, não estando definida uma data concreta.

"Os Bárbaros espalharam-se pelas Espanhas (...), os quatro Reinos da terra, do fogo, do ar e da água, e os animais devastaram tudo em todo o mundo e as pragas do Senhor abateram os seus profetas ressuram-se".

20

A Idade Média

Idade Moderna

Idade Média

Estátua contemporânea de D. Sesnando

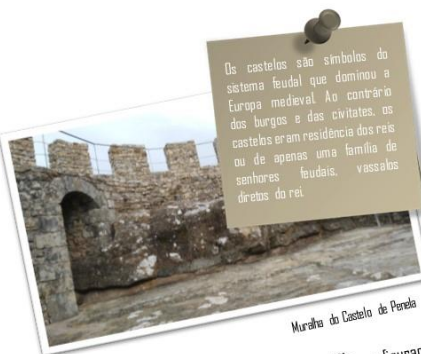
Em 1131, D. Afonso Henriques deixa Guimarães e muda-se para Coimbra, passando a cidade a ser o seu "quartel-general". Dada a importância, à data, da cidade de Coimbra no contexto ibérico, foi reforçada a linha defensiva, que consistiu na edificação de um conjunto de muralhas e castelos e outras estruturas defensivas, para proteger a região cristã do ataque dos mouros. Para fortalecer a linha do Mondego, D. Afonso Henriques doa o Castelo de Soure aos Templários, concede Cartas de **Foral** a Miranda do Corvo, em 1136, e a **Penela**, em 1137, e edifica novos castelos, particularmente em Germanelo, em 1142. Além destas medidas dirige pessoalmente uma incursão contra os muçulmanos da região, conhecida como o "fossado da Ladeira".

Apesar do avanço da fronteira para sul e consequente afastamento do perigo muçulmano da cidade de Coimbra, o Castelo de Penela continuou a deter importância estratégica, tendo sido alvo de obras de manutenção e ampliação já no decurso do séc. XV. Os castelos continuaram a ser, durante todo o período medieval, símbolos da organização social, de poder, de segurança das populações e manutenção da justiça.

Apesar de terminada a reconquista portuguesa em 1249, no reinado de Afonso III, houve sempre necessidade de manter as estruturas defensivas ativas, fruto da natureza belicista da cultura medieval. Ao longo da dinastia de burgonha foram diversos os episódios de conflitos armados, quer de dimensão regional, nacional e até ibérica. Ultrapassada a crise dinástica de 1383-85, com a dinastia de Avis, inicia-se a expansão ultramarina, primeiro como continuação da reconquista cristã, agora em território magrebino, e posteriormente com um projeto de navegação cada vez mais ousado. A expansão ultramarina modifica a estrutura social, alterando a tradicional relação entre as três classes, abrindo caminho ao renascimento das cidades como focos culturais e de comércio, prenúncios de uma nova era, a Idade Moderna.

21

A Idade Média



Muralha do Castelo de Penela

Os castelos são símbolos do sistema feudal que dominou a Europa medieval. Ao contrário dos burgos e das civitates, os castelos eram residência dos reis ou de apenas uma família de senhores feudais, vassalos diretos do rei.

As muralhas tinham, regra geral, apenas um **portão**, configuração que permitia maior controle das entradas. Estes portões, flanqueados por duas torres iguais, eram de grandes dimensões, feitos de madeira de carvalho e cobertos por portas levadiças de ferro. A rodear as muralhas havia **valas** ou **fossos** profundos e, geralmente, cheios de água, daí que para se entrar pelos portões existissem as **pontes levadiças**, que se baixavam e içavam através de cordas ou correntes de ferro.

Na sua maioria, os castelos medievais da Europa assentam estrategicamente sobre colinas íngremes ou nos topos de falésias rochosas, numa posição de domínio e controlo do território. Muitos deles tiveram origem em castros pré-romanos, situados em locais altos. Esta localização intencional dos castelos faz parte de um pensamento estratégico que acaba por originar as Linhas Defensivas, que ajudaram a assegurar a integridade do espaço físico dos territórios. Em Portugal, a Linha Defensiva do Mondego, do qual fazia parte, como já referido, o Castelo de Penela, foi um exemplo da estratégia defensiva planeada da cidade de Coimbra.

No início da Idade Média os castelos eram de madeira, no entanto, estas fortificações incendiavam-se facilmente e eram menos resistentes que as de pedra. Por isso, os castelos de madeira foram sendo substituídos pelos de pedra.

Os castelos medievais eram constituídos por **muralhas de pedra** (também designadas por **pau de muralha**), **torres de vigia** e pelo **edifício principal**.



Burgo – pequeno povoado construído fora das muralhas do núcleo urbano primitivo (castelo ou mosteiro) e que se desenvolvia sob sua proteção, pelo processo de troca de produtos entre um feudo (território maior) e outro. Os seus habitantes eram os burgenses.
Civitates – cidades.

A **barbacã** ou **muralha da barbacã** era um muro de pedra mais pequeno e anteposto à muralha exterior que, oferecendo uma segunda resistência aos inimigos, defendia o espaço entre a muralha exterior e o pátio interior. Tinha uma ou várias portas para o interior do castelo e possuía vários elementos que se relacionam com a sua função defensiva; os **mata-cães**, as **frestas** ou **fendas de espionagem** e as **seteiras**.

Os mata-cães eram orifícios por onde os **guardas da barbacã** atiravam água e areia a ferver ou pedras aos inimigos. As frestas de espionagem eram fendas na parede da muralha que serviam para os **soldados de guarnição** vigiarem o fosso entre a muralha exterior e a barbacã. As seteiras eram fendas estreitas que serviam para lançar setas com arcos ou bestas. Estes elementos da barbacã são, igualmente, comuns a outras estruturas. Estes nomeadamente às torres de vigia. Por exemplo, em Coimbra, na Torre de Almedina, existem dois mata-cães; diz a tradição oral (e escrita) que se atirava água e azeite a ferver aos Mouros que tentavam entrar na **Medina** (cidade).

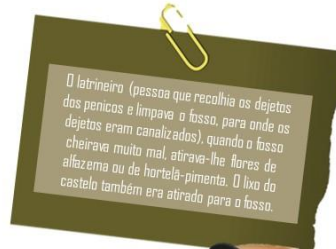


Seteira e fenda de espionagem no Castelo de Penela



Regra geral, na **torre de menagem**, estrutura central do castelo, ou nos seus espaços mais próximos existia uma **capela** que, apesar de privada (do senhor e da sua família), podia ser acedida por todos os serviçais e guardas do castelo. As janelas dos andares mais baixos da torre de menagem eram pequenas e estreitas de forma a não deixar passar projéteis e pessoas (inimigos).

As suas paredes estavam revestidas de tapeçarias grandes e coloridas para tornar os aposentos mais confortáveis. Havia archotes e velas para iluminar o seu interior e lareiras acesas para aquecer os espaços. As tapeçarias eram verdadeiras obras de arte e, muitas vezes, representavam episódios históricos e da vida quotidiana. O quarto do senhor do castelo situava-se nos andares mais elevados da torre de menagem, local de mais difícil acesso. Os quartos usados apenas pelas senhoras designavam-se por toucadores. Por vezes, as paredes eram estucadas e ornamentadas com pinturas. Os senhores dormiam em colchões de palha ou penas, em camas de madeira cobertas com dosséis. As refeições dos senhores eram servidas no salão nobre, também situado na torre de menagem. Este salão era também o palco de festas e outras ocasiões solenes. Relativamente à higiene pessoal, os senhores do castelo tomavam banho em tinas de madeira colocadas junto às lareiras e usavam penicos ou **latrinas**.



24

Os Castelos Medievais

Muitas mulheres participavam ativamente nas batalhas da Idade Média: tanto como forma de apoio no fornecimento de munições aos guerreiros como combatendo. Destaque para as mulheres guerreiras portuguesas da Idade Média D. Teresa (filha de D. Afonso Henriques), D. Urraca (filha de D. Afonso I), D. Inês de Castro, D. Leonor de Albuquerque e D. Inês de Albuquerque. Por se tratarem de mulheres oriundas de classes sociais mais baixas, ressalva para as atuações de Brites de Almeida (a **Padeira de Aljubarrota**), e de Inês Negra (montanhesa das terras de Barroso), ambas apoiantes de Mestre de Avis.



Os exércitos medievais eram compostos por elementos montados, que formavam a **cavalaria** e por elementos a pé, a **infantaria**. Embora se dê muito destaque ao contexto das suas funções militares, a infantaria merece, igualmente, um lugar de relevo no contexto das suas funções militares. As tropas montadas pertenciam às classes mais altas, sendo constituídas por **cavaleiros nobres** e **cavaleiros vilãos**. Os primeiros eram nobres abastados, os cavaleiros vilãos, não sendo nobres, tinham riqueza suficiente para ter e manter os seus cavalos. A manutenção de um cavalo constituía um encargo muito pesado; para além da alimentação, os animais exigiam mudança periódica de pastos, sendo, também, necessária a construção de estábulos e vedações. Além disto, era indispensável adquirir o equipamento para selar o animal e o fardamento de cavaleiro. As tropas a pé eram os **peões**. A maioria dos guerreiros da infantaria (também designada por peonagem) eram camponeses ou artesãos e constituíam a classe mais modesta e mais numerosa entre os guerreiros medievais. Os peões que usavam arcos chamavam-se **arqueiros**, os que usavam bestas, **besteiros**.

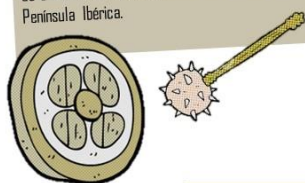


25

Os Cavaleiros Medievais

A peonagem portuguesa

Nos finais do século XII, inícios do século XIII, as Cruzadas vieram modificar o desempenho da peonagem; os peões passaram a guerrear melhor devido à melhoria do equipamento e a novas estratégias de organização militar. A infantaria portuguesa assumiu, inclusivamente, um papel de destaque na Batalha de Atoleiros, em 1384, e na Batalha de Aljubarrota, em 1385, com a aplicação da famosa "tática do quadrado". Em ambos os casos defenderam a fação do Mestre de Avis, impedindo que Portugal fosse integrado no Reino de Castela, como aconteceu com outros reinos da Península Ibérica.



A tática do quadrado consistia em dispor a infantaria estrategicamente em forma de quadrado para "encolourar" o inimigo.

O equipamento dos guerreiros apeados era muito "rudimentar"; usavam **espadas curtas** ou utensílios agrícolas e de caça como **foices**, **forquilha**, **machados**, **varapaus** e **mocas**. Usavam-se, ainda, os **arcos** e as **bestas**. Por vezes os peões empunhavam **escudos redondos** de proteção. No que respeita à vestimenta, alguns peões vestiam o **estarcão**, uma túnica de malha de ferro que se usava por cima de uma veste de couro, ou a **loriga**, uma espécie de saia de malha ou de couro com lâminas de metal. Na cabeça, usavam o **camalho** ou **coifa**, uma touca de malha de ferro ou couro que protegia não só a cabeça mas também o pescoço e os ombros. Existia, também, a **cervilheira** ou **casco**, que, feitos de metal, tinham muitas vezes um reforço para proteger o rosto e o nariz. O contacto com outros povos guerreiros veio introduzir novos instrumentos de combate à peonagem. Destaque para as armas de fuste (de haste), a **alabarda** (de origem flamenga) e o **martelo-bico-de-corvo** (arma com ponta aguçada, com um martelo de um lado e uma lâmina do outro), para a **bola erigida de picos** (inspirada num malho de cereais) e para o **bracamarte**, espada curta com gume curvo apenas de um lado (de inspiração viking). Os besteiros e os arqueiros usavam um escudo grande (**manteleta**, se fosse fixo, ou **pavês**, se amovível), quadrangular, de madeira, para se abrigarem enquanto preparavam as armas.

26



Os Peões Medievais

Pensa-se que tenham origem anterior, porém, sabe-se que na Idade Média, os **pelourinhos** (ou **picotas**, nome mais antigo), eram padrões dos concelhos e símbolos da liberdade e da autonomia municipal. Os pelourinhos primitivos eram colunas de pedra colocadas, geralmente, nos centros das urbes. Para além da função simbólica do poder, o pelourinho era o lugar onde se faziam **anúncios** e **proclamações, exposição de criminosos** e, provavelmente, de cumprimento de **pequenas penas**. Todavia, não era local de flagelação ou enforcamento, porque para essas penas, existiram o poste e a forca.



Até ao século XVI, as picotas tinham também função de prisão (**picota de gaiola**). Os condenados permaneciam numa gaiola de madeira por cima da coluna da picota. A partir (provavelmente) da segunda metade do século XVI, o sistema de detenção na gaiola é substituído, em virtude de se começarem a construir os edifícios do tribunal (e cadeia) onde os condenados começaram a cumprir as suas penas. Mais tarde veio a criar-se o "ramate simbólico e decorativo" da gaiola, agora em pedra.

Pelourinho de Padornes e Tormentum do pelourinho da gaiola de Vier Mar (Salgueiro)



27

Os Pelourinhos na Idade Média

Os **cereais**, o **pão** e o **vinho** eram a base da alimentação, particularmente da dos camponeses. Os cereais eram consumidos sobretudo em forma de pão, porém, a farinha era consumida como papas ou sopas, servia para confeccionar biscoitos, pasteis e empadas ou como polma para peixe ou carne. Na escassez de cereais, as castanhas e as leguminosas (favas, ervilhas, lentilhas, grão-de-bico, chicharos, feijão e tremço) eram utilizadas como substitutos. Relativamente ao vinho, embora parte da produção das vinhas se destinasse ao consumo de uvas como fruta de mesa, a grande maioria destinava-se à produção de vinho para consumo nacional e para exportação. O vinho era bebido cru ou cozido, simples ou misturado com água; as classes mais pobres bebiam-no "meado de água", os mais ricos, "fariam a mistura com duas partes de vinho e uma de água".

As **hortaliças**, os **legumes** e **leguminosas** eram muito utilizados na confeção de sopas, papas ou no acompanhamento de carne ou peixe. De acordo com documentos do século XII, o consumo de pastas de tipo filiforme também seria comum na confeção de aletria e macarrão. O mesmo documento refere as massas tenras e folhadas em pastéis, pastelões ou empadas de carne. A **carne de caça e de criação** era o alimento mais ambicionado por todas as classes sociais, porém, nem sempre acessível a todos. O **peixe** fresco ou conservado pelo sal, seco ou fumado, desempenhava um papel muito importante na alimentação medieval. Utilizavam-se **temperos** e **ervas de cheiro**, **fruta** e **frutos secos** nas ementas.

Os produtos agro-pastoris eram vendidos nas feiras e mercados ou "porta-a-porta". Os **almocreves** eram comerciantes ambulantes que transportavam produtos de umas regiões para as outras, com recurso a burros e a outros animais de carga. As formas de comércio fixo eram os pequenos mercados e as feiras. Em Portugal, as feiras desenvolveram-se, principalmente, no reinado de D. Afonso III, já depois do final da Reconquista, devido ao clima de maior prosperidade e segurança que marcou o seu reinado. Criou 16 feiras, mensais ou anuais, sendo as anuais, geralmente de 15 dias associadas a festividades religiosas. Como forma de incentivar o comércio, alguns monarcas concediam proteção especial aos comerciantes, dispensando-os de pagar impostos, eram as chamadas **feiras francas**.



Feira Medieval de Penela

Caminho de Santiago

Tiago "Maior", filho de Zebedeu e irmão de João, o evangelista, foi um grande evangelizador do Cristianismo na antiga Hispânia. No ano 44, quando regressou à Palestina, foi preso e decapitado a mando de Herodes Agrippa I (neto de Herodes). Teodoro e Atanásio, seus discípulos, roubaram o seu corpo e sepultaram-no secretamente, no bosque Libredón (em Iria Flávia, na Galiza). A localização do túmulo de Santiago permaneceu um mistério durante um longo período da História: só no século IX um eremita do bosque Libredón terá encontrado o sepulcro do apóstolo. No "Campus Stellae" (Compostela) foi erigida uma capela para proteger o sepulcro que se tornou símbolo da resistência cristã contra os Mouros. Em 1075, o Rei Afonso VI mandou construir a, ainda hoje, catedral românica. A partir do século XIV, o Caminho entra em declínio, entre outros motivos, por causa da

Peste Negra Durante os séculos XVII e XVIII, com a melhoria das vias de comunicação, o Caminho recupera, voltando a retroceder no século XIX com a Revolução Industrial e com os descobrimentos científicos e intelectuais. A peregrinação a Santiago foi uma prática religiosa profundamente vivida na Idade Média por toda a Europa e, também, em Portugal. D. Isabel de Aragão, Rainha de Portugal, após a morte de D. Dinis em 1325, efetuou uma peregrinação a Santiago.

Para além do famoso Caminho Francês existiram outros caminhos, nomeadamente o Caminho do Norte, o Caminho Inglês, o Prolongamento Fisterra-Muxía e o Caminho Português. O Caminho Central Português a Santiago, itinerário mais trilhado em Portugal como via de peregrinação a Santiago, atravessa parte do concelho de Penela, no **Rabaçal**, vindo de Santiago da Guarda.

Trinco do percurso sinalizado - Caminho de Santiago de Compostela



Designação Comercial do Estabelecimento	Gastronomia Regional	Designação Comercial do Estabelecimento	Tipologia
Varandas do Castelo (vila)	Chafana no capulo e borrego na grelha	Casa de Turismo do Rabaçal/Pousada do Rabaçal (Rabaçal)	Alojamento local
D. Sesnando (vila)	Cabrito de Sici assado no forno	Pensão Bigodes (vila)	Alojamento local
Bigodes (vila)	Sopa de Chicharo e Bacalhau assado com migas	A Casinha (Tela)	Alojamento local
S. Lourenço (vila)	Chafana e Bacalhau no forno	Parque de Campismo Municipal de Penela (vila)	ET Parque de Campismo e Caravanismo
Santo Amaro (Carvalhal de Santo Amaro)	Sopa de chicharo e Bifinhos à lagareiro	Quecília Design Hotel (Ponte do Espinhal)	ET Estabelecimento Hoteleiro: Hotel de 4 *
Bou Esperança (Camarinhã)	Alimentado de feijão com bacalhau assado Alimentado de chicharo com sardinha assada	Casa do Zé Sapateiro (Ferreira de S. João)	ET TER: Casa de Campo
Cantinho da Clotilde (Rabaçal)	Rancho e Chafana na pizarra	Casas do Favacal (Favacal)	ET TER: Casa de Campo
Ruínas do Rabaçal (Rabaçal)	Cataplana de bacalhau e Enxopadinho de borrego	Vale do Ninho Nature Houses (Ferreira de S. João)	ET TER: Casa de Campo
Terreiro do Lagar (Cabeça Redonda)	Bacalhau à lagareiro	Casas de Xisto dos Pardieiros (Fundeiros - Espinhal)	ET TER: Casa de Campo
Taberna Típica do Cristo (Casal do Coiro)	Bacalhau assado e petiscos	Quinta do Espanhol (vila)	ET TER: Casa de Campo
O Pastor (Pastor)	Cabrito no churrasco com ervas de Sici	Quinta do Couço (Podentes)	ET TER: Casa de Campo
O Vintém (Rosas)	Caprichos de bacalhau no forno com grãos e batatinhas	Uma Casa Portuguesa (Ferreira de S. João)	ET TER: Casa de Campo
Louçainha - Sabores da Mantinha (Espinhal)	Costeleta de javali na brasa	Glampelo (Espinhal)	Glamp
Quilajira Serqueljos	Vinhos - 238589271	O Homem Verde (Relvas - Espinhal)	Glamp
Quilajira Jerumeio	Vinhos - 969 189 782		
Aquiçeira do Rabaçal, Lda	Vinhos - 238589474		
Maria Cecília Antónia	Órdem - Rabaçal		
Posto de Turismo de Penela	238 581 182		
Bombeiros Voluntários de Penela	238580100		
Centro de Saúde de Penela	238560200		
Farmacêcia - Penela e Espinhal	238 588 137/238 558 128		

30

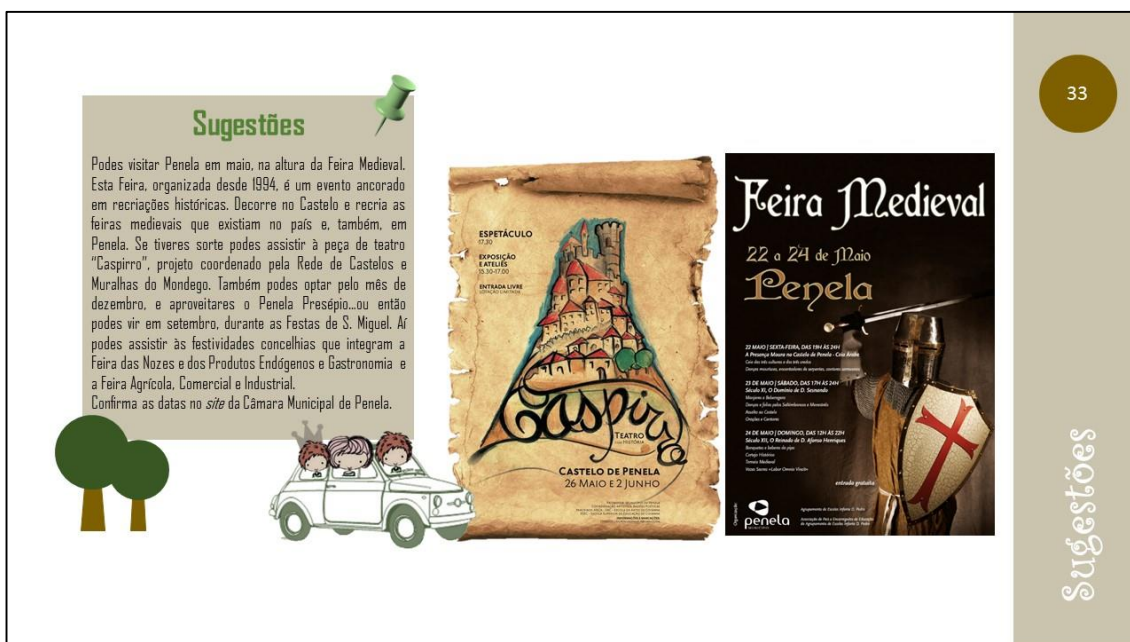
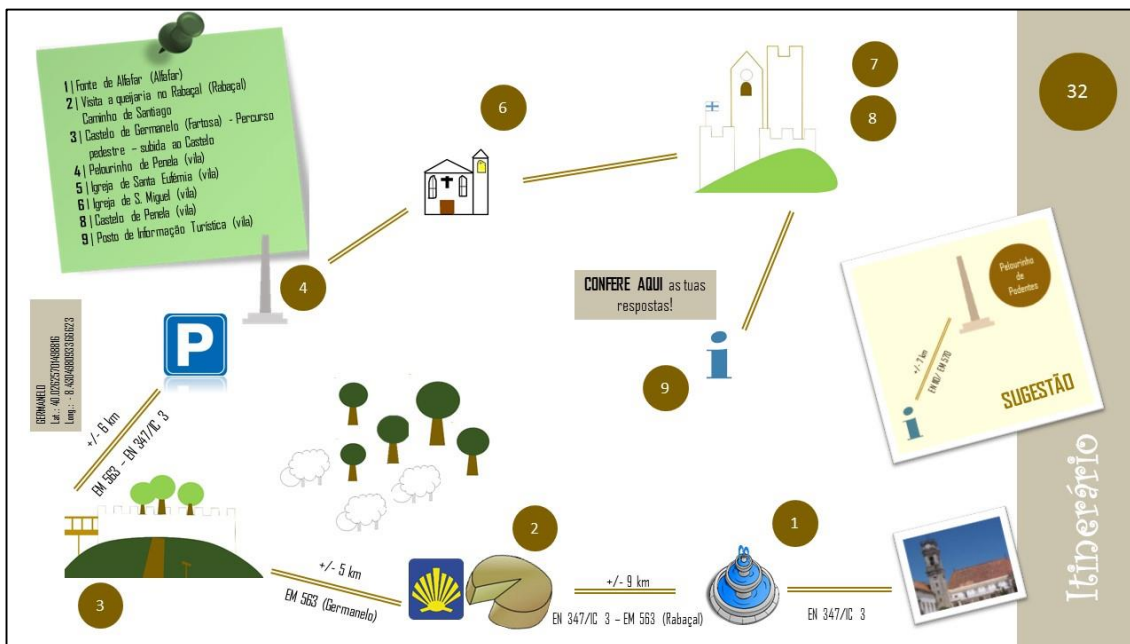
Onde Comer e Onde Dormir
(e outros contactos úteis)

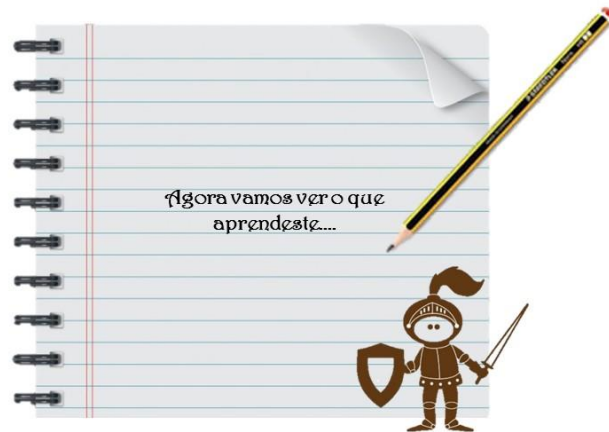


Não colhas plantas nem flores: podem ser espécies protegidas ou em extinção, sem que saibas. Não saís dos trilhos marcados, assim evitas pisar o coberto vegetal. Não alimentes os animais selvagens.... nem os apanhes... Se fizeres um piquenique, deves ter a certeza que não estás num local privado.... quando terminares, leva o lixo contigo. e não faças... fogueiras...	 
	Se prometerdes cuidar de Penela... dar-te-á salvo conduto e poderás cá voltar quando te aprouver!

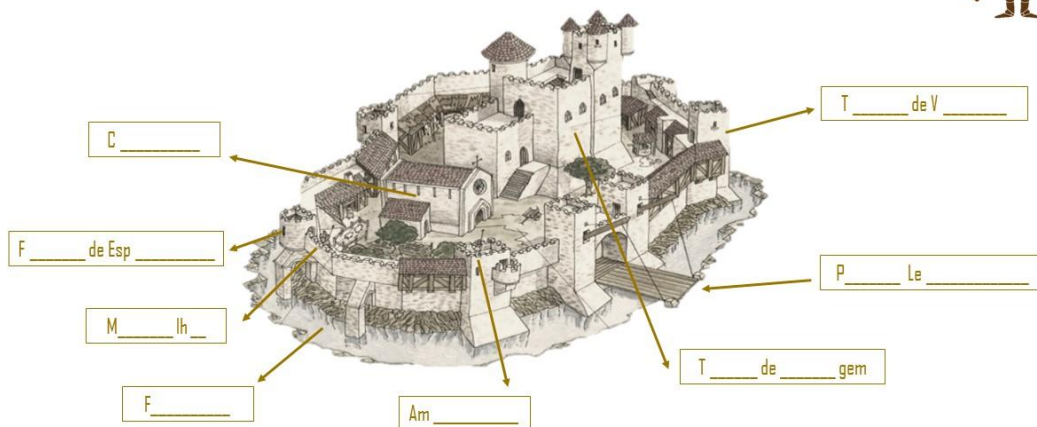
31

Normas de Conduta





Legenda a imagem



Completa o crucigrama

Castelos e Guerreiros Medievais

Horizontais

- 1 | utensílio agrícola usado pelos guerreiros medievais
- 2 | guerreiros nobres
- 3 | orifício por onde os guardas da barbacã atiravam azeite a ferver aos Mouros quando estes se aproximavam da medida
- 4 | guerreiro que usava arco
- 5 | túnica de malha de ferro que se usava por cima de uma veste de couro

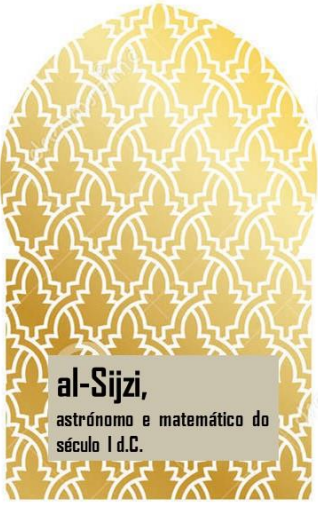
Verticais

- 1 | guerreiros apodados da Idade Média
- 2 | fauca em malha de ferro ou couro que protegia a cabeça, o pescoço e os ombros dos guerreiros medievais
- 3 | orifício na muralha por onde se lançavam setas contra os inimigos
- 4 | casa de banho dos castelos
- 5 | arma de fuste de origem flamenga usada pela peonagem

E	T	I	A	M	G	B	T	B	V	I	O	P	P
S	F	E	C	N	C	Y	T	A	N	X	B	B	O
F	E	O	N	J	K	D	L	O	B	A	U	V	A
S	F	O	A	L	A	P	P	A	E	O	B	O	P
F	G	G	R	B	J	E	S	W	R	R	U	K	V
T	C	J	F	F	A	O	A	Q	V	C	B	D	E
Y	J	B	A	E	C	R	X	B	A	I	U	S	A
U	C	E	R	E	R	E	A	I	S	U	B	Q	U
I	O	E	I	V	C	E	T	H	I	O	U	A	O
P	M	N	E	S	Y	E	O	E	L	R	A	B	B
L	J	A	F	O	N	S	O	I	I	O	E	U	
K	O	G	V	C	Q	A	A	F	Q	F	V	B	B
J	X	N	V	I	A	T	I	B	X	E	A	N	U
H	J	O	U	O	N	A	T	U	R	Q	I	J	M
G	P	C	N	B	H	H	C	C	I	V	A	P	U
T	E	V	B	O	I	N	O	X	B	J	E	S	W
R	L	C	Q	H	I	M	I	O	G	V	C	V	B
E	O	C	T	I	L	A	Q	V	F	G	Q	A	M
W	U	V	B	A	G	J	V	S	E	E	G	T	O
S	R	F	G	R	B	J	E	S	W	B	N	O	A
P	I	C	O	T	A	O	E	G	A	I	O	L	A
G	N	V	I	O	L	C	I	U	P	H	R	E	C
F	H	B	W	V	A	O	T	A	D	B	I	L	O
I	O	R	F	B	J	E	S	W	B	N	O	A	R
E	O	F	H	U	I	M	K	L	T	E	R	B	M

Sopa de letras

Vida quotidiana: Alimentação, Feiras e Proclamações públicas



al-Sijzi,
astrónomo e matemático do
século I d.C.

Data os eventos e traduz para a numeração utilizada por al-Sijzi*



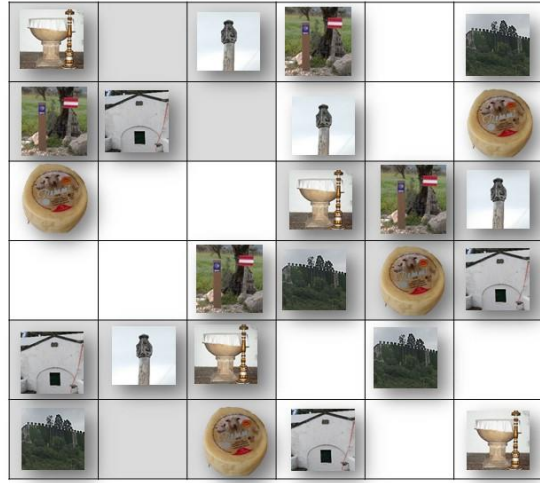
Penela Medieval

Ano do primeiro foral da Vila de Penela | _____

Data de construção do Castelo de Germanelo | _____

Data do primeiro documento que referencia a Igreja de Santa Eufémia | _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9



Preenche o Sudoku



1	5	2	4	3	6
4	3	6	2	1	5
5	6	3	1	4	2
2	1	4	6	5	3
3	2	1	5	6	4
6	4	5	3	2	1

Imagens Culturais da Idade Média no concelho de Penela

 Pia Água Benta Igreja de _____
 Pelourinho de _____
 Fontanário de _____
 Caminho Santiago no _____

 Queijo Rabagal _____
 Castelo de _____

Recorda e responde



Penela Medieval

- 1 Qual o nome do "carrasco" de D. João Telo (senhor de Penela em 1384) que contribuiu para a ascensão do Mestre de Avis ao trono?
Espirro ____ Caspirro ____ D. João I ____
- 2 Qual o nome da localidade do concelho de Penela que designa Oleiro?
Alfaiar ____ Almegue ____ Almocreve ____
- 3 Indica o nome de 2 castelos que faziam parte da Linha Defensiva do Mondego (Coimbra) na Idade Média?
Soure ____ Leiria ____ Guarda ____ Lousã ____ Gouveia ____
- 4 Senhor de Coimbra que mandou erguer o Castelo de Penela?
D. Fernando ____ D. Sancho ____ D. Pedro ____



Referências bibliográficas

- www.castelosemuralhasdomondego.pt
- www.cm-penela.pt
- www.terrasdesico.pt
- www.drapc.min-agricultura.pt
- www.patrimoniocultural.pt
- www.ine.pt
- ARNAUT, S. e DIAS, P. (2009). *Penela História e Arte*. Penela: Município de Penela
- CIOVACCO, J. (2008). *Vamos explorar um castelo*. Lisboa: Euro Impala.
- LE GOFF, J. (1995). *A Civilização do Ocidente Medieval*. vol. I, 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa
- MATTOSO, J. (2013). *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores
- MORENO, H. (coord.) (1995). *História de Portugal Medieval, política e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta
- TAVARES, J. (1987). *Guerreiros Medievais Portugueses: peonagem*. Porto: Porto Editora.

Conclusão

O presente trabalho consistiu na conceção de um itinerário turístico, cultural e educativo, direcionado a crianças dos 9 aos 13 anos e ancorado nas remanescências culturais da Idade Média no concelho de Penela, bem como na construção de um roteiro de apoio à visita e respetivo guia de atividades.

O sucesso da experiência turística associada à realização de itinerários turísticos assenta, grande parte, no tipo de recurso, base do itinerário, bem como nas suas características. De acordo com Costa (2011: 17), a construção de itinerários turísticos “necessita de uma estratégia que estude o território físico e as suas particularidades, identificando e hierarquizando os recursos e fatores de atração em principais e secundários”. Só assim se conseguem identificar “*clusters* de oferta, que permitirão, então, colocar no mercado produtos [turísticos] devidamente estruturados e com valor comercial” (Costa, 2001: 79). Para a concretização deste projeto efetuou-se um levantamento do património natural, cultural e paisagístico do concelho que, de alguma forma, mantenham elementos que possam ser associados ao período medieval. Penela, enquanto território integrante da Linha Defensiva do Mondego, inclui elementos de destaque no contexto da Idade Média; a existência do Castelo de Penela e do Castelo de Germanelo no território reforçam a relevância do património medieval nesta região. Após o trabalho de inventariação, efetuou-se uma seleção dos recursos mais significativos, na perspetiva do tema do trabalho, e idealizou-se um itinerário ancorado precisamente nesses recursos. Para que os itinerários se posicionem como instrumentos de alavancagem económica devem-se-lhes associar atividades económicas de base local, pelo que o projeto aqui apresentado integra a visita a produtores locais de Queijo Rabaçal DOP e, uma vez que o itinerário é de realização autónoma, algumas sugestões de alojamento e restauração no concelho.

Para além dos recursos, a experiência turística depende, também, das próprias motivações dos consumidores. O conhecimento das motivações numa atividade altamente competitiva como é o turismo é fundamental para perceber se as características do destino satisfazem ou não as necessidades dos visitantes (Fodness, 1994 *apud* Cunha, 2013: 95). Neste sentido, verificaram-se os programas das

disciplinas de História e Geografia de Portugal do 5.º e 6.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de História do 7.º e 8.º ano do 2.º Ciclo do Ensino Básico, bem como da disciplina de Estudo do Meio do 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Todas as unidades curriculares integram conteúdos relacionados com a Idade Média no mundo e em Portugal.

Os roteiros turísticos, apesar da confusão ainda existente no meio académico, podem ser definidos como repositórios de conteúdos relacionados com uma temática, constituindo o ponto de referência para a estruturação de rotas e itinerários. No que concerne ao roteiro turístico de apoio ao itinerário, o trabalho de inventariação foi, então, transposto para um documento adaptado ao público-alvo e à temática em questão. Associado ao roteiro e ao itinerário foi idealizado um guia de atividades de apoio ao itinerário, projetando-se um conjunto de jogos lúdicos e educativos, como exercícios de legendagem de imagens ou crucigramas, como atividades de interpretação do próprio itinerário.

Este estudo, ainda que exploratório, permite sugerir algumas linhas de orientação no sentido da possibilidade de poderem vir a ser explorados e dinamizados, a nível turístico, no concelho de Penela, projetos turísticos direcionados a nichos de mercado, como o público infantil e juvenil ou outros grupos com motivações específicas (Idade Média ou outras).

Referências bibliográficas

- ADCMMM (2010). Programa Estratégico Rede Urbana “Castelos e Muralhas Medievais do Mondego”. Penela: Câmaras Municipais de Penela, Coimbra, Figueira da Foz, Pombal, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho e Soure.
- ADCMMM (s/d_a). O Legado: Castelos: Castelo de Penela. Disponível em <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/castelo-de-penela> [Consult. 11 dez. 2015].
- ADCMMM (s/d_b). O Legado: Castelo de Germanelo. Disponível em <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/castelo-do-germanelo> [Consult. 12 dez. 2015].
- ADCMMM (s/d_c). O Legado: O nosso intangível: Lenda do Pé Nela. Disponível em <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/lendas> [Consult. 12 dez. 2015].
- ADCMMM (s/d_d). O Legado: A Linha Defensiva. Disponível em <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/a-linha-defensiva> [Consult. 20 mai. 2015].
- ADXTUR (s/d). A Rede. Disponível em <http://aldeiasdoxisto.pt/content/rede> [Consult. 4 dez. 2015].
- ALBERGARIA, H. (2008). Investir no marketing territorial da região de Sicó. *Pessoas e Lugares*, nº 53, 6-7.
- ARNAUT, S. e DIAS, P. (2009). *Penela História e Arte*. Penela: Município de Penela.
- BARROCA, M. (1990-91). Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII). *Portugalia*. vol. XI-XII, 89-136. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3803.pdf> [Consult. 9 dez. 2015].
- BARROS, A. (1990). A Sociologia Rural perante a Problemática do Espaço. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 8, 43-53.
- BENI, M. C. (2001). *Análise Estrutural do Turismo*. 4ª ed. São Paulo: Editora SENAC.
- BINGRE, P. (2005). O Rosmaninho em Portugal. Disponível em http://www.uc.pt/herbario_digital/Enc_plantas/rosmaninho [Consult. 3 dez. 2015].
- BRIEDENHANN, J. e WICKENS, E. (2004). Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas – vibrant hope or impossible dream? *International Journal of Tourism Management*, 25(1), 71-79. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/journal/02615177/25/1> [Consult. 27 nov. 2015].

- CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA (2006a). História. Disponível em <http://www.cm-penela.pt/turismo/historia.html> [Consult. 2 dez. 2015].
- CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA (2006b). O que visitar. Disponível em <http://www.cm-penela.pt/turismo/roteiro.html> [Consult. 8 dez. 2015].
- CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA (2006c). Castelo de Penela. Disponível em <http://www.cm-penela.pt/turismo/castelo.html> [Consult. 8 dez. 2015].
- CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA (s/d). Folheto Percursos do Castelo de Germanelo. Penela: Câmara Municipal de Penela.
- CAMBRIDGE DICTIONARIES ONLINE (2015). Tour. Disponível em <http://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/tour> [Consult. 29 out. 2015].
- CAMPOS, R. (2009). A Feira Medieval de Penela no âmbito das dinâmicas de promoção turística do município. *Revista Exedra*, n.º temático - Turismo e Património, 141-147.
- CAMPOS, R. (2013). Escola-Comunidade: estratégias de interacção mediante a dinamização de projectos de animação cultural do património. *Revista Exedra*, n.º7, 63-69.
- CANÁRIO, R. (1999). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- CARTER, J. (1997). *A Sense of Place: An interpretive planning handbook* [PDF]. Disponível em http://www.jamescarter.cc/wp-content/uploads/2014/09/A_Sense_of_Place_James_Carter.pdf [Consult. 10 mai. 2015].
- CARVALHO, A. (2013). Pelourinhos da Beira Interior: uma página esquecida na história de Portugal. *Açafa OnLine*, nº6, 251-271. Disponível em http://www.altotejo.org/acafa/docsn6/pelourinhos_251_273.pdf [Consult. 14 out. 2015].
- CARVALHO, P. (2008). O sector do Turismo no PROT Centro [PDF]. Disponível em http://consulta-protc.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/protc-relatorios-de-fundamentacao-tecnica/relatorio-de-fundamentacao-tecnica-turismo/RF_TURISMO.pdf [Consult. 14 out. 2015].
- CARVÃO, S. (2009). Tendências do Turismo Internacional. *Revista Exedra*, n.º temático - Turismo e Património, 17-31.
- CAVACO, C. (1999). O Turismo Rural nas Políticas de Desenvolvimento do Turismo em Portugal. In C. Cavaco (coord.), *Desenvolvimento Rural - Desafios e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 281-292.
- CIOVACCO, J. (2008). *Vamos explorar um castelo*. Lisboa: Euro Impala.
- CISED (s/d). CISED. Disponível em <https://cised.wordpress.com/about/> [Consult. 4 dez. 2015].

- COMISSÃO EUROPEIA (2015). Cultural Tourism. Disponível em http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/cultural-routes/index_en.htm [Consult. 6 nov. 2015].
- COOPER C., FLETCHER J., WANHILL S., GILBERT, D. e SHEPHERD, R. (2001). *Turismo, Princípios e Práticas*. 2.ª ed. Porto Alegre: Bookman.
- COOPER, C. (1991). The technique of interpretation. In S. Medlik (org). *Managing Tourism*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 224-230.
- CORDEIRO, A. (2010). Atlas Desportivo Município de Penela 2010 [PDF]. Disponível em http://www.uc.pt/fluc/serv_com/pdf_docrochette/CD_Penela.pdf [Consult. 10 jun. 2015].
- COSTA, C. (2001, novembro). Introdução ao tema. Comunicação apresentada ao Seminário: Novas estratégias para o turismo, da Associação Empresarial de Portugal, Santa Maria da Feira.
- COSTA, C. (2011, junho). Roteiro Turístico - desenhar produtos sustentáveis. Comunicação apresentada à Sessão de Debate: Roteiro do Tejo, da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Abrantes. Disponível em http://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH_Tejo/Sessoes_Debate/Roteiro_do_Tejo/1_Carlos_Costa.pdf [Consult. 12 dez. 2015].
- COUTINHO, J. (1995). Qualificação Histórica da antiga estrada real de Tomar-Ansião-Coimbra, *Munda* (Separata), n.º29.
- CUNHA, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraaHill.
- CUNHA, L. (2001). *Introdução ao Turismo*. Lisboa - S. Paulo: Editorial Verbo.
- CUNHA, L. (2008). Avaliação do potencial turístico. *Cogitur: Journal of Tourism Studies*, nº1, 21-39.
- CUNHA, L. (2013). *Economia e Política do Turismo*. 3.ª ed. Lisboa: Lidel.
- DAVIDSON, R. (1992). *Tourism in Europe*. Londres: Pitman Publishing.
- DE LA RIERA (2006). Prólogo. R. Trigo (coord.), In *Caminho Central Português*. Santiago de Compostela: Asociación Galega Amigos do Camiño de Santiago, 5-8. Disponível em <http://www.amigosdelcamino.com/attachments/article/143/Caminho%20central%20portugues.pdf> [Consult. 3 dez. 2015].
- DGPC (s/d). Pelourinho de Penela. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69809> [Consult. 11 dez. 2015]
- DOMINGUES, C. (1997). *Prontuário Turístico*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.

- DRAPC (2002). Nucicultura: Melhoria da cultura da noqueira nas regiões tradicionalmente produtoras. Disponível em <http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/nucicultura.htm> [Consult. 4 dez. 2015].
- DRAPC (s/d_a). Queijo Rabaçal DOP [PDF] Disponível em http://ptqc.drapc.min-agricultura.pt/documentos/queijo_rabacal.pdf [Consult. 4 dez. 2015].
- DRAPC (s/d_b). Olivicultura: Fileiras Estratégicas [PDF] Disponível em http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/pdr_olival.pdf [Consult. 4 dez. 2015].
- DURÃO, M. (2009). Gestão de visitantes: uma perspetiva sobre os museus de Portugal. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/1746> [Consult. 30 nov. 2015].
- FERRÃO J., CAIXINHAS, M. e LIBERATO, M. (2008). A ecologia, as plantas e a interculturalidade [PDF]. Disponível em http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/1_PI_Cap3.pdf/c98cceac-c635-4abf-bd58-c0083d0d9416 [Consult. 6 dez. 2015].
- FERREIRA, A. e LOPES, M. (2003). A gestão e a certificação no Ecoturismo. Uma abordagem conceptual. In: A. Cristóvão e O. Simões (org.). TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 163-175.
- FERREIRA, N. (2008). A Alimentação Portuguesa na Idade Medieval. *Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação*, 14(3), 104-114.
- FIGUEIRA, V. e DIAS, R. (2011). *A Responsabilidade Social no Turismo*. Lisboa: Escolar Editora.
- GOELDNER, C., RITCHIE, J. B., MCINTOSH, R. (2002). *Turismo: Princípios, Práticas e Filosofias*. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman.
- GÓMEZ, J. e QUIJANO, C. (1992). *Rutas e Itinerarios turísticos en España*. Madrid: Editorial Síntesis.
- GRAÇA, J. (1997). Da Identidade à Sustentabilidade ou a Emergência do “Turismo Responsável”. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 23, 72-95.
- HALL, D. e ROBERTS, L. (2001). *Rural Tourism and Recreation: Principles to Practice*. Londres: CABI Publishing.
- HAM, S. (1992). *Environmental interpretation: A practical guide for people with big ideas and small budgets*. Golden, CO: North American Press.
- HULSE, J. (2007). *Sustainable development at risk: ignoring the past*. Otava: International Development Research Centre.
- ICNF (2013). Espécies arbóreas indígenas em Portugal continental: guia de utilização [PDF]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/prdflo/resource/doc/arvor-indigen-pt-contin> [Consult. 3 dez. 2015].

- ICNF (s/d). PTC0045Sicó/Alvaiázere [PDF]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/sic-cont/sico-alvaiazere> [Consult. 3 dez. 2015].
- IGNARRA, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- INE (2014a). Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual; Penela. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab [Consult. 20 mai. 2015].
- INE (2014b). Taxa bruta de natalidade (%) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual; Penela. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3 [Consult. 20 mai. 2015].
- INE (2014c). Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual; Penela. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3 [Consult. 20 mai. 2015].
- INE (2014d). Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual; Portugal. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3 [Consult. 20 mai. 2015].
- INFOPÉDIA PORTO EDITORA (2003-2015). Crescimento Económico. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$crescimento-economico](http://www.infopedia.pt/$crescimento-economico) [Consult. 14 out. 2015].
- JUNTA DE FREGUESIA DE PODENTES (2014). Atividades Económicas: Vinho. Disponível em <http://www.podentes.com/index.php/podentes/afreguesia/actividades-economicas> [Consult. 4 dez. 2015].
- KASTENHOLZ, E. (2004). Management of Demand as a Tool in Sustainable Tourist Destination Development. *Journal of Sustainable Tourism*, 12(5), 388-408.
- KOTLER, P. (2000). *Administração de marketing: a edição do novo milénio*. 10.ª ed. São Paulo: Prentice Hall.
- KUO, I-Ling (2002). The Effectiveness of Environmental Interpretation at Resource-Sensitive Tourism Destinations. *International Journal of Tourism Research*, 4(2), 87-101.
- LANE, B. (1991). Sustainable tourism: A new concept for the interpreter. *Interpretation Journal*, n.º 49, 1-4.
- LE GOFF, J. (1995). *A Civilização do Ocidente Medieval*. vol. I, 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- LEAL, C. (2001). *O Turismo Rural e a União Europeia*. Coimbra: Livraria Almedina.

- MACHADO, M. (2007). Turismo – um conceito socioespacial. In: Seabra, G. (org.). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 65-79.
- MATTOSO, J. (2013). *Reis de Portugal*. vol. I. Lisboa: Edições Circulo de Leitores.
- MCKERCHER, B. e Du CROS, H. (2002). *Cultural Tourism - The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*. Binghamton: The Haworth Hospitality Press.
- MENDES, A. (2009). Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa). Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/299/1/20587_ulsd_dep.17914_M_1.pdf [Consult. 3 dez. 2015].
- MIRANDA, A. (2006). Las rutas gastronómicas como estrategia de desarrollo turístico local. *Cultura - Revista de la asociación de docentes de la Universidad de San Martín de Porres*, n.º20, 87-98.
- MORENO, H. (coord.) (1995). *História de Portugal Medieval, político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MOSCARDO, G. (2003). Interpretation and Sustainable Tourism: Functions, examples and principles. *The Journal of Tourism Studies*, 14(1), 112-121.
- MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (2015). Rainha Santa Isabel. Disponível em <http://www.museummachadocastro.pt/pt-PT/minisitios/ContentDetail.aspx?id=557> [Consult. 3 dez. 2015].
- NICHOLAS, D. (1999). *A Evolução do Mundo Medieval: Sociedade, Governo e Pensamento na Europa, 312-1500*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- OCDE - Directorate for Public Governance and Territorial Development (2011). OCDE Regional Typology [PDF]. Disponível em http://www.oecd.org/gov/regional-policy/OECD_regional_typology_Nov2012.pdf [Consult. 9 nov. 2015].
- OLIVEIRA J. (2003). PEÃO OU CAVALEIRO a fortuna de um pequeno proprietário de Sesimbra, em 1369. *ARQUIPÉLAGO*, 2ª série, VII, 269-284. Disponível em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/391/1/Jose_Oliveira_p269-284.pdf [Consult. 3 dez. 2015].
- OLIVEIRA, A. (2008). *Receitas Medievais*. Santa Maria da Feira: Feira Viva Cultura e Desporto.
- OMT (2011). Healthy growth of international tourism in first half of 2011. Disponível em <http://media.unwto.org/en/press-release/2011-09-07/healthy-growth-international-tourism-first-half-2011> [Consult. 25 maio 2014].
- OMT (2015). Tourism Highlight 2015 Edition [PDF]. Disponível em <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416899> [Consult. 10 out. 2015].

- PEDROSA, M. (1997). Igrejas e Turismo Cultural. In IPPAR (coord), Património Classificado. Actas dos Encontros IPPAR/UCP. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 299-311.
- PÉREZ, X. P. (2009). Turismo Cultural: uma visão antropológica. PASOS: *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, n.º 2, 4-307.
- PESSOA, M. e RODRIGO, L. (2007). Queijo Rabaçal, sabor e aroma de Sicó: do acincho à mesa (Catálogo da Exposição Temporária). Penela: Câmara Municipal de Penela.
- PYO, S., MIHALIK, B. e UYSAL, M. (1989). Attraction attributes and motivations: a canonical correlation analysis. *Annals of Tourism Research*, vol.16, 282-286.
- ROBERTSON, M. (2008). El museo: archivo o activador permanente? Nuevas modalidades de exhibición en la Edad de las TIC. In H. Betancout (coord.), *Turismo, Patrimonio y Educación: Los museos como laboratorios de conocimientos y emociones*. Lanzarote: Escuela Universitaria de Turismo de Lanzarote – Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, 63-73.
- SALGUEIRO, L. (2007). Os Tomilhos de Portugal. In A.C. Figueiredo *et al.* (coord.). *Potencialidades e Aplicações das Plantas Aromáticas e Medicinais*. Lisboa: FCTUL, 48-54.
- SAMAGIAO, F. (1999). Desenvolvimento: uma noção entre o imaginário e a realidade. *Sociologia*, vol. IX, 103-142.
- SANTIAGO TURISMO (s/d). Catedral de Santiago de Compostela (Catálogo de vista). Disponível em <http://www.santiagoturismo.com/files/portugues.pdf> [Consult. 3 dez. 2015].
- SANTOS, P. (2008). Terras de Sicó. *Pessoas e Lugares*, nº 53, 9-10.
- SHARPLEY, R. e ROBERTS, L. (2004). Rural Tourism – 10 Years On. *International Journal of Tourism Research*, vol. 6, 119-124.
- SHAW, G. e WILLIAMS A. M. (2002). *Critical Issues in Tourism: A Geographical Perspective*. 2ª ed., Oxford: Blackwell Publishers.
- SIMÕES, O. (2003). Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida. In A. Cristóvão e O. Simões (org.). *TERN - Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 15-22.
- SMITH, M. (2003). *Issues in Cultural Tourism Studies*. London: Routledge.
- SOIFER, J. (2005). *Empreender Turismo e Ecoturismo*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- SWARBROOKE, J. (1999). *Sustainable Tourism Management*. Oxford: Cabi Publishing.
- TAVARES, J. (1987). *Guerreiros Medievais Portugueses: peonagem*. Porto: Porto Editora.
- TERRAS DE SICÓ (2015). População. Disponível em <http://www.terrasdesico.pt/territorio-populacao.php> [Consult. 14 jun. 2015].
- TERRAS DE SICÓ (2015b). Flora. Disponível em <http://www.terrasdesico.pt/descobrir-flora.php> [Consult. 5 dez. 2015].

- THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART (2015). Heilbrunn Time line of Art History: The Grand Tour. Disponível em http://www.metmuseum.org/toah/hd/grtr/hd_grtr.htm [Consult. 22 out. 2015].
- TIBÉRIO, M. L. e CRISTÓVÃO, A. (2001, setembro). Produtos tradicionais e desenvolvimento local: o caso da designação protegida Queijo Terrincho DOP. Conferência apresentada ao I Congresso de Estudos Rurais: Território, Agricultura e Desenvolvimento, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Vila Real.
- TILDEN, F. (1977). Interpreting our heritage [PDF]. Disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/14254433/369581555/name/Interpreting_Our_Heritage__Chapel_Hill_Books_.pdf [Consult. 30 nov. 2015].
- TP (2006a). Turismo de Natureza [PDF]. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Turismo%20de%20Natureza%202006.pdf> [Consult. 11 nov. 2015].
- TP (2006b). Touring Cultural e Paisagístico [PDF]. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/Touring%20Cultural%20e%20Paisag%C3%ADstico.pdf> [Consult. 22 out. 2015].
- TP (2013). Proturismo: PENT [PDF]. Disponível em http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/pol%C3%ADticasestrat%C3%A9gias/Documents/PENTurismo_07out%2714_WEB.pdf [Consult. 29 out. 2015].
- TP (2015a). Proturismo: Museus, Palácios e Monumentos [PDF]. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadrosestatisticos/Documents/Museus,%20Pal%C3%A1cios%20e%20Monumentos/Museus,%20Pal%C3%A1cios%20e%20Monumentos%20-%202014.pdf> [Consult. 22 out. 2015].
- TP (2015b). Proturismo: City Breaks [PDF]. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadrosestatisticos/Documents/City%20Breaks/City%20Breaks%20-%202013.pdf> [Consult. 22 out. 2015].
- TP (2015c). RNAT – Consulta ao Registo. Disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAT/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True> [Consult. 3 dez. 2015].
- UMBELINO, J. (1999). *Lazer e Território*. Lisboa: Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional.

- UNESCO (1972). Convenção para a Proteção do Património Natural e Cultural [PDF]. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/1972/shc-72-conf37-recommendation1f.pdf> [Consult. 3 dez. 2015].
- UNICEF (2004). A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf [Consult. 1 dez. 2015].
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2014). 950 anos do tempo de D. Sesnando. Disponível em <http://noticias.uc.pt/cultura-e-desporto/950-anos-do-tempo-de-d-sesnando/> [Consult. 8 mai. 2015]
- VASCONCELLOS, M. e GARCIA, M. (1998). *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Saraiva.
- VENTURA, L. (2013). *Reis de Portugal*. vol. V. Lisboa: Edições Circulo de Leitores.
- VILLA SICÓ (2012). Miradouro de S. João do Deserto. Disponível em <http://www.villasico.com/descobrir/patrimonio-natural/562/sao-joao-do-deserto-%E2%80%93-serra-do-espinhal> [Consult. 3 dez. 2015].
- VINUESA, M. (2005, maio). Patrimonio y Turismo: Una relación compleja pero necesaria. Jornadas de Patrimonio y Turismo: Divergencias, convergencias y propuestas, Madrid. Disponível em <http://ipce.mcu.es/pdfs/PatrimonioTurismo.pdf> [Consult. 3 nov. 2015].
- DECRETO-LEI n.º 15/2014, de 23 de janeiro. Diário da República n.º 16. Série I. Ministério da Economia.
- DECRETO-LEI n.º 192/82, de 19 de maio. Diário da República n.º 113. Série I. Presidência do Conselho de Ministros.
- DECRETO-LEI n.º 256/86, de 27 de agosto. Diário da República n.º 196. Série I. Presidência do Conselho de Ministros.
- DECRETO-LEI n.º 95/2013, de 19 de julho de 2013. Diário da República n.º 138. Série I. Ministério da Economia e do Emprego.
- DECRETO-LEI nº 169/97, de 4 de julho. Diário da República n.º 152. Série I – A. Ministério da Economia.
- DECRETO-LEI nº 39/2008, de 7 de março. Diário da República n.º 48. Série I. Ministério da Economia e da Inovação.
- DECRETO-LEI nº 47/1999, de 16 de fevereiro. Diário da República n.º 39. Série I – A. Ministério da Economia.
- DECRETO-LEI nº 54/2002, de 11 de março. Diário da República n.º 59. Série I – A. Ministério da Economia.

PORTARIA n.º 651/2009 de 12 de junho. Diário da República n.º 112. Série I. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e Ministério da Economia e da Inovação.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 112/98, de 25 de agosto. Diário da República n.º 195. Série I-B. Presidência do Conselho de Ministros.